

XV Semana de História

África • Antiga • Contemporânea
Medieval • Teorias



Organizadores

Anelise Dambroz Spinassé

Bruna de Oliveira Nunes

Letícia Franco do Nascimento

Ricardo Gonçalves Rodrigues Filho

Wendell Luiz Martins

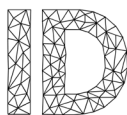


Anelise Dambroz Spinassé
Bruna de Oliveira Nunes
Letícia Franco do Nascimento
Ricardo Gonçalves Rodrigues Filho
Wendell Luiz Martins

XV Semana de História

Antiga, Medieval, África, Contemporânea e Teoria

Serra, 2024.



Identidade Editorial

Rua Gonçalves Dias, 270, Praia da Baleira, Serra - ES. CEP.: 29172-694.

identidadeeditorial@gmail.com

Conselho Editorial: Dr. Alexander Martins Vianna (UFRRJ), Dr. André Luís Lima Nogueira (Fiocruz), Dra. Anny Jackeline Torres Silveira (UFOP), Dra. Carmem Soares (Universidade de Coimbra), Dra. Cilene da Silva Gomes (PUC-PR), Dra. Eliane Morelli Abrahão (Unicamp), Dra. Fabiana Kraemer (UERJ), Dr. Fernando Santa Clara Viana Jr. (UFB), Dr. Jadir Rostoldo Peçanha (UFES), Dr. José Newton Coelho Meneses (UFMG), Dra. Juliana Sabino Simonato (UFES), Dra. Maria Cecília Pilla (PUC/Paraná), Dra. Mônica Chaves Abdala (UFU), Dra. Patrícia M. S. Merlo (UFES), Dra. Raquel Bello Vázquez (UniRitter), Dr. Renato da Silva Dias (Unimontes), Dra. Rita de Cassia Aquino (USJT), Dr. Sebastião Pimentel Franco (UFES).

Editoração e projeto gráfico:

Lucas Onorato Braga

Revisão e padronização:

De responsabilidade exclusiva dos autores.

Capa:

De responsabilidade exclusiva dos organizadores.

Anelise Dambroz Spinassé
Bruna de Oliveira Nunes
Letícia Franco do Nascimento
Ricardo Gonçalves Rodrigues Filho
Wendell Luiz Martins

XV Semana de História

Antiga, Medieval, África, Contemporânea e Teoria



Serra, 2024.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

A532

Anais da XV Semana de História: Antiga, Medieval, África, Contemporânea e Teoria / Anelise Dambroz Spinassé; Bruna de Oliveira Nunes; Letícia Franco do Nascimento; Ricardo Gonçalves Rodrigues Filho; Wendell Luiz Martins (orgs.) – Serra: Identidade Editorial, 2024.

273 p.: ilustrações.

ISBN: 978-65-983805-4-0

1. História. 2. História Antiga. 3. História Medieval. 4. História da África. 5. História Contemporânea. I. SPINASSÉ, Anelise Dambroz. II. NUNES, Bruna de Oliveira. III. NASCIMENTO, Letícia Franco do. IV. FILHO, Ricardo Gonçalves Rodrigues. V. MARTINS, Wendell Luiz. VI. Título.

CDU: 900

Sumário

Apresentação | 08

Teorias da História | 10

História e Literatura na utopia iluminista d'O Ano 2440 de Louis-Sébastien Mercier - Anelise Dambroz Spinassé | 11

As fontes impressas e o estudo acerca do Fogo de 1951: um evento traumático - Camila Margon Massi | 23

Desvendando as Potencialidades da Teoria de Jörn Rüsen no Contexto do Samba-Enredo para a Consciência Histórica - Janderson Batista de Souza | 44

Entre o idealismo e o marxismo: a disputa da concepção de Estado a partir de Karl Marx e Bruno Bauer - Luiza Santana Locatell Araujo | 56

Por que temer o esquecimento? Notas acerca da ambivalência conceitual entre o esquecer e o apagar - Mateus Chagas Rocha | 71

Frankenstein (1818), de Mary Shelley, e a técnica moderna | Rafael Kiefer Teixeira dos Santos | 81

J. R. R. Tolkien (1892-1973): do mito ao homem - Roney Marcos Pavani | 97

História Antiga, Medieval e da África | 113

Sacralização do espaço: entre a religião e o cotidiano em Corinto (séc. II d.C.) - Camila Sartorio Sfalsin | 114

Entre o medievo e a modernidade: as tavernas e as casas de café como espaços de sociabilidade e consumo - Hícaro Rassele Rodrigues e Ricardo Gonçalves Rodrigues Filho | 134

Os retratos funerários do Egito romano: a contribuição da cultura material para o estudo da História Antiga - Jéssica Ladeira Santana | 147

Corrupção e controle das finanças municipais na província da Bitínia-Ponto: a atuação de Plínio, o Jovem, como governador (110-112) - Raphael Keller Campos | 164

“Alexandres” e a construção do império universal: o uso de múltiplas identidades como uma estratégia política na conquista da oikoumene - Thiago Henrique dos Passos Felix | 175

História Contemporânea | 196

A formação dos discursos fascistas no início do século XX - Bruna Teixeira Carneiro | 197

Império Britânico em Perspectiva: Análise contraposta de “O Fardo do Homem Branco” e o Congresso de Baku no contexto colonial dos séculos XIX e XX | 221

Entre miséria e modernidade: a Berlim da República de Weimar (1919-1933) vista por - Joseph Roth | 237

A imagem da Revolução Russa construída no filme “Anastásia” - Maria Carolina Stelzer Campos | 252

Apresentação

A Semana de História realizada na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) é um evento de caráter acadêmico e científico organizado pelos estudantes do curso de História. Revitalizado com o retorno das atividades universitárias após a pandemia de Covid-19 e ciente do papel social e político de historiadores e historiadoras no que tange os limites, tensões e aproximações entre a História e a Memória, a XV edição do evento — realizada entre os dias 03 e 06 de outubro de 2023 — teve como tema os *Mecanismos de apagamento da memória brasileira: epistemicídio, anistia e controle de massas*.

Construída com objetivo de fomentar a produção de saberes e conhecimentos acerca do campo da História, a XV SDH contou com minicursos, mesas e comunicações livres que buscaram divulgar e debater produções acadêmicas e questões atuais, aproximar e integrar estudantes interessados na pesquisa e difusão do conhecimento histórico, e estabelecer o diálogo entre a graduação e a pós-graduação, entre ensino de história e produção de conhecimento.

O livro digital da Semana de História, dividido em dois volumes, abrange as comunicações livres realizadas durante o evento onde estudantes — da graduação, egressos do curso ou já inseridos na pós-graduação —, apresentaram suas pesquisas. Após a

apresentação aos pares, os textos foram recolhidos e revisados, resultando na presente publicação. Neste primeiro volume, estão dispostos os textos relativos às áreas de *História Antiga, Medieval e da África, Teorias da História e História Contemporânea*.

Vitória, 2024

A Comissão Organizadora

Teorias da História

História e Literatura na utopia iluminista d'O Ano 2440 de Louis-Sébastien Mercier

Anelise Dambroz Spinassé¹

A utilização da fonte literária na historiografia tem sido resgatada nas últimas décadas, começando no final do século XX. É importante lembrar o impacto significativo que o movimento da *École des Annales*, liderado por Marc Bloch e Lucien Febvre, teve na ampliação do repertório histórico e na definição do que constitui uma fonte histórica (FERREIRA, 2009, p. 63). Além disso, os proponentes da Nova História, como Jacques Le Goff e Pierre Nora, também desempenharam um papel importante nesse processo. A utilização de fontes literárias é complexa, especialmente devido à ideia de que os historiadores lidam com a “realidade” em oposição ao reino da “ficção”. Compreende-se que, em certa medida, a partir da busca pela historicidade de uma fonte literária, é possível se aproximar do conhecimento da realidade histórica. Conforme Pavani (2023),

A literatura se encontra no campo das incertezas, das possibilidades, enfim, se não daquilo que é real, ao menos do

1 Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), pesquisadora de Iniciação Científica vinculada ao Laboratório de Estudos de Teoria da História e História da Historiografia (LETHIS-UFES).

que é concebível. Ora, todos esses elementos também possuem uma historicidade. Quer dizer, os limites dos sonhos, da imaginação e da ficção não são os mesmos ao longo da história (PAVANI, 2023, p. 23).

A fonte literária que se pretende discutir é *L'An 2440, Rêve s'il en fut jamais* (1771). Do título é possível apreender algo como “O Ano 2440: um sonho que jamais existiu”/ “Um sonho, se é que existiu”. Trata-se de uma utopia que narra o sonho vivenciado por um cidadão francês na década de 1770. Após uma intensa discussão política sobre o futuro da França com um personagem definido apenas como “um velho inglês”, o personagem principal acorda como um idoso, refletindo a passagem do tempo, na cidade de Paris no ano de 2440. O livro é composto por quarenta e quatro capítulos, cada um escrito como um ensaio, abordando diversos temas à medida que o personagem explora a cidade de Paris e é confrontado com as transformações que ocorreram no mundo no decorrer de setecentos anos.

Escrito por Louis-Sébastien Mercier (1740-1814), um intelectual iluminista, dramaturgo que produziu mais de sessenta peças de teatro com temáticas antimilitaristas, anticlericalistas e antimonarquistas, além de jornalista e escritor, *L'An 2440* foi primeiro publicado em Amsterdã de forma anônima através de redes de publicação clandestina, para escapar da censura da polícia política da França. Everett Wilkie, que estudou sobre o histórico das diferentes edições e impressões da obra, afirmou que a

A publicação desta obra teria representado um grande risco para um editor parisiense. Diferente da publicação de um panfleto, a publicação de um livro de três volumes demandava um enorme investimento que seria perdido se a polícia tivesse apreendido o estoque. Para uma produção desta escala seriam investidos uma grande quantidade de tempo e materiais, que tornaria o projeto ainda mais difícil de esconder das inspeções frequentes às quais os editores de Paris estavam sujeitos (WILKIE, 1985, p. 377).

L'An 2440 figurou na lista de livros mais vendidos na época (DARNTON, 1995, p. 115) e tinha aproximadamente dezoito mil cópias circulando pela Europa em 1772. Este livro foi traduzido para vários idiomas além do francês, incluindo espanhol, alemão e inglês, apesar de ter sido proibido pela Santa Sé em 1773 e pela Inquisição Espanhola em 1778 (MARCELLESI, 2011, p. 248). Portanto, a primeira consideração a ser feita sobre este livro é seu caráter clandestino.

A segunda consideração é que se trata de uma utopia, um gênero literário que remonta à publicação de “A Utopia” de Thomas Morus em 1516. Durante séculos, as utopias - essa busca por lugares fantásticos, sociedades perfeitas e mundos transformados - pareciam estar a um continente ou oceano de distância. Entre os séculos XVI e XVII, centenas de utopias foram escritas, alimentadas pela imaginação literária que foi estimulada pelas grandes navegações, transformações políticas e revoluções religiosas.

Mas o século XVIII — com a difusão das ideias iluministas, as independências das colônias na América, a divisão da Polônia pe-

las grandes potências — traz consigo uma inovação, como recorda o historiador Reinhart Koselleck. É um momento da Modernidade em que este autor vai apontar a ocorrência de uma transformação na imaginação do futuro — isto é, o momento em que as experiências vividas por uma sociedade, com as transformações políticas, sociais e a inovação tecnológica, irão superar as expectativas imaginadas por essa época. É nesse momento em que, na literatura, as utopias deixarão de ser localizadas em lugares distantes — recorde casos anteriores a Mercier, como as *Cartas Persas* de Montesquieu — e o tempo, em especial o tempo *futuro*, será agora o palco das utopias. Isso se consolidou pela primeira vez no ano de 1771, com a publicação do *L'An 2440*. Isto é, conforme Darnton, Koselleck e Dutton, a primeira vez na História ocidental em que uma utopia foi escrita tendo o futuro como tema.

Mas afinal, por que interessa aos historiadores estudar literatura — em especial essa literatura utópica do final do XVIII? Para pensar essa questão, recorde a consideração de Bronislaw Baczko sobre o significado do estudo das utopias para a História e os historiadores. Para este autor:

Utopias são demonstrações e expressões de uma era específica, mostrando suas obsessões, pesadelos e revoltas; o escopo dessas representações como o caminho tomado pela imaginação social; sua maneira de evidenciar o possível e o impossível. Ir além da realidade social, mesmo se apenas em um sonho e como um escapismo, é parte daquela realidade (BACZKO, 1989, p. 5).

Não é tanto sobre o que aconteceu. Isso é, se uma utopia se realizou ou não. No trabalho do historiador, não se busca encarar a utopia como uma profecia, nem tampouco é possível dizer que seus escritores a consideravam como tal. Mas em uma utopia há um quê de contraste, de aproximação ou — principalmente — de *transgressão* para com a realidade em que a primeira estava contida.

Quanto ao *porquê* do interesse dos historiadores na Literatura, é um debate extenso e no estado atual desta pesquisa não possui uma resposta fechada nem se acredita que *exista* uma resposta fechada. Considera-se, a partir de diálogos com autores como Antônio Celso Ferreira, Terry Eagleton e Antoine Compagnon, é o aspecto de que a Literatura não é invariável durante a História — é um campo que se altera conforme seu contexto, a sociedade que à busca avidamente ou dela se afasta, quem e quais e quantos são os leitores de uma sociedade em um determinado período histórico, a indústria dedicada à edição e distribuição de livro; os sentidos, significados e interpretações são alterados tanto pela passagem do tempo quanto pelo contato entre as gerações e tradições literárias.

Ao discutir sobre os dilemas entre o fantástico e o real na produção literária, Pavani (2023), argumenta nesse sentido:

À pesquisa histórica, sobretudo dos anos 1970 em diante, com seus novos problemas, objetos e abordagens, interessam textos. Todos os textos. De qualquer natureza. Uma vez

que o que está em jogo aqui é a complexidade e a totalidade da experiência humana (PAVANI, 2023, p. 25).

Isto é, existe mais na experiência humana de uma determinada época do que o que chega aos registros oficiais e alcança a chamada historiografia tradicional — e conforme este autor, é possível identificar um certo nível de conhecimento histórico e do real nos contos, nos romances, nas histórias.

Pretende-se analisar, neste sentido, o capítulo *A biblioteca do rei* contido no *Ano 2440* de Louis-Sébastien Mercier. Pelos parâmetros da pesquisa, opera dentro de um local definido — a França, mais especificamente a cidade de Paris — e um tempo próprio: a segunda metade do século XVIII, mas o espaço temporal de análise é a década de 1770.

No período em que os Iluministas se envolviam em uma extensa produção histórica, literária e cultural, como analisado pela professora Beatrice Didier em sua obra *Histoire de la littérature française du XVIIIe siècle* (2003), as *gens de lettres* formaram uma categoria social própria. Eram principalmente oriundos de uma burguesia ascendente, que incluía parlamentares, profissionais liberais e artesãos enriquecidos. Para sustentarem-se, muitos deles dependiam de pensões reais e do apoio de grandes patronos, e frequentemente tornavam-se jornalistas ou professores particulares. Alguns autores notáveis desse período, como Denis Diderot, Pierre de Beaumarchais e Rétif de la Bretonne, empreenderam esforços para preservar seus direitos, ou seja, disputavam a parcela dos

lucros de seus livros destinada aos editores em comparação com a destinada aos próprios escritores. Esse processo de transformação de seu status moral e social tornou-se evidente, sobretudo a partir de 1750, conforme observou Didier, culminando na formação de uma profissão singular (DIDIER, 2003, p. 182-195).

O capítulo vinte e oito do *L'An 2440* é intitulado *A biblioteca do rei* e representa o reforço da configuração de sonho no qual a utopia de Mercier é narrada. O tempo do sonho não segue a duração, a estrutura ou a lógica da realidade — mesmo em uma obra mais fantasiosa — e por meio dele, é possível transformar cenários, atravessar grandes distâncias, substituir personagens. Afinal, como o próprio narrador observa, ele está em um *sonho*. Ele permite, em uma sociedade tão marcada pela censura, que o literato apresente ideias que rompem com a moral ou o costume de uma época, ideias transformadoras.

E Mercier, conforme Raymond Trousson, era

Anticonformista por natureza, convicto do direito do escritor de intervir nas questões públicas, ele que se designava como 'o primeiro *livrier* da França' era, em todos os sentidos, se não um revolucionário, ao menos um partidário de reformas profundas (TROUSSON, 1998, p. 261).²

O aspecto mágico do sonho em que se encontra o personagem é evidenciado — a ficção transforma o local onde estava o

² Tradução própria.

personagem e ele é levado “pela arte da magia” até a biblioteca do rei. A incredulidade do personagem ao constatar o contraste entre o espaço diminuto que agora carregava o título de biblioteca real é mais compreensível quando se tem em mente a materialidade e os significados daquele espaço. Alfredo Serrai, ao discutir sobre a evolução da ideia e do sistema de bibliotecas ao redor do globo, observa que “à biblioteca competia reunir os documentos elaborados, os produtos intelectuais e espirituais das gerações” (SERRAI, 1975, p. 142).

Durante o período em que reinou Carlos V (1364-1380), a biblioteca real ocupava vários andares do palácio do Louvre (PRIEBE, 1982, p. 389). Com o *depôt legal* estabelecido por Francisco I (1494-1547), todo editor da França deveria enviar à biblioteca real uma cópia de cada obra impressa. “Além disso, como a coleção continha todas as obras impressas na França, a biblioteca real tornou-se um centro de aprendizagem para estudiosos europeus interessados no estudo do Renascimento e do Barroco” (PRIEBE, 1982, p. 389). Nessa mesma direção, irá adicionar Serrai que: “a biblioteca real é, às vésperas da Revolução Francesa, a mais rica do mundo, seja em volumes impressos ou em MSS: tem cerca de 60 funcionários e está publicando seu próprio catálogo.” (SERRAI, 1975, p. 154).

Tal monumento é deformado por Mercier em sua utopia. O autor ficcionaliza tal ambiente, apontando que os séculos transformaram aquela biblioteca em um único gabinete com algumas poucas estantes. Quanto ao destino daquela grande quantidade de

livros que o homem do século XVIII conhecia,

Com unânime consentimento reunimos em uma vasta planície todos os livros que julgamos frívolos, inúteis ou perigosos. Formamos com eles uma pirâmide que, por sua altura e tamanho, parecia uma torre enorme e certamente era uma nova torre de Babel. Os periódicos coroavam este estranho edifício que estava flanqueado por todos os lados por mandatos de bispos, advertências de parlamentos, requisições e orações fúnebres. Estava composto por quinhentos ou seiscentos mil dicionários, cem mil volumes de jurisprudência, cem mil poemas, seiscentos mil livros de viagens e mil milhões de novelas. Colocamos fogo nessa massa horrível como um sacrifício expiatório oferecido à verdade, ao bom senso e ao verdadeiro gosto. As chamas devoraram em torrentes a loucura dos homens, tanto antigos como modernos. O incêndio durou muito tempo. Alguns autores queimaram vivos, mas seus gritos não nos detiveram [...]. Assim renovamos com espírito iluminado o que outrora realizou o espírito cego dos bárbaros (MERCIER, 2016, p. 152-153).

O personagem navega pelas estantes de literatura grega, inglesa, italiana e francesa, onde ele descobre que o século XXV critica vigorosamente alguns dos nomes populares da época, incluindo Jacques Bossuet e François-Marie Arouet, mais conhecido como Voltaire. Bossuet é rechaçado por suas obras, consideradas “esqueletos cronológicos pobres e sem valor”, como o ‘Discurso sobre a História Universal’, e também a partir dos padrões de moralidade de Mercier: embora admita o “talento” de Bossuet, ele

é rotulado como pouco mais do que um cortesão ambicioso. Em relação a Voltaire, sua prolífica produção é julgada superficial por Mercier.

Segundo a análise de René Godenne sobre o capítulo ‘A Biblioteca Real’, podemos identificar duas interpretações diferentes. A primeira, em um nível superficial, sugere que Mercier lega ao século XXV obras e autores que estavam de acordo com seu gosto pessoal, como é o caso da obra completa de Jean-Jacques Rousseau, que é totalmente preservada.

A segunda linha de interpretação que Godenne levanta em sua análise talvez seja a que mais interessa a essa pesquisa. Ao longo deste capítulo, o que o autor escreve, a apologia de Mercier, é por uma literatura a serviço do social, como Rousseau e Rétif de La Bretonne. Para Mercier, “o verdadeiro escritor é aquele que se coloca a serviço da ordem social, que se compromete a instruir, aprimorar os costumes e cuja vida irrepreensível serve como exemplo³ (GODENNE, 1972, p. 572)”.

Ao almejar uma literatura de caráter social e pedagógico, produzida por filósofos — no sentido de intelectuais e pensadores — Mercier adota uma concepção de literatura coletiva, profundamente iluminista. Revolucionária, na medida que provoca a reflexão para o século XVIII, pois também é apresentada pelo conflito entre o cidadão do futuro e o homem do passado. No entanto, ao mirar tão alto quanto o faz, o caráter desta literatura se torna utópico.

³ Tradução própria.

REFERÊNCIAS

- DARNTON, Robert. **The forbidden best-sellers of pre-revolutionary France**. New York: W.W. Norton, 1995.
- DIDIER, Béatrice. **Histoire de la littérature française du XVIIIe siècle**. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2003. Disponível em: <http://books.openedition.org/pur/187578>.
- FERREIRA, Antônio Celso. A fonte fecunda In: DE LUCA, Tânia Regina; PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- GODENNE, René. La Bibliothèque de l'homme de l'an 2440 selon L. S. Mercier. **The French Review**, v. 45, n. 3, p. 571-579, fev. 1972. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/387801>. Acesso em: 05 jan. 2024.
- MARCELLESI, Laure. Louis-Sébastien Mercier: Prophet, Abolitionist, Colonialist. **Studies in Eighteenth-Century Culture**, v. 40, 2011, p. 247-273.
- MERCIER, Louis S. **El Año 2440: un sueño como no ha habido otro**. Madri: Ediciones Akal, 2016.
- PAVANI, Roney Marcos. Procurar o fantástico para encontrar o real: dilemas literários na modernidade. **História em Curso**, Belo Horizonte, v. 5, n. 8, p. 17-38, dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/historiaemcurso/article/view/32128>. Acesso em: 05 jan. 2024.
- PRIEBE, Paul M. From Bibliothèque du Roi to Bibliothèque Nationale: The Creation of a State Library, 1789- 1793. **The Journal of Library History**, v. 17, n. 4, p. 389-408, 1982. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25541320>. Acesso em: 06 jan. 2024.

- SERRAI, Alfredo. História da Biblioteca como evolução de uma ideia e de um sistema. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 141-161, set. 1975. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36168>. Acesso em: 06 jan. 2024.
- TROUSSON, R. Review of *Le Rêve laïque* de Louis-Sébastien Mercier entre littérature et politique, by E. Rufi. **Diderot Studies**, v. 27, 1998, p. 261–264.
- WILKIE, Everett C. Jr. 1985. Mercier's "L'An 2440": Its publishing history during the author's lifetime, Part II. **Harvard Library Bulletin XXXII**, n. 4, 1984, p. 348-400.

As fontes impressas e o estudo acerca do Fogo de 1951: um evento traumático

Camila Margon Massi¹

O Fogo de 1951

O evento que ganhou destaque para esse breve levantamento historiográfico foi o Fogo de 1951, que ocorreu na comunidade indígena de Barra Velha no extremo Sul do estado da Bahia. As fontes impressas selecionadas produzidas no período são: os jornais, *O Momento* (BA) e *Imprensa Popular* (RJ) e a obra *Barra Velha: o último refúgio* (1978). Um episódio que marcou uma comunidade indígena pelo incêndio, perseguições, prisões injustificáveis e torturas físicas e psicológicas: esse é o cenário do Fogo de 1951. O contexto de destruição foi resultado de uma ação policial realizada frente a tentativa de retomada do território do Parque Nacional Monte Pascoal (PNMP), que foi desapropriado em 1943 pela homologação do Decreto-lei 12.729 do dia 19 de abril do mesmo ano. Decreto que previa a prerrogativa de desapropriar, quando

1 Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, na linha de pesquisa Representações e ideias políticas sob orientação do prof. Dr. Julio Bentivoglio e bolsista Capes/Cnpq. Graduada em Licenciatura em História (2023) pela mesma instituição, é vinculada ao Laboratório de Estudos de Teoria da História e História da Historiografia (Lethis-UFES). E-mail para contato: camilamargon.massi@gmail.com

necessário, as terras ou benfeitorias que estivessem na área delimitada do PNMP.

Nesse cenário de desapropriação territorial, o capitão Honório Borges da Silva emerge como uma figura propulsora das lutas pela demarcação e retomada das terras Pataxó de Barra Velha (Santos, 2017, p. 30). Realizou duas viagens ao Rio de Janeiro em busca de resultados, em sua segunda jornada pensou encontrar a solução: dois agentes do Sistema de Proteção aos Índios iriam à Barra Velha prestar suporte. Esses dois indivíduos que chegaram à comunidade indígena no início do mês de maio, são comumente referenciados como “engenheiro” e “tenente” e possuem sua identidade desconhecida. De acordo com Oliveira (1985, p. 17) nenhum indígena se recorda da identidade desses homens, afirma que um apresentou-se como engenheiro e como tenente. O Jornal *A Tarde* (BA), na matéria publicada no dia primeiro de junho de 1951 afirma que a identidade de um desses sujeitos é de Ari Bhering (*A Tarde*, 01/06/1951) e supõe que o seu parceiro seria Nelson Schaum, o jornalista que escreveu a reportagem no jornal *O Momento* (BA). Porém, trata-se apenas de especulações jornalísticas que não possuem comprovação posterior, nesse sentido, opta-se por se referir aos indivíduos como “engenheiro” e “tenente”. A partir da chegada desses sujeitos à comunidade indígena, diversas ações realizadas contribuem para a compreensão do desenrolar dos eventos até o Fogo de 1951.

Esses personagens lideraram o assalto à venda de Corumbau, de Teodomiro Souza, ameaçaram-no de prisão e o amarram, pos-

teriormente cortaram a linha do telégrafo com a ajuda dos indígenas (Oliveira, 1985, p. 20-21) e auxiliaram na morte de diversos gados sob a justificativa para alimentação (Santos, 2017, p. 35). Um cenário no qual a população indígena ficou completamente isolada e sem possibilidade de comunicação. O reparo da linha foi realizado pelo inspetor da linha telegráfica de Caraíva e posteriormente foi cortada novamente pelos indígenas (Oliveira, 1985, p. 23).

Aproximadamente três dias após a chegada desses dois indivíduos à Barra Velha, a polícia é informada acerca do cenário na localidade. Como ação imediata foram enviados dois batalhões da polícia militar, um advindo de Porto Seguro e o outro do Prado ou Caravelas, a histografia do período não é homogênea. Esses policiais atiraram contra a comunidade durante a noite e, ao amanhecer adentraram no local e, ao perceber que a maior parte dos indígenas havia escapado, seguiram para as matas para os caçar, como animais (Santos, 2017, p. 39).

Capturados e levados ao cárcere, foi na prisão onde transcorreram as torturas físicas, os abusos psicológicos e sexuais (Oliveira, 1985). Um ato violento contra a população indígena de Barra Velha que teve seus direitos incisivamente violados e a sua terra arrasada. Dado esse cenário, a maior parte das famílias que residiam em Barra Velha preferiu adentrar as matas e formar novas comunidades. Dando início a um processo de negação da sua ancestralidade como forma de proteção e segurança. Diante desse contexto de destruição e violência, a população indígena Pataxó

de Barra Velha sofreu uma dispersão forçada do grupo (Carvalho, 2008, p. 39).

Ao considerar o Fogo de 1951 como uma experiência traumática que muda a rede de sociabilidade dos indígenas de forma permanente, ultrapassando o período da violência do ano de 1951, considera-se que os eventos traumáticos possuem uma característica de continuidade e permanência, justamente em função da sua constante reelaboração por meio das memórias (Fico, 2012, p. 48). A memória de eventos traumáticos integra eventualmente o esforço de construção do conhecimento histórico sobre os processos históricos (Fico, 2012, p. 48). Um cenário que se amplia para as consequências posteriores a esse violento contexto, como: diáspora indígena, a negação da ancestralidade, o abandono da localidade e, trazendo para um cenário atual, a sua constante representação no ritual Awê, tipicamente indígena que, por meio de cânticos, rememora e representa o acontecimento. Esses sintomas pós-traumáticos, como propõe o historiador norte-americano, Dominick LaCpara (2014) possibilitam a conceitualização do evento como traumático.

As fontes diretas e indiretas

Tratando-se da problemática das fontes, conceitualiza-se como fonte em consonância com o historiador José D'Assunção Barros. Conforme Barros (2019, p. 10) fonte é aquela que possibilita um significativo acesso à compreensão do passado humano e seus desdobramentos no presente, não necessariamente sendo

materiais no sentido tradicional da palavra. De acordo com a historiadora Tânia Maria de Luca (2020, p. 9) o estudo da história baseia-se na retrospectiva ao trabalhar com documentos que sobreviveram ao tempo. Vale ressaltar que De Luca argumenta que as interpretações sobre o passado sempre estão abertas a outras formas de compreender o acontecimento, o que significa que a história pode passar por um processo de reescrita e reinterpretção (De Luca, 2020, p. 9).

Esse campo de possibilidades revela uma necessidade de cuidado com as fontes históricas e o seu manuseio. Diferentemente do que previa a tradição do século XIX, as fontes não são receptáculos da verdade, são passíveis de análise e compreensão que são guiadas por problemáticas levantados no presente. A expansão do horizonte de possibilidades de utilização de fontes para a pesquisa historiográfica avançou rapidamente, porém as metodologias para trabalhar com esses novos tipos de documentos estão sendo desenvolvidas e aprimoradas na contemporaneidade.

Este avanço ocorreu concomitantemente à um complexo desenvolvimento historiográfico que resultou na possibilidade de utilização quase irrestrita de fontes. Barros (2019, p. 13) salienta que os arquivos oficiais continuam sendo fundamentais ao trabalho do historiador, mas não são suficientes para fornecerem tudo o que necessitam para seu trabalho. Assim, a classificação e a análise das fontes de acordo com suas especificidades se tornam imprescindível para a execução de uma pesquisa historiográfica.

A historiografia do século XIX se modifica e no século XX

expande seus limites, como uma renovação do saber do próprio historiador (Barros, 2019, p. 13). Nesse momento, o termo documento se torna um resíduo de um tipo de História do século XIX, herança de um primeiro momento da historiografia científica, relacionado a um tradicionalismo, que foi substituída gradualmente por fontes históricas, uma terminologia mais ampla e fluída (Barros, 2019, p. 13). A importância da multiplicidade das tipologias de fontes e das possibilidades por elas oferecidas também é destacada pelos autores Nilton Ferreira e Fernando Seffner (2008, p. 115):

Mas, principalmente, a revolução documental dobrou o olhar da disciplina História para aspectos da vida social, antes distantes do olhar dos historiadores, e apenas abordados por determinadas ciências como a Antropologia e a Etnologia. O imaginário, as mentalidades, o cotidiano, a vida privada, sensibilidades passam a fazer parte do universo da História e permitem aos historiadores montar uma trama mais bela da vida dos povos e dos tempos passados.

Apesar dessa mudança de cenário, os termos documento e fonte histórica são utilizados frequentemente como sinônimos. Nesse sentido, Barros (2019) chama atenção para a mudança de semântica que acompanhou as renovações que a história científica sofreu. A história passa por um processo na qual deixa de ser limitadamente factual em favor de uma nova historiografia, principalmente interpretativa (Barros, 2019, p. 14). Nesse sentido, a fonte constitui, de certa forma, um dos princípios da história, mas

também o próprio fluir do historiador (Barros, 2019, p. 16).

Para melhor compreender e situar as fontes, Barros sistematiza algumas taxonomias propostas pelo historiador Julio Aróstegui. Como forma de situar e analisar cada tipo de fonte que se tem à disposição a partir de quatro critérios: a posição, a qualidade, a intencionalidade e a serialidade das fontes (Aróstegui *Apud* Barros, 2019, p. 20). Nesse momento, propõe-se expor apenas dois desses critérios.

O primeiro critério que Barros (2019) discorre sobre é a posição, no qual a antiga classificação de primárias e secundárias é substituída por fontes diretas e fontes indiretas, levando em consideração a posição mais próxima ou mais afastada do objeto de pesquisa. De acordo com o autor, nenhuma fonte é direta ou indireta de maneira absoluta, qualquer classificação depende do objeto que temos em vista (Barros, 2019, p. 24). A maneira de pensá-las como diretas ou indiretas, considera, segundo Aróstegui, a proximidade no tocante dos fatos narrados. Uma fonte direta é um escrito ou um relato de alguma testemunha presencial de um fato, já uma fonte indireta é mediada, uma narrativa baseada em outras informações, não em testemunhos diretos.

O segundo critério utilizado é a intencionalidade, no qual o material que será transformado em fonte histórica pelo historiador pode trazer marcas de um gesto voluntário ou involuntário (Barros, 2019, p. 32). Propõe também utilizar a nomenclatura proposta por Marc Bloch: fontes intencionais e não intencionais, em um sentido que a intencionalidade se ocupa basicamente de

lançar uma indagação sobre as condições de produção de determinada fonte (Bloch *Apud* Barros, 2019, p. 33). Barros compreende o caráter subjetivo dessa classificação, levando em consideração dos aspectos involuntários presentes em obras voluntárias e vice-versa. Nesse sentido, sugere a distinção de grupos formados por fontes voluntárias, arquivos provocados e fontes involuntárias, que não tinham por objetivo central elaborar um discurso para ser lido por um receptor específico ou transmitir uma mensagem (Barros, 2019, p. 33-34).

Porém, vale destacar que em alguns cenários as fontes não são tratadas de maneira singular e individual em todas as pesquisas historiográficas. Apontando principalmente para dificuldades dentro do campo da pesquisa, quando as diversas classificações, oriundas de critérios bem diferentes e estranhos entre si, são misturados indiscriminadamente para organizar “lotes da história”, classificações simplistas que objetivam a divisão de campos (Barros, 2020, p. 18). José d’Assunção Barros (2020, p. 20) propõe uma divisão em três critérios, buscando dinamizar essas classificações simplistas: a dimensão, que implica em um tipo de enfoque ou um modo de enxergar tal realidade; uma abordagem que resulta em um fazer historiográfico específico a partir dos materiais que foram selecionados pelo historiador; e, por fim, um domínio correspondente a uma escolha mais específica, orientada em relação a determinados sujeitos ou objetos para os quais será dirigida a atenção do historiador, que são os campos temáticos.

Essas novas possibilidades abraçadas pela historiografia bra-

sileira possuem um impacto direto na produção da história indígena e na história do Brasil enquanto disciplina. Vale destacar que presença indígena ativa nos cenários políticos e acadêmicos do país é um fenômeno recente na história do Brasil. Ao ocuparem esses espaços, muitas dessas populações desafiam os antigos discursos que os consideravam como extintas (Almeida, 2019, p. 112). Esse cenário é retroalimentado por novas pesquisas e reinterpretções a respeito de sua trajetória em períodos anteriores. A análise dos documentos impressos, relatos indígenas e obras permitem perceber a forma como muitas etnias indígenas, antes considerados aculturados e dominados, na verdade, nunca se anularam enquanto agentes históricos e políticos (Almeida, 2019, p. 116). A utilização de documentos impressos pensados e executados de forma externa em relação à realidade comunidade indígena Pataxó de Barra Velha, podem ser analisados de acordo com o seu contexto de produção, auxiliando na compreensão desses processos de resistência. A demonstração do cenário pode ser realizada por meio das descrições da imprensa do período acerca do Fogo de 51, oferecendo uma perspectiva de persistência, possibilitando uma complexificação além da dicotomia entre colonizador e colonizado, opressores e vítimas.

Os jornais

Na década de 1970, ao lado das histórias da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal se torna um objeto e problema da pesquisa histórica. Nesse período, os periódicos deixaram de

ser meramente uma fonte confirmadora de análise apoiadas em outro tipo de documentação. Um contexto marcado por uma mudança de tratamento e análise dessas fontes, principalmente com as novas perspectivas inauguradas por Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado. Em suas pesquisas, os periódicos foram utilizados como objetos de estudo que se justificam por entender a imprensa como um instrumento de manipulação, de jogo de interesses e de intervenção na vida social (Capelato, Prado, 1980). Os jornais como fonte histórica oferecem informações relevantes para debater diversos âmbitos da sociedade, tais como: gênero, infância, política, censura, técnicas de impressão, lucro e o lugar social da imprensa, entre diversas possibilidades citadas por De Luca em seu capítulo que integra a obra *Fontes Históricas* (2014), organizado por Carla Pinsky.

Estudos que utilizam fontes impressas como material primordial, são organizados e interpretados de acordo com o problema de pesquisa e o objeto de estudo. No contexto desta pesquisa, a análise de conteúdo das fontes é primordial, respeitando a individualidade de cada tipologia documental. Nesse sentido, as mensagens, segundo Franco (2020, p. 08), “expressam as representações sociais na qualidade de elaborações mentais construídas socialmente, a partir da dinâmica que se estabelece entre a atividade psíquica do sujeito e o objeto do conhecimento”. Os periódicos jornalísticos serão analisados como representantes de uma narrativa do período em questão, como integrantes de uma indústria cultural.

O periódico *O Momento*² noticiou em maio de 1951 o fogo na comunidade indígena de Barra Velha. A reportagem em questão, do dia 26 de maio de 1951, intitulada “Alastra-se a luta armada na zona sul do Estado”, informa o número de homens armados que estariam na comunidade indígena de Barra Velha, entre outras informações. Porém, o que chama atenção é o teor alarmista da reportagem, quando escrevem

Chamamos atenção de todo o povo para os acontecimentos que atualmente se desenrolam na zona sul, para os quais o povo deve voltar-se, fazendo sentir sua calorosa solidariedade às vítimas do latifúndio e do terror e exigindo que se ponha termo a onda de selvageria desencadeada [...] Despachos oficiais de ontem, informaram que a polícia do major Arsênio tenha feito prisioneiros sete homens, nove mulheres e NOVE CRIANÇAS! Como se vê é o terror selvagem que se abate sobre os trabalhadores e suas mulheres e seus filhos. (O Momento, 26/05/1951).

Esse periódico era o único jornal do Partido Comunista em circulação no Brasil, inaugurado em abril de 1945, no mesmo ano em que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) entrou na legalidade (Serra, 1987, p. 29). Editado em Salvador, onde hoje possui seu acervo disponível para consulta na Biblioteca Pública do Estado da Bahia (PBEP). Operou por mais de dez anos (1945 - 1957) e possuía afinidade ideológica com o Partido Comunista, embora inicial-

2 Sobre a história desse periódico, ver: SERRA, Sônia. *O Momento: história de um jornal militante*. Dissertação de Mestrado. Salvador, UFBA, 1987

mente, não fosse um órgão oficial do partido. Defendia os interesses e princípios do PCB e constantemente desempenhava funções de um órgão partidário, quando veiculava as suas mensagens, até mesmo as internas (Sena Júnior, 2009). Um jornal que procurava além de divulgar notícias, desenvolver a política de massas e aglutinar a inteligência baiana com artigos de intelectuais de esquerda. Estimulava a imprensa popular, buscando cumprir a determinação marxista de divulgação dos ideais comunistas, formação de quadros, transformação social e tomada do poder (Serra, 1987).

A fim comprovar a relevância deste jornal, ao citar a repercussão da publicação da reportagem no *O Momento* na Assembleia Legislativa, traz a luz a figura do deputado Wilson Lins (Partido Republicano), que afirma “êsse foi o único jornal que narrou a verdade, não se deixando levar pelas falsas versões da polícia e do governo” (Imprensa Popular, 19/06/1951).

Outro jornal que relatou o acontecimento foi o *Imprensa Popular* (RJ). Este surgiu a partir do fim do periódico carioca do Partido Comunista Brasileiro: A Tribuna Popular. Inaugurado no ano de 1948 e seguiu em circulação até 1958. Devido a situação de ilegalidade do partido no período de surgimento do jornal, o vínculo da *Imprensa Popular* com o PCB era secreto (Brasil, 2016). Possuíam significativa quantidade de fotos e ilustrações, traziam manchetes e títulos chamativos, com fontes enormes, abordando os problemas sócio-políticos mais variados, visando a atenção das classes populares (Brasil, 2016). Em suas páginas, aborda os rumos e as posturas do PCB, deixando claro as posições favoráveis

ao partido, mas não revelando a sua vinculação direta. A reportagem que noticia o Fogo de 1951, do dia 19 de junho do mesmo ano que está disponível virtualmente no site da Hemeroteca Digital. Trata-se de uma republicação da matéria publicada originalmente no jornal *O Momento* em maio de 1951, constantemente citada ao longo do texto. A reportagem objetiva uma narrativa dos acontecimentos desde o início da luta pela demarcação territorial, propulsionada por Capitão Honório, até os acontecimentos que sucederam o evento. Nesse sentido, essa reportagem é uma construção narrativa proveniente da assimilação de diversas informações coletadas das reportagens anteriormente publicadas, principalmente aqueles referentes ao jornal *O Momento*, devido a sua afinidade política com o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A análise das fontes jornalísticas, conforme proposto nos estudos mais contemporâneos, requer sua historicização, levando em consideração as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê (De Luca, 2014, p. 132). Os jornais selecionados para discussão possuem uma materialidade física, são fontes consideradas como secundárias, por utilizarem de informações de terceiros para produzir a sua reportagem, como inquéritos policiais, telegramas e, até mesmo informações de outros jornais. Esse tipo de fonte possui uma intencionalidade muito presente e, por serem de amplo acesso, pretende construir um discurso acerca do acontecimento. A perspectiva que paira sobre a função dos jornais é de receptáculo dos fatos, aquele que carrega a verdade sobre os acontecimentos (De Luca, 2014, p. 138). Nesse momento, vale destacar

que essa perspectiva não condiz com o processo de materialização da reportagem jornalística, que é cercada de escolhas e subjetividades, tornando-o um material essencial para compreender não apenas o acontecimento, mas a forma como é narrado.

As obras como fonte histórica

O movimento de reaproximação entre a história e a literatura foi possível devido aos avanços em relação às fontes históricas que ocorreram ao longo do século XX. Ao considerar a literatura como componente de uma perspectiva narrativa e descritiva, a relação dela com a história se desenvolve em um plano epistemológico, mediante aproximações e distanciamentos, compreendendo-as não como verdadeiras ou falsas, mas como diferentes formas de narrar uma realidade do período (Pesavento, 2003). A literatura atua na história e vice-versa, ambas contribuem para a formação de mentalidade de uma população em determinado período, é um fruto cultural que exerce o papel de influenciar e de ser influenciada. Atualmente, de acordo com Pesavento (2003, p. 32), as questões que articulam o debate acerca da utilização da literatura como fonte histórica se pautam nos discursos presentes nas obras, fruto direto das indagações dos escritores de seu tempo. Essas narrativas respondem às perguntas, expectativas, desejos e temores da realidade do período (Pesavento, 2003, p. 32).

Nesse sentido, ao buscar fontes produzidas sobre o Fogo de 51, a obra *Barra Velha: o último refúgio*, escrita por um, à época, delegado da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) de

forma autônoma destacou-se para a pesquisa. Seu autor, Cornélio Vieira de Oliveira não possui referências de sua trajetória disponíveis online, não há registros da sua formação acadêmica, o que leva a acreditar que não exista uma. As informações obtidas acerca de Cornélio são provenientes do acervo da Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAÍ)³ e os documentos que o citam são de cunho jornalístico e atos oficiais da FUNAI. Após o levantamento dessa documentação, é possível encontrar uma relação de documentos que citam Cornélio Vieira em seus respectivos cargos. Essas informações podem ser utilizadas para criar uma cronologia dos cargos ocupados por ele na FUNAI e posteriormente na SUAF, com o objetivo de compreender a relação que Cornélio possuía com os indígenas e a sua possível motivação para produzir essa obra. Vale destacar que a edição que se tem acesso é de 1978, acredita-se que essa seja uma primeira versão entregue aos indígenas que possuíam a liberdade de solicitar alterações para sua posterior publicação em 1985.

A fonte impressa *Barra Velha: o último refúgio* é formada por um conjunto de depoimentos cedidos a Cornélio, coletados de maneira desconhecida, visto que não há especificação acerca da metodologia utilizada na obra. Foi publicada em 1985 em Londrina, com editoria de Cornélio Vieira de Oliveira, resultando em um seleto número de cópias. Pode-se classificá-la, por meio dessas informações iniciais, como uma obra rara, devido ao singu-

³ Acervo disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CRV_Indigena_AcervosInstituicoes&pesq=&pesquisa=Pesquisar&pagfis=67135. Acesso em: 20 de maio de 2023.

lar número de exemplares e à sua baixa circulação. É uma fonte direta de acordo com o nosso objeto de estudo, por tratar-se de testemunhos diretos do Fogo de 51. A classificação de acordo com a intencionalidade também é possível, sendo uma fonte intencional, com um incentivo privado do próprio autor, Cornélio Vieira Oliveira, sem qualquer registro de financiamento externo, que objetivava construir uma narrativa dos próprios indígenas acerca do acontecimento. Vale destacar que, em 1985, período de publicação da obra, o Brasil vivia um processo de resgate das populações indígenas que, em três anos, teriam seus direitos contemplados na Constituição Federal. Para além da intencionalidade do autor, há também uma clara intencionalidade dos indígenas que, após 17 anos do Fogo de 51, cederam seus relatos para um não-indígena. Um cenário em que, muitos que presenciaram o episódio estavam vivos e participando de um movimento de retorno à comunidade indígena Barra Velha e a região do Parque Nacional Monte Pascoal. Concomitante a essa migração, percebe-se também um esforço para a valorização indígena, para além da demarcação territorial, mas de luta pelo seu reconhecimento enquanto atores da sua própria história.

O romance-reportagem

Ao buscar classificar a obra *Barra Velha: o último refúgio* como um tipo específico de fonte impressa, buscou-se introduzi-la na classificação de romance-reportagem, proposta por Rildo Cosson em sua obra *Fronteiras Machucadas*. Cosson (2007, p. 13)

afirma que, a distinção entre a ficcionalidade e a factualidade não é tão evidente quanto pode parecer, e é essa impossibilidade de distinção que fez surgir o romance-reportagem. De acordo com o autor, romance é uma obra de arte, a reportagem é uma narrativa factual; o romance cria o mundo por meio da mimesis e da verossimilhança, a reportagem representa a realidade apoiada na veracidade na possibilidade de comprovação da verdade (Cosson, 2007, p. 11).

Pode-se notar que o teor de factualidade é estabelecido logo no início da obra, quando o autor afirma “todos os nomes e fatos narrados são reais” (Oliveira, 1985, p. 2). Além da epígrafe, durante toda a construção narrativa da obra percebe-se a tentativa de trazer à consciência as violências cometidas contra a população indígena Pataxó de Barra Velha. Por meio de relatos transcritos na obra de diversos indígenas que sofreram tais violências, destaca-se o teor de denúncia, em um contexto dos anos de 1970, na qual a figura do indígena ganha centralidade na discussão política e social, com destaque para a constituinte de 1988.

O contexto dos anos de 1970 de cunhagem do título romance-reportagem foi marcado por muitos escritores jornalistas, principalmente devido a censura do período ditatorial, que elevou a literatura a esse tom de denúncia (Cosson, 2007, p. 13). Inicialmente, o título foi dado à coleção *Civilização Brasileira*, por seu editor Ênio Silveira, para recobrir apenas um conjunto de obras baseadas em episódios reais, com personagens reais e uma narrativa que adota contornos ficcionais (Cosson, 2007, p. 37). Os ro-

mances-reportagens, para a recepção jornalística, possuem como principal característica a denúncia social, que também está relacionada com os detalhes factuais e a pesquisa que o escritor-repórter realizou, onde esse valorizou o peso documental da narrativa (Cosson, 2007, p. 39). O romance-reportagem, na perspectiva de alguns, está resgatando de um “realismo brasileiro” ao se tornar porta-voz de um povo e desvelado de suas mazelas, comprometido com o social (Cosson, 2007, p. 40)

Mesmo pautado em uma análise da obra *Barra Velha: o último refúgio*, escrita por Cornélio Vieira Oliveira, um agente de órgão público, busca-se considerar o livro como um romance-reportagem devido ao seu caráter de sua denúncia social. Para além de narrar os acontecimentos que antecederam e sucederam o Fogo de 1951, a obra resulta de uma coleta de dados feita com a própria população que sofreu o episódio: os indígenas Pataxó. Entrevistas realizadas e transcritas de maneira desconhecida, as quais permitiram à população geral compreender esse relevante acontecimento para a história dessa comunidade indígena de Barra Velha.

Considerações finais

As fontes históricas referentes aos estudos de populações indígenas, dentro e fora do contexto brasileiro, se pautam principalmente em documentos produzidos de forma exterior a essas populações. Na proposição de pesquisa, buscou-se, por meio da obra *Barra Velha: o último refúgio*, uma alternativa a essas fontes tradicionais, utilizando uma produção que foi construída por meio

de relatos indígenas e em conjunto com estes.

Para além da perspectiva da própria população indígena, a variedade de jornais possibilitará uma percepção da imprensa do período em relação aos acontecimentos que transcorreram no extremo sul do estado da Bahia. Utilizando jornais vinculados ao PCB e à elite local, almeja-se a análise da construção narrativa desses periódicos para a distribuição para a população geral.

A discussão proposta na comunicação apresentada na XV Semana de História da Universidade Federal do Espírito Santo é um levantamento inicial da análise das fontes que será aprimorada no segundo ano de pesquisa do Mestrado. Nesse sentido, as suposições iniciais da forma como será desenvolvido a análise das fontes na dissertação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. História Indígena: teorias, fontes e métodos em perspectiva interdisciplinar. In: REIS, Tiago S. Et. Al. **Coleção história do tempo presente: volume 1**. Boa Vista: Editora da UFPR, 2019.
- BARROS, José d'Assunção. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Vozes, 2019.
- BARROS, José d'Assunção. **O campo da História**. Petrópolis: Vozes, 2020.
- BRASIL, Bruno. **Imprensa Popular**. FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). 2016. Disponível em: <https://bndigital>.

bn.gov.br/artigos/imprensa-popular/. Acesso em: 12 de jul. de 2023.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia Coelho. **O Bravo Matutino: Imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo"**. 1980.

CARVALHO, Maria Rosário de. Os Pataxó Meridionais: uma breve recensão histórico-bibliográfica. In: ALLI, Agostinho da Silva. **Tradições étnicas entre os Pataxós no Monte Pascoal: subsídios para uma educação diferenciada e práticas sustentáveis**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2008.

COSSON, Rildo. **Fronteiras contaminadas**. Brasília: Ed. UnB, 2007.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2014.

DE LUCA, Tania Regina. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2020.

FERREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. **O que pode o ensino de história?** Sobre o uso de fontes na sala de aula. Porto Alegre, Anos 90. Porto Alegre, v. 15 n. 28. P.113- 128, dez. 2008.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jun. 2012.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Autores Associados, 2020.

Jornal O Momento, Salvador/BA, de 26 de maio de 1951.

- Jornal Imprensa Popular, Rio de Janeiro/RJ, de 19 de junho de 1951.
- LACAPRA, Dominick. **Writing history, writing trauma**. JHU Press, 2014.
- OLIVEIRA, Cornélio Vieira de. **Barra Velha: o último refúgio**. Londrina: C. Vieira de Oliveira, 1985.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Mundo Como Texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, Pelotas, p. 31 - 45, 01 set. 2003.
- SANTOS, Leandro Braz dos. **História do ponto de vista Pataxó: território e violações de direitos indígenas no extremo sul da Bahia**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Habilitação em Ciências Sociais e Humanidades.
- SERRA, Sônia. **O Momento: história de um jornal militante**. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1987.
- SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias Figueiroa de. **Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936-48)**. São Paulo: Annablume, 2009.

Desvendando as Potencialidades da Teoria de Jörn Rüsen no Contexto do Samba-Enredo para a Consciência Histórica

Janderson Batista de Souza¹

Introdução

A Teoria da Consciência Histórica de Jörn Rüsen busca a compreensão profunda do passado, influenciando o presente com reflexão crítica sobre a história. O estudo do samba enredo nas aulas de história pode ser uma ferramenta potente para se compreender o passado de forma lúdica, pois essa expressão artística oferece narrativas históricas ricas. As letras, melodias e performances do samba enredo trazem perspectivas únicas sobre eventos históricos, destacando temas como luta contra opressão, culturas afro-brasileiras, conquistas sociais e resistência popular.

O objetivo geral desse artigo é relacionar o estudo do samba enredo com a Teoria da Consciência Histórica de Jörn Rüsen, buscando ampliar a compreensão do passado e promover habilidades cognitivas nos alunos. Como desdobramento do objetivo geral, te-

¹Mestrando em Humanidades no Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Vitória. Licenciado em História e Pedagogia. Especialista em Filosofia, Artes e Educação Especial. Email: prof.janderson@outlook.com. Bolsista: FAPES.

mos como objetivos específicos:

- Utilizar o samba enredo como recurso lúdico para compreender o passado histórico, enriquecendo o ensino de história com narrativas artísticas e diversas perspectivas sobre eventos históricos.
- Explorar a relação entre identidade cultural, samba enredo e identidade, estimulando reflexões sobre a formação de identidades culturais.

Incorporar os sambas enredos como ferramentas para promoção de operações cognitivas propostas por Jörn Rüsen, como análise narrativa, causalidade histórica e compreensão temporal, desenvolvendo a consciência histórica dos alunos.

Analisar o samba enredo amplia o entendimento dos alunos sobre a história local e nacional, conectando eventos históricos à cultura popular. Isso promove a interdisciplinaridade ao integrar música, literatura, sociologia e antropologia.

Além disso, o samba enredo resgata memórias coletivas, valoriza a identidade regional e estimula uma visão crítica da história, conforme proposto por Rüsen.

Como patrimônio imaterial desde 2007, o samba enredo se torna uma ferramenta essencial para o ensino, estabelecendo uma relação de alteridade com o passado e promovendo consciência histórica nos alunos.

Samba e Identidade: Relações Indissociáveis

O samba enredo é uma expressão cultural profundamente enraizada na história, refletindo a diversidade do Brasil. Ao ser incorporado ao ensino de história, revela como identidades culturais se formam e se expressam. Stuart Hall (HALL,2005) defende a fluidez das identidades (HALL,1987), o que é visível no samba enredo, resultado de uma diáspora cultural com influências afro-brasileiras, indígenas e europeias.

No contexto das aulas de história, o samba enredo possibilita entender como as identidades são moldadas pela interação cultural e se torna representação de uma mediação cultural onde diferentes tradições se mesclam e dialoga com o passado e presente. Isso desafia os alunos a refletir sobre identidade na sociedade brasileira, valorizando a diversidade cultural e reconhecendo o papel das mediações culturais na formação da identidade.

Analisar o samba enredo nas aulas de história permite conexões com as ideias de Hall sobre identidade na pós-modernidade e diáspora, enriquecendo o conhecimento sobre a história e a diversidade cultural do Brasil. Aspectos como a diáspora cultural, heterogeneidade, representação e contexto histórico-social são evidenciados, convidando os alunos a refletir sobre formação de identidades culturais, interações entre culturas e a expressão artística como veículo de consciência histórica e empoderamento.

Explorando o Samba Enredo: Uma Perspectiva Histórica

O samba-enredo é uma expressão cultural que evoluiu no contexto das escolas de samba do Rio de Janeiro, Brasil, tornando-se central nos desfiles de Carnaval. Sua origem está associada aos cultos africanos, especialmente do candomblé (CAVALCANTI, 1995, p.85), enquanto sua consolidação ocorreu mais tarde com o surgimento das primeiras escolas de samba no início do século XX.

A partir da década de 1930, durante o auge do Carnaval como festa popular e competitiva, os enredos do samba começaram a ganhar destaque nos desfiles. As escolas passaram a criar enredos que representavam elementos da cultura brasileira e abordavam questões sociais e políticas relevantes.

O samba-enredo é considerado uma forma de expressão que resgata memórias coletivas e preserva tradições culturais, contribuindo para a construção da consciência histórica nas comunidades.

Na Era Vargas, a ascensão do samba como símbolo de harmonia social e racial, propagado pelas rádios (SCHWARCZ; STARLING 2017, p. 376), foi parte de um projeto de governo que visava a unidade nacional. Embora Vargas não tenha inventado o samba, sua divulgação na mídia contribuiu para forjar a imagem da identidade brasileira.

O samba-enredo não apenas registra a história do Brasil, mas também está entrelaçado às celebrações locais de cada região, exercendo influência e espelhando as identidades culturais e interações sociais. Essas festividades não são apenas expressões

culturais, mas sim as suas próprias culturas, em que se mescla elementos identitários dos diferentes grupos sociais.

Neste cenário, a cultura representa tanto o conhecimento popular quanto o científico, atuando para equilibrar e desafiar o sistema estabelecido. As letras dos sambas enredos exploram temas como africanidades, resistências, identidade nacional e transformação, resgatando memórias coletivas e expressando anseios, protestos e resgates históricos da sociedade.

Incorporação De Conceitos Históricos e Desenvolvimento Das Operações Cognitivas

O uso dos sambas enredos na sala de aula para o ensino de história pode ser justificado por meio de diferentes operações cognitivas propostas por Jörn Rüsen (RÜSEN,2010). Essas operações incluem a análise narrativa, causalidade histórica, compreensão temporal e aplicação de conceitos históricos (RÜSEN, 2010, p. 104).

Rüsen destaca que a consciência histórica está ligada à experiência, interpretação e orientação temporal. A pesquisa histórica, segundo Rüsen, é guiada pela matriz disciplinar, que engloba cinco perspectivas, incluindo carências de orientação, interpretações históricas e métodos de pesquisa. Relacionando essas ideias à análise do samba enredo, os alunos podem explorar diferentes modos de conhecimento histórico, promovendo reflexão, pensamento crítico e compreensão mais profunda dos contextos histó-

ricos presentes nos sambas enredos.

História e Linguagem na Perspectiva de Jörn Rüsen

Jörn Rüsen, influente historiador alemão, propõe uma abordagem da história que enfatiza a importância da linguagem na construção do conhecimento histórico. Para Rüsen, a linguagem não é apenas um veículo de transmissão de informações, mas também um elemento central na formação da consciência histórica.

Em sua obra “História Viva: Teoria da História: Formação do Indivíduo e da Identidade Cultural”, Rüsen argumenta que a linguagem desempenha um papel fundamental na mediação entre o passado e o presente. Ele sugere que a compreensão histórica é moldada pela linguagem, que organiza e interpreta os eventos do passado de acordo com as perspectivas culturais e sociais do presente.

Segundo Rüsen, a linguagem histórica é um instrumento poderoso na construção de narrativas históricas, que não apenas descrevem os eventos passados, mas também atribuem significados a eles. Essas narrativas históricas influenciam a forma como os indivíduos se relacionam com o passado e constroem sua identidade cultural.

Jörn Rüsen destaca que a linguagem não é apenas um meio de transmitir informações sobre o passado, mas também um instrumento fundamental na criação de significado histórico. Ele argumenta que a linguagem desempenha um papel ativo na interpretação e na organização dos eventos históricos, moldando

a maneira como os indivíduos entendem o passado e constroem narrativas sobre ele.

Rüsen propõe que a linguagem histórica é caracterizada por diferentes modos de representação do passado, que refletem as diferentes formas pelas quais as sociedades entendem e dão sentido à história. Ele identifica quatro modos de representação histórica: o modo narrativo, o modo paradigmático, o modo argumentativo e o modo de exposição.

O modo narrativo é caracterizado pela construção de narrativas lineares que descrevem eventos históricos em uma sequência causal. As narrativas históricas neste modo tendem a seguir uma estrutura de início, meio e fim, criando uma narrativa coerente e significativa.

O modo paradigmático envolve a identificação de padrões recorrentes na história, que são usados para interpretar e dar sentido aos eventos passados. Neste modo, os eventos históricos são vistos como exemplos de padrões mais amplos, ajudando a explicar o presente e antecipar o futuro.

O modo argumentativo é caracterizado pela apresentação de argumentos sobre o significado e a importância dos eventos históricos. Neste modo, a linguagem é usada para persuadir e convencer os outros sobre uma interpretação específica da história.

O modo de exposição envolve a apresentação objetiva e descritiva dos eventos históricos, sem tentar atribuir significados ou interpretar o passado. Este modo é comumente encontrado em

textos históricos acadêmicos e em obras de referência.

Ao analisar a linguagem histórica através desses modos de representação, Rüsen argumenta que é possível compreender como as diferentes sociedades constroem narrativas históricas e como essas narrativas influenciam a forma como os indivíduos se relacionam com o passado. Ele sugere que a consciência histórica de uma sociedade é moldada pela linguagem, que atua como um meio de transmitir e interpretar a história de geração em geração.

Análises e práticas linguísticas e História

Para explorar a relação entre história, linguagem e samba-enredo na perspectiva de Jörn Rüsen, uma atividade prática em sala de aula pode envolver a análise de letras de sambas-enredo. Os alunos podem ser divididos em grupos e receber diferentes letras de sambas-enredo para analisar.

Primeiramente, os alunos podem identificar os modos de representação histórica propostos por Rüsen nas letras, destacando elementos narrativos, paradigmáticos, argumentativos e de exposição. Em seguida, os grupos podem discutir como esses elementos linguísticos são usados para construir significados históricos e culturais nas letras dos sambas-enredo.

Para finalizar, os alunos podem apresentar suas análises em forma de apresentação oral ou escrita, destacando as conexões entre linguagem, história e cultura presentes nas letras dos sambas-enredo. Esta atividade tem como objetivo explorar a relação

entre história, linguagem e samba-enredo na perspectiva de Jörn Rüsen, proporcionando aos alunos uma experiência prática de análise textual e histórica.

Divida a turma em grupos e forneça a cada grupo letras de sambas-enredo diferentes, preferencialmente com temas históricos ou culturais relevantes. Explique aos alunos os conceitos de modos de representação histórica de Rüsen, enfatizando a importância da linguagem na construção de narrativas históricas.

Os grupos devem analisar as letras dos sambas-enredo, identificando elementos linguísticos como vocabulário, metáforas, figuras de linguagem e estrutura gramatical. Os alunos devem discutir como esses elementos são utilizados pelos compositores para transmitir informações históricas e culturais, e como contribuem para a construção de significados.

Os grupos devem identificar os modos de representação histórica presentes nas letras, destacando elementos narrativos, paradigmáticos, argumentativos e de exposição. Os alunos devem discutir como esses modos de representação influenciam a forma como os eventos históricos são interpretados e significados são atribuídos a eles.

Após a análise, os grupos devem compartilhar suas conclusões com a turma, destacando as conexões entre linguagem, história e cultura presentes nas letras dos sambas-enredo. Promova uma discussão em sala de aula sobre as diferentes interpretações e significados atribuídos às letras dos sambas-enredo, enfatizando a diversidade de perspectivas históricas e culturais.

Peça aos alunos que reflitam sobre como a análise dos sambas-enredo à luz da teoria de Rüsen contribuiu para sua compreensão da relação entre história, linguagem e cultura brasileira. Incentive os alunos a relacionar essa atividade com outras formas de expressão cultural e artística, destacando a importância da linguagem na construção e transmissão do conhecimento histórico.

Conclusão

A Teoria da Consciência Histórica de Jörn Rüsen busca uma compreensão profunda do passado, influenciando o presente com reflexão crítica sobre a história. O estudo do samba enredo nas aulas de história pode ser uma ferramenta potente para compreender o passado de forma lúdica, pois essa expressão artística oferece narrativas históricas ricas. As letras, melodias e performances do samba enredo trazem perspectivas únicas sobre eventos históricos, destacando temas como luta contra opressão, culturas afro-brasileiras, conquistas sociais e resistência popular.

Ao relacionar o estudo do samba enredo com a Teoria da Consciência Histórica de Jörn Rüsen, busca-se ampliar a compreensão do passado e promover habilidades cognitivas nos alunos. Utilizando o samba enredo como recurso lúdico, é possível enriquecer o ensino de história com narrativas artísticas e diversas perspectivas sobre eventos históricos. Explorando a relação entre identidade cultural, samba enredo e identidade, estimula-se reflexões sobre a formação de identidades culturais.

Incorporar os sambas enredos como ferramentas para promoção de operações cognitivas propostas por Jörn Rüsen, como análise narrativa, causalidade histórica e compreensão temporal, pode desenvolver a consciência histórica dos alunos. Além disso, a análise do samba enredo amplia o entendimento dos alunos sobre a história local e nacional, conectando eventos históricos à cultura popular e promovendo a interdisciplinaridade ao integrar música, literatura, sociologia e antropologia.

O samba enredo, como patrimônio imaterial desde 2007, se torna uma ferramenta essencial para o ensino, estabelecendo uma relação de alteridade com o passado e promovendo consciência histórica nos alunos. Portanto, ao explorar o samba enredo na sala de aula, os educadores podem proporcionar uma experiência de aprendizagem significativa que vai além da simples transmissão de informações históricas, estimulando a reflexão crítica, o pensamento criativo e a apreciação da diversidade cultural.

REFERÊNCIAS

- CAVALCANTI, Maria L. V.C. **carneval carioca-dos bastidores ao desfile**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC/Funarte, 1985.
- DE ARAÚJO, Marcelo Marcos; VAS, Braz Batista. **Ensino e Aprendizagem em História**: Uma reflexão a partir da perspectiva de Jörn Rüsen. *Revista Escritas*, v. 9, n. 2, p. 131-144, 2017.
- GODOY, Arilda Schmidt. **“Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais.”** *Revista de Administração de empresas* 35 (1995): 20-29.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. pp. 88/89

MUSSA, Alberto, SIMAS, Luiz Antônio. **Samba de enredo: história e arte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RÜSEN, Jörn. **Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão**. Práxis Educativa (Brasil), vol. 1, núm. 2, julho-dezembro, 2006, pp. 7-16 Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, Brasil.

_____. **Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã**. n:RÜSEN, Jörn. **Potencialidades da formação de sentido**. Tradução: Nélio Schneider. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 251-299.

_____. **História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Tradução: Estevão de Rezende Martins. 1.reimpr. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010

_____. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas/** Jörn Rüsen, com colaboração de Ingetraud Rüsen; tradução de Peter Horts Raumann, Caio da Costa Pereira, Daniel Martineschen, Sibebe Paulino – Curitiba: W. A. Editores, 2012. p.69–112.

_____. Trad. Estevão de Rezende Martins. **Razão histórica: teoria da história fundamentos da ciência histórica**. Brasília, UNB, 2001.

SCHWARCZ, Lilian M; STARLING Heloisa M. Brasil: **Uma Biografia**. 1º ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2017

Entre o idealismo e o marxismo: a disputa da concepção de Estado a partir de Karl Marx e Bruno Bauer

Luiza Santana Locatel Araujo¹

Durante muito tempo as pesquisas sobre as disputas travadas entre Marx e o hegelianismo foram concentradas em analisar a inversão da dialética de Hegel pelo marxismo. Contudo, pouca atenção foi dada a explorar o conflito entre ambas as correntes visando explicitar sua crítica ao direito liberal, principalmente em relação a seu caráter utópico. Diante disso e, visando explorar tal lacuna, esta pesquisa pretendeu analisar as reflexões de Karl Marx à luz da problemática da construção do direito burguês, objetivando compreender o debate travado entre Marx e Bruno Bauer como uma disputa de narrativas acerca dos rumos que deveriam ser tomados pelo Estado alemão, que estava em processo de formação. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório a partir dos escritos de direito de Marx, com foco em *Sobre a questão judaica* e outros escritos contextuais.

¹ Estudante finalista de História na Universidade Federal do Espírito Santo. Vinculada desde de 2021 ao Laboratório de Estudos de Teorias da História, o LETHIS, sob orientação do professor Dr. Julio Bentivoglio.

Analisar esses dois autores que não somente são contemporâneos entre si, mas que também viveram no mesmo espaço geográfico e conviveram juntos, marcados por uma relação de ensino e uma grande ruptura por parte de Marx, que rompe com o idealismo hegeliano, se faz imprescindível para compreender o projeto de Estado Alemão desejado. Marx e Bauer, pois, se constituem como opostos não apenas político e filosoficamente. Bauer é cristão, Marx, apesar de não praticante, tem origem judaica, Bauer tinha boa vida financeira, enquanto a vida de Marx foi marcada pelo pauperismo. Os resultados de suas produções, portanto, refletem o espaço social que ocupam, e são, evidentemente, opostas entre si.

A disputa de concepção de Estado entre Karl Marx e Bruno Bauer é demonstrada principalmente no artigo de Bauer “A capacidade dos judeus e cristãos atuais tornarem-se livres”, de 1843 e no artigo resposta de Marx, “Sobre a questão judaica”, de 1844, ambos publicados poucos anos antes das jornadas de 1848, que se espalharam por toda a Europa. Apesar dos títulos, os livros não possuem somente a religião como tema central, mas também o Estado moderno, a principal preocupação de Marx entre 1842 e 1849.

Bauer e, em seguida, Marx, teorizam sobre a questão judaica na mesma época, um como resposta ao outro. Apesar de partirem do caso dos judeus, suas obras vão além de uma questão religiosa, mas se estendem como reflexo de suas condições políticas. A questão judaica, ou seja, a questão referente à situação social e

política dos judeus, estava em amplo debate na Prússia, e foi debatida também por outros autores como por Riesser e Gustav Philipson, como evidenciado por Leopold (1999). Sobre a situação dos judeus, Heinrich afirma que

É fato que, sob a ocupação francesa, ali os judeus experimentaram a igualdade civil. Mas, subsequentemente, o processo restaurador patrocinado pela Santa Aliança restabeleceu para a Confederação Germânica o conceito de Estado cristão, e, pelo édito de 4 de maio de 1816, aos judeus ficou vedado o exercício de funções públicas em toda a Confederação. (Heinrich, 2018, posição 107)

Ademais, o estudo da concepção de Estado se altera significativamente com a ascensão da burguesia, sobretudo após a Revolução Francesa. O Estado liberal de direito é o foco de diversos estudiosos da região da germânia, com destaque na figura de Hegel, extremamente importante para possibilitar a compreensão da visão idealista nessa comunicação.

Ao olhar para o texto *Sobre a questão Judaica* o leitor pode primeiramente perceber um simples debate entre a questão da emancipação dos judeus em comparação aos cristãos. Bauer reforça a todo o tempo que os judeus estavam mais longe da liberdade que os cristãos, por estarem vivendo no que ele considera sendo uma “hipocrisia religiosa”, por que os judeus não eram, em geral, esclarecidos intelectualmente, enquanto os cristãos, vendo a limitação de sua liberdade, teriam investido no conhecimento

para superar sua limitação, enquanto os judeus se contentavam em transgredir a lei, se ocupar de negócios comerciais, comer e beber o que a natureza oferece e descansar no *shabat* (Bauer, 2019, p. 191). Para Bauer, ser judeu sempre prevalece, então esse anseio por liberdade seria como um “esforço inútil como se quisesse lavar um negro até deixá-lo branco como também, em sua tortura inútil, se ilude a si mesmo: pensando ensaboar o negro, lava-o com uma esponja seca. Ele sequer chega a molhá-lo.” (Bauer, 2019, p. 184). Assim, a essência judaica limitada sempre iria prevalecer sobre suas obrigações humanas e políticas, para ele, os judeus, apesar de quererem ser livres, não faziam nada para tal.

Bauer então afirma que os judeus não almejavam a liberdade tal qual os cristãos e que o desejo pela liberdade que tanto suplicava o povo judeu não era verdadeiramente seu próprio desejo, mas um desejo do espírito da época, ou seja, de toda a população europeia, marcada pelos desejos emancipatórios da Revolução Francesa.

[...] eles são tão apáticos e indiferentes frente ao problema geral da religião e da humanidade, que nada fazem contra a crítica, e estão tão servilmente embaraçados [befangen] na ilusão religiosa que nunca militaram nos exércitos que campearam contra a hierarquia e a religião. Nenhum judeu deu qualquer contribuição decisiva para a crítica, e nenhum alguma contra. (Bauer, 2019, p. 185).

Nesse sentido, os cristãos, portanto, se encontrariam em um

nível mais elevado ao estrangular por si só sua não-liberdade, enquanto os judeus estariam bem longe da possibilidade de liberdade, visto que as produções críticas dos judeus estariam muito abaixo das produções dos críticos cristãos, além de não terem grande relevância para o desenvolvimento da História, ou seja, não teriam contribuições para a busca pela liberdade. Marx, então, explicita as perguntas de Bauer:

Ninguém na Alemanha é politicamente emancipado. Nós mesmos carecemos da liberdade. Como poderíamos vos libertar? Vós, judeus, sois egoístas, quando exigis uma emancipação especial só para vós como judeus. Como alemães, teríeis de trabalhar pela emancipação política da Alemanha, como homens, pela emancipação humana, percebendo o tipo especial de pressão que sofreis e o vexame por que passais não como exceção à regra, mas como confirmação da regra. (Marx, 2010a, p. 33)

Este debate antissemita proposto por Bauer para deslegitimar o interesse judeu por liberdade e caracterizar a busca pela liberdade como uma busca do espírito do tempo defende que, enquanto os judeus não querem se libertar, os cristãos querem, e a forma de libertação que Bauer enxerga é através do intelecto, através do esclarecimento, da crítica e da autoconsciência, que resultariam na superação da religião e em sua dissolução pela crítica e pelo conhecimento. Isso marcaria, então, o nascimento da liberdade, e isso só poderia ser feito a partir de um Estado que se

emancipasse da religião e se tornasse um Estado político.

É a partir dessa concepção e dessa defesa de pensamento que o hegelianismo faz a defesa do Estado burguês, porque o Estado burguês seria responsável por aproximar o homem de sua *Wesen*, da liberdade. Isso ocorreria justamente pelo fato do Estado burguês acabar com o Estado religioso, o Estado teocrático. Nesse sentido, o Estado defendido pelos hegelianos como projeto de Estado Alemão é o Estado burguês, que aproxima o homem do seu objetivo histórico, que é a liberdade. Assim, Bauer faz toda sua crítica direcionada aos judeus como uma crítica ao Estado religioso, que não pode nem emancipar os judeus e nem ninguém. Em disputa a tal concepção Marx direciona sua crítica ao próprio Estado, considerando um erro do hegelianismo e de Bauer a falta de crítica ao Estado em si:

[...] vemos o erro de Bauer no fato de submeter à crítica tão somente o “Estado cristão”, mas não o “Estado como tal”, no fato de não investigar a relação entre emancipação política e emancipação humana e, em consequência, de impor condições que só se explicam a partir da confusão acrítica da emancipação política com a emancipação humana geral. Em vista da pergunta de Bauer aos judeus: “Tendes, a partir do vosso ponto de vista, o direito de almejar a emancipação política?”, nós perguntamos em contrapartida: o ponto de vista da emancipação política tem o direito de exigir dos judeus a supressão do judaísmo e do homem de modo geral a supressão da religião? (Marx, 2010a, p. 36)

Para Márcio Pinto, Marx se posiciona radicalmente em oposição a Bauer sobretudo por pensar que a tese de Bauer servia aos interesses do Estado prussiano, ainda que ele não soubesse. (Pinto, 2006, p. 11). Ao estudar a questão do direito burguês, Marx se dedica a estudar e analisar a sociedade civil e o Estado burguês, evidenciando sua legitimação no direito e na democracia - a democracia burguesa - em substituição aos privilégios feudais: “Os privilégios feudais são substituídos pelo *direito* - este passa a mediar a relação entre os homens, exacerbando a separação em relação a si próprios e à sociedade. O homem egoísta, membro típico da sociedade burguesa, se torna a base, a premissa do Estado político, e, como tal, é reconhecido nos direitos humanos.” (Pogrebinschi, 2003, p. 131). Ademais, Marx constrói sua crítica à utopia da democracia burguesa sobretudo destacando a vida dual produzida pelo Estado político, emancipado:

Onde o Estado político atingiu a sua verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla não só mentalmente, na consciência, mas também na realidade, na vida concreta; ele leva uma vida celestial e uma vida terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular, encara as demais pessoas como meios, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um brinquedo na mão de poderes estranhos a ele. A relação entre o Estado político e a sociedade burguesa é tão espiritualista quanto a relação entre o céu e a terra. (Marx, 2010a, p.40)

A partir disso, observa-se, pois, uma exposição importante da diferença entre os sujeitos que coexistem no sistema liberal. Isso se faz sobretudo a partir da dualidade judeu-cristão como exemplo inicial: no debate apresentado ao leitor, a visão de Bruno Bauer a respeito da emancipação e liberdade não somente recorre ao campo idealista, mas também se abriga no refúgio liberal construído pelos Estados livres como o estadunidense e o francês. Em ambos os Estados, a questão da opressão dos judeus, que, de acordo com Bauer, era causada pela falta de um Estado Político, não havia sido resolvida, mesmo com a presença de um Estado que não se comportava teologicamente com a religião (Marx, 2010a).

Para Bauer, a emancipação do homem - judeu ou cristão - seria feita através da emancipação religiosa, com o advento do Estado Político, no qual o homem seria capaz de usufruir plenamente da liberdade, mesmo que a existência de Estados como o francês e o norte-americano demonstrassem o contrário. Ademais, é de extrema importância ressaltar o idealismo como um modelo filosófico pró-republicano e liberal, que concebia a emancipação, a liberdade como uma questão geral, objetivo final da História (Bauer, 2019), a essência verdadeira do homem. Diante disso, judeus e cristãos deveriam se unir para superar a religião dialeticamente, de dentro pra fora, pela prova científica e teórica. Em disputa a tal visão, para Marx a religião não era a razão da limitação humana, mas um reflexo da limitação.

Para nós, a religião não é mais a razão, mas apenas o fe-

nômeno da limitação mundana. Em consequência, explicamos o envolvimento religioso dos cidadãos livres a partir do seu envolvimento secular. Não afirmamos que eles devam primeiro suprimir sua limitação religiosa para depois suprimir suas limitações seculares. Afirmamos, isto sim, que eles suprimem sua limitação religiosa no momento em que suprimem suas barreiras seculares. Não transformamos as questões mundanas em questões teológicas. Transformamos as questões teológicas em questões mundanas. Tendo a história sido, por tempo suficiente, dissolvida em superstição, passamos agora a dissolver a superstição em história. A questão da relação entre emancipação política e religião transforma-se para nós na questão da relação entre emancipação política e emancipação humana. (Marx, 2010a, p. 38).

Por sua vez, Marx argumenta que a emancipação religiosa não basta, e não liberta o homem, afinal, mesmo que a constituição dos Estados Unidos não obrigasse ninguém a ser religioso, ao contrário do Estado Teológico alemão, ainda sim um homem sem religião era visto como um homem desonesto, demonstrando que, ainda que o Estado se liberte politicamente da religião, o homem continua lidando com ela da mesma maneira. O *Freistaat*², pois, livre da religião, não era capaz de emancipar o homem, podendo ser livre sem que o homem seja. Sob tal lógica, afirma que tal situação colocaria o homem em contradição. A religião, então, não era a razão da limitação humana, mas um reflexo da limitação.

2 *Freistaat* poderia ser traduzido como República, é o Estado Livre, que se professa politicamente para com a religião, ao contrário do Estado Teológico, que se professaria religiosamente para com o Estado.

A disputa entre o pensamento de Marx e Bruno Bauer vem acompanhada por uma disputa contra o sistema hegeliano, em uma obra que corresponde a um rompimento definitivo de Marx com a perspectiva idealista do direito de Hegel e seu principal discípulo, Bruno Bauer, transferindo a dialética senhor-escravo, elaborada por Hegel para explicar os silogismos da dominação do outro a partir da consciência, do campo metafísico ao material, processo fundamental para a consolidação da noção de luta de classes. Ademais, enquanto para Hegel e seu idealismo liberal o Estado político seria uma necessidade, um fim imanente, pelo qual a família e a sociedade civil deveriam ceder aos interesses e se subordinarem, visto que sua existência seria dependente da existência do Estado (Marx, 2010b, p. 29), para Marx, por mais que o Estado seja emancipado da religião, ou seja, tenha deixado de ser teológico, a grande elite que o compunha continuava religiosa, mesmo que em privado. A sociedade burguesa, então, seria vista como necessária pois o Estado Político seria visto como necessário. Nesse sentido, o homem só se libertaria da religião por meio do Estado, o agente mediador da liberdade. Outrossim, a emancipação do Estado apenas permitiria que este se dispusesse com a justiça social: “A elevação política do homem acima da religião compartilha de todos os defeitos e de todas as vantagens de qualquer elevação política. [...] Acaso a propriedade privada não estaria abolida em princípio se o não proprietário se tornasse legislador do proprietário?” (Marx, 2010a, p. 41).

Nesta concepção, vista como irreal por Marx, o Estado emancipado, pois, anularia qualquer diferenciação por nascimento ao

proclamar a liberdade, igualdade e fraternidade, ao declarar cada homem como membro do povo, no qual todos são iguais aos olhos do Estado. Entretanto, muito longe de anular qualquer diferença material, tais diferenças são transferidas ao campo privado, e não mais pertencem ao campo público. É, portanto, nesse sentido, que se estabelece o caráter utópico da vida dupla do homem: o conflito entre a vida política e a vida social do homem escancara a igualdade apenas por aparência

Eis os limites da emancipação política apontados por Marx: o Estado se torna, então, livre da religião, emancipado, capaz de se libertar da limitação religiosa, enquanto o homem, não. O Estado pode ser livre sem que o homem seja. Nessa lógica, mesmo que o Estado seja livre, ele vai lidar com a religião da mesma forma que as pessoas que compõem o Estado lidam com a religião. Há apenas uma emancipação política, que coloca o homem em uma contradição utópica.

A diferença entre o homem religioso e o cidadão é a diferença entre o mercador e o cidadão, entre o diarista e o cidadão, entre o proprietário de terras e o cidadão, entre o indivíduo vivo e o cidadão. A contradição que se interpõe entre o homem religioso e o homem político é a mesma que existe entre o bourgeois (homem da sociedade) e o citoyen (homem político), entre o membro da sociedade burguesa e sua pele de leão política. (Marx, 2010a, p.41)

Assim, em disputa a concepção de Estado do hegelianismo,

a crítica que Marx faz a democracia burguesa defendida por Bauer é a de que ela seria dotada de um caráter duplo, de parte material, marcado pela desigualdade de classes, e divino, marcado pela liberdade, igualdade e fraternidade, de forma que tais preceitos seriam inalcançáveis e, nesse sentido, caracterizariam a democracia burguesa como utópica.

Essa disputa travada entre hegelianos e a nova corrente marxista, no seio de sua formação, evidencia não somente uma discordância entre filósofos mas uma discordância a respeito da forma como deveria ser conduzido o processo de formação do Estado alemão, que era um debate de extrema importância para época.

Ora, se o Estado burguês que, tinha sido apontado até aquele momento como o mediador entre o homem e a liberdade tinha escancarado não somente a desigualdade entre ricos e pobres, mas também o caráter dual e utópico da separação entre *citoyen* e *bourgeois*, e a burguesia que antes era a classe revolucionária tinha se tornado a classe dominante, a classe do status quo, qual então seria o caminho da liberdade para o homem? De qual forma então o homem poderia se tornar livre? É diante dessa pergunta que o título desse subprojeto de pesquisa se constitui a partir da máxima “A Revolução está morta! Viva à Revolução”, uma clara referência ao dito popular “O Rei está morto, vida longa ao Rei!” (Van Detta, 2003). Marx proclama essa frase no final do seu livro *As lutas de classe na França* após demonstrar que a burguesia deixa de ser classe revolucionária e, a partir de maiores reivindicações do grande proletariado passa a assumir a sua forma pura, com um

propósito de eternizar o domínio do capital e escravidão do trabalho, (Marx, 2015b, posição 48)

A Europa assumiu uma forma que fazia cada novo levante proletário na França coincidir diretamente com uma guerra mundial. A nova revolução francesa é obrigada a abandonar imediatamente o território nacional e a conquistar o terreno europeu, o único em que será possível realizar a revolução social do século XIX. Portanto, a derrota de junho foi imprescindível para que fossem criadas as condições nas quais a França pôde tomar a iniciativa da revolução europeia. Só depois de mergulhada no sangue dos insurgentes de junho a tricolor se transformou na bandeira da revolução europeia – na bandeira vermelha! E nós bradamos: A revolução está morta! – Viva a revolução! (Marx, 2015b, posição 49)

Enquanto para o hegelianismo a sociedade burguesa é vista como necessária por que o Estado político seria visto como necessário, para Marx a sociedade burguesa precisaria ser superada, e o Estado, quando puder, deveria não somente avançar e levar à abolição da religião, mas também a abolição da propriedade.

Em conclusão, A disputa entre o pensamento de Marx e Bruno Bauer vem acompanhada por uma disputa contra o sistema hegeliano, em uma obra que corresponde a um rompimento definitivo de Marx com a perspectiva idealista do direito. Enquanto para Bauer a sociedade burguesa seria vista como necessária pois o Estado Político seria visto como necessário, Marx via tal concepção como irreal: eis os limites da emancipação política apontados por

Marx: o Estado se torna, então, livre da religião, emancipado, capaz de se libertar da limitação religiosa, enquanto o homem, não. O Estado pode ser livre sem que o homem seja. Nessa lógica, mesmo que o Estado seja livre, ele vai lidar com a religião da mesma forma que as pessoas que compõem o Estado lidam com a religião.

REFERÊNCIAS

- BAUER, Bruno. A capacidade dos judeus e cristãos atuais tornarem-se livres. **Kínesis** -Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia, v. 11, n. 30, p. 183-199, 2019.
- ELIAS, Bruno. A crítica de Marx aos “Direitos do Homem e do Cidadão” no ensaio Sobre a questão judaica. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 13, 2017.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A razão na História**. Lisboa: LeYa, 2013.
- HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Nova Gazeta Renana: Órgão da democracia**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- MARX, Karl. **Carta ao Pai em Trier: Ciência do Direito e Filosofia Investigadas na Própria Realidade, Com o Próprio Objeto Perscrutado em seu Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.scientific-socialism.de/KMFEDireito-CAP4Port.htm>>. Acesso em: 9 mar.2023, [1837].
- MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

- MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010b.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo editorial, 2015a.
- MARX, Karl. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. Ebook. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015b.
- PINTO, Marcio Morena. A Questão Judaica” e a crítica de Marx à ideologia dos direitos do homem e do cidadão. **Controvérsia, São Leopoldo**, jul./dez, 2006.
- POGREBINSCHI, Thamy. Emancipação política, direito de resistência e direitos humanos em Robespierre e Marx. **Dados**, v. 46, p. 129-152, 2003.
- VAN DETTA, Jeffrey A. Le Roi Est Mort; Vive Le Roi: An Essay on the Quiet Demise of McDonnell Douglas and the Transformation of Every Title VII Case after Desert Palace, Inc. v. Costa into a Mixed Motives Case. **Drake L. Rev.**, v. 52, p. 71, 2003.

Por que temer o esquecimento? Notas acerca da ambivalência conceitual entre o esquecer e o apagar

Mateus Chagas Rocha¹

O objetivo deste capítulo é analisar o conceito de esquecimento e problematizar seu papel nas lutas por memórias durante fins do século XX e início do século XXI. A problemática gira em torno de um crescente número de memórias que buscaram retratar os eventos catastróficos vivenciados no século XX, como guerras e ditaduras, processo no qual a lembrança passou a ser exaltada como possibilidade de nortear um maior entendimento dessas experiências traumáticas. Nesse mesmo contexto, têm-se as lutas contra a anistia e contra o silenciamento histórico de diferentes grupos, o que suscitou a ideia de que se devesse lutar contra o próprio esquecimento. Disso decorrem três indagações: a) seria a luta pela memória, necessariamente, uma luta contra o esquecimento? b) O esquecimento é, de fato, apenas um fenômeno negativo?

Para pensar essas questões, serão utilizados autores como Paul Ricoeur, Paolo Rossi, Paulo Endo e Andreas Huyssen, que

¹ Graduando do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e membro do Laboratório de Estudos em Teorias da História e História da Historiografia (LETHIS).

abordam diferentes perspectivas acerca do esquecimento. E como forma de melhor estruturar as reflexões que se seguem, este trabalho divide-se em três momentos: em primeiro lugar, gostaria de trazer alguns pesquisadores que analisaram o conceito de esquecimento; em seguida, examinar o momento em que o esquecimento passa a ser visto como algo negativo; e, por último, localizar o conceito no meio entre um fenômeno natural, espontâneo, e um outro, que é intencional, decretado; ou seja, a ambivalência conceitual do esquecimento entre o esquecer e o apagar.

A princípio, a memória pode ser entendida enquanto um plano dinâmico, aberto tanto ao lembrar quanto ao esquecer. Ela constitui as coletividades humanas e é transmitida e transformada a cada geração (Nora, 1993). Nesse processo, o ato de *lembrar* torna-se um ato de perpetuar, de dar continuidade a uma cultura ou tradição, de repassar as informações tidas como vitais a um determinado grupo. Nas palavras do filósofo francês Paul Ricoeur, é “não somente acolher, receber uma imagem do passado, como também buscá-la, ‘fazer’ alguma coisa” (Ricoeur, 2007, p. 71). Entretanto, existem obstáculos que impedem a lembrança completa do passado, pois a memória está sempre sujeita a deformações (Ricoeur, 2007). Além disso, em seu processo de construção, muitas experiências são excluídas, perdidas, incapazes de serem lembradas e, portanto, *esquecidas*. É aqui que encontra-se a contraparte desse sistema, pois, nas palavras do historiador Júlio Bentivoglio, “lembrar e esquecer são duas faces da mesma moeda” (Bentivoglio, 2014, p. 379). Logo, a lembrança e o esquecimento são dois pólos diferentes, mas que trabalham em conjunto durante toda a

experiência humana. E assim como existem aqueles que desejam *lembrar*, existem aqueles que desejam *esquecer*, ou ainda *causar* o esquecimento. Neste último caso, percebe-se que o conceito passa por uma determinada ambivalência, podendo retratar tanto experiências individuais, quanto experiências coletivas.

De acordo com filósofo italiano Paolo Rossi (2010), o conceito de esquecimento é circunscrito por duas principais interpretações. Nas palavras de Rossi, a primeira remete à algo que “está ligado à perda definitiva ou provisória de ideias, imagens, noções, emoções, sentimentos, que um dia estiveram presentes na consciência individual ou coletiva” (Rossi, 2010, p. 18). Já a segunda traduz algo que “não concerne a pedaços, partes, setores ou conteúdos da experiência humana, mas à própria totalidade dessa experiência e à totalidade da história humana” (Rossi, 2010, p. 18-19). Nesse sentido, é possível considerar o esquecimento a partir de dois pólos: um voltado à área da psicologia, da psicopatologia e da narrativa, que se relaciona com os debates sobre o inconsciente, os passados traumáticos, ou sobre as dificuldades de reter informações na memória (Rossi, 2010); e outro pólo, relacionado ao compartilhamento do passado e de identidades por um mesmo grupo que, mergulhados em constantes transformações, atuando e sofrendo atuações, selecionam, apagam e recriam suas próprias narrativas memorialísticas e históricas.

Em perspectiva semelhante, o filósofo alemão Harald Weinrich (2001) assinala que, enquanto fenômeno, o esquecimento ocorre de maneira natural e espontânea, mas que também dispõe

de uma significação pública que o transforma em decreto, a partir do qual Bentivoglio atenta que “numa sociedade em que determinados códigos morais e em que configurações de ordem política, cultural ou econômica informam uma dada opinião pública, as lembranças e os esquecimentos na história parecem política e ideologicamente orientados” (Bentivoglio, 2014, p. 386). Em tal conjuntura, portanto, o lembrar e o esquecer são guiados por aspectos políticos e ideológicos e relacionados a todo momento com a sociedade, processo no qual o esquecimento adquire uma nova significação. Para o psicanalista Paulo Endo, é nas lutas pelas memórias que o esquecimento passou a ter uma concepção negativa. Nas palavras de Endo,

esquecer, em determinados contextos de luta, militância e reflexão tornou-se indesejável, malvisto, politicamente incorreto”, o que sobrecarregou o dever de lembrar. [...] No interior das chamadas lutas pela memória, ao esquecimento ainda são atribuídas as proposições mais radicais de alienação, emudecimento e apagamento. Portanto, é aliado das violências e dos violentos. Em parte porque **a defesa do esquecimento aparece frequentemente na prática discursiva de perpetradores e defensores de práticas violentamente autoritárias**, que imaginam poder fazer desaparecer com o sentido histórico do esquecimento, banalizando-o e confundindo-o com eliminação pura e simples, ou ainda como **mentira histórica**: “Vamos esquecer o passado”, “não vamos abrir feridas antigas”, “não vamos mexer com o que está quieto” (Endo, 2013, p. 47-48, grifos nossos).

Sob tal problemática, é possível perceber o interesse daqueles que querem causar o esquecimento, guiados pela ânsia de fechar ou emudecer o passado mediante deturpações históricas e políticas de esquecimento. Ademais, o desejo de esquecer ganhou particular destaque no século XX, de cuja história ocidental, conforme Rossi,

está cheia de censuras, apagamentos, sumiços, condenações, retratações públicas [...]. Obras inteiras de história foram reescritas, apagando os nomes de heróis de um período; catálogos editoriais foram mutilados, assim como foram subtraídas fichas nos catálogos das bibliotecas; foram publicados livros com conclusões diferentes das originais, passagens foram retiradas, textos foram montados em antologias numa ordem favorável a documentar filiações ideais inexistentes e ortodoxias políticas imaginárias (Rossi, 2010, p. 33).

Logo, percebe-se tentativas de adulterar o passado e muitos meios pelos quais se pudesse chegar a tal objetivo, buscando modos de induzir ao esquecimento e direcionar ideologicamente a sociedade. Neste momento, gostaria de apresentar duas perspectivas diferentes, que relacionam o esquecimento ao apagamento e às armadilhas da manipulação narrativa.

A primeira delas é o apagamento, elaborada por Paolo Rossi. Sua tese principal, no entanto, é voltada para o estudo das ciências, na qual o esquecimento relaciona-se com a passagem evo-

lutiva ou o crescimento do saber científico. Tais saberes consumiriam suas próprias ideias, utilizando-se como fonte para gerar novas interpretações cada vez mais sofisticadas e aliadas com os interesses e limitações de cada época (Rossi, 2010, p. 31). Entretanto, os apagamentos e o esquecimentos não ocorrem somente na reelaboração dos manuais científicos, afinal, nas palavras de Rossi,

há muitos modos de induzir ao esquecimento e muitas razões pela qual se pretende provocá-lo. O ‘apagar’ não tem a ver só com a possibilidade de rever, a transitoriedade, o crescimento, a inserção de verdades parciais em teorias mais articuladas e mais amplas. **Apagar também tem a ver com esconder, despistar, confundir os vestígios, afastar da verdade, destruir a verdade.** Com frequência se pretendeu impedir que as ideias circulem e se afirmem, desejou-se (e se deseja) limitar, fazer calar, direcionar para o silêncio e o olvido. Aqui, o convite ou a coerção ao esquecimento tem a ver com as ortodoxias, com a tentativa de coagir todo pensamento possível dentro de uma imagem enrijecida e paranoica do mundo (Rossi, 2010, p. 31-32, grifos nossos).

Há, portanto, uma extensa relação entre apagar e esquecer, em que a primeira ação condiciona o segundo ato. Nessa lógica, o apagamento pode ser entendido como obstáculos que dificultam a construção de sentido sobre o passado. Percebe-se, ademais, indivíduos ou coletividades que desejam, de maneira deliberada, manipular a memória ou, por outro lado, fazer com que determi-

nados aspectos sejam apagados e esquecidos, processo no qual o controle sobre a memória e as estratégias para causar o esquecimento tornam-se foco de interesse na disputa das forças sociais pelo poder (Le Goff, 1990).

A segunda perspectiva relacionada ao esquecimento é elaborada pelo filósofo Paul Ricoeur, e se refere à função mediadora da narrativa. Ricoeur, em seu livro *A memória, a história, o esquecimento* (2007), buscou examinar a relação entre o esquecimento e o processo de construção da identidade individual e coletiva por meio da memória e da narrativa histórica. Seu argumento é de que há um esquecimento seletivo que pode moldar as narrativas históricas, destacando certos eventos e esquecendo outros. Em suas palavras:

pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela. [...] O perigo maior está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada - da história oficial. O recurso à narrativa torna-se assim a armadilha, quando potências superiores passam a direcionar a composição da intriga e impõem uma narrativa canônica por meio de intimidação ou de sedução, de medo ou de lisonja. Está em ação aqui uma forma ardilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos (Ricoeur, 2007, p. 455).

Nesse sentido, abusos de memória se tornam abusos de es-

quecimento devido à função mediadora da narrativa, ou seja, o destaque será dado a determinado acontecimento em detrimento de outros. Atento aos perigos dessas configurações possíveis, haveria um olhar em que o esquecimento pudesse ser benéfico à sociedade? Quem traz essa interpretação é o crítico literário alemão Andreas Huyssen, que buscou contextos em que o esquecimento pudesse ser tido como algo positivo. Valendo-se das considerações de Ricoeur, analisou dois casos, um na Argentina e outro na Alemanha.

No caso argentino, o fim da ditadura, em 1983, foi acompanhado de uma conjuntura de críticas e denúncias ao regime ditatorial, na qual o país se mobilizou em prol das vítimas do terrorismo de Estado. Apesar dos julgamentos ocorridos, algumas condenações foram cessadas pela lei da anistia, fato que suscitou o fortalecimento dos ativistas dos direitos humanos. Para Huyssen, estabelecer as vítimas como agentes inocentes do terrorismo de Estado foi uma estratégia para *esquecer* certa dimensão política. Nesse sentido, o esquecimento atuou para invalidar argumentos e fazer com que as pessoas se voltassem a um consenso: “a separação clara entre criminosos e vítimas” (Huyssen, 2007, p. 163). Logo, uma interpretação plausível é a de que criou-se um espaço em que determinada informação foi exaltada, ao passo que outras foram suprimidas ou não-ditas, a fim de congregar atenções em torno de uma narrativa específica.

Em seu segundo exemplo, Huyssen analisa os efeitos do esquecimento público no caso da Alemanha. A problemática par-

te da ideia de que o reconhecimento da criminalidade básica do regime nazista dependeu tanto da força da memória pública do Holocausto, quanto da aceitação da culpa pela guerra, enquanto que o esquecimento voltou-se contra a experiência alemã dos bombardeiros estratégicos de suas principais cidades pelos seus adversários (Huysen, 2007, p. 166-167). No entanto, o esquecimento público deste acontecimento encontrou obstáculos em sua plena realização, pois as fontes sobre o evento não foram apagadas. Assim, havia imagens das cidades bombardeadas, as ruínas e as lembranças das pessoas que vivenciaram o ocorrido. Porém isso não impediu que a força da política da memória se concretizasse para que o consenso nacional aceitasse as responsabilidades pelos crimes do regime anterior (Huysen, 2007, p. 174). À guisa da conclusão, se nesses dois casos citados o esquecimento foi utilizado em prol da sociedade, por que temer o esquecimento?

Entende-se que os perigos de uma política de esquecimento podem ser relacionados a obstáculos que dificultam a construção de sentido sobre o passado, mas, decerto, não impedem o resgate das experiências passadas por aqueles que a vivenciaram. Ademais, o esquecimento não é somente algo deturpador, à medida em que se refere tanto a um fenômeno natural e inconsciente, quanto relaciona-se com o apaziguamento com o passado, com o perdão, com o amenizar do dever de lembrar e com todos os imperativos éticos e morais que o acompanham. O esquecer também viabiliza novas configurações que direcionam o olhar da sociedade para aquilo que precisa ser resolvido ou tratado, ou necessariamente esquecido, tendo em vista argumentos jurídicos que constituem

até mesmo a possibilidade de um direito ao esquecimento. Assim, apesar da memória constituir-se como uma necessidade ontológica que possibilite a sobrevivência humana, é necessário lembrar a importância de esquecer.

REFERÊNCIAS

- BENTIVOGLIO, Julio. Os pontos cegos da História: a produção e o direito ao esquecimento no Brasil—breves notas para uma discussão. **Opsis**, v. 14, n. 2, p. 378-395, 2014.
- ENDO, Paulo. Pensamento como margem, lacuna e falta: memória, trauma, luto e esquecimento. **Revista USP**, n. 98, p. 41-50, 2013.
- HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- WEINRICH, Harald. **Lete**: arte e crítica do esquecimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Frankenstein (1818), de Mary Shelley, e a técnica moderna

Rafael Kiefer Teixeira dos Santos¹

Introdução

O objetivo deste trabalho é discorrer acerca da maneira que o livro *Frankenstein*, escrito por Mary Shelley e publicado em 1818, denota uma preocupação com o controle da tecnologia sobre o homem. A obra narra as aventuras de Victor Frankenstein, um jovem estudante de Ciências Naturais que anseia criar vida a partir dos seus conhecimentos técnicos e científicos. Ele rouba cadáveres para extrair as melhores partes dos corpos e se aperfeiçoa na necromancia para realizar suas ambições. Contudo, Frankenstein cria uma vida deformada e monstruosa aos seus olhos. O leitor, então, embarca em uma jornada angustiante que aborda temas como pecado, técnica, ciência e responsabilidade.

A escritora da obra é Mary Wollstonecraft Godwin, que mais tarde adquiriu o sobrenome Shelley, nascida em 1797, sendo filha de dois nomes importantes do cenário político da Inglaterra:

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e membro pesquisador do Laboratório de Estudos de Teoria da História e História da Historiografia (LETHIS) coordenado pelo Prof. Dr. Julio Bentivoglio. Email: contatorafaelk@gmail.com.

Mary Wollstonecraft (1759-1797) e William Godwin (1756-1836). Sua mãe foi uma das pioneiras na luta pelos direitos femininos no século XVIII, tendo escrito obras como *A Vindication of the Rights of Woman: with Strictures on Political and Moral Subjects* (1792) e por sair em defesa da Revolução Francesa em sua obra *A Vindication of the Rights of Men, in a Letter to the Right Honourable Edmund Burke* (1790), posicionando-se contra as críticas de Edmund Burke (1729-1797).² Todavia, Mary Wollstonecraft morreu por complicações no parto de sua filha. A criação de Mary Godwin foi feita pelo pai, William Godwin, um filósofo político anarquista e adepto da desobediência civil, tendo influenciado intelectuais ingleses radicais naquele período.

Pode-se localizar o início da escrita de *Frankenstein* logo no alvorecer do século XIX, quando a erupção vulcânica do Monte Tambora em 1815, na Indonésia, provocou uma crosta de poeira que impediu a entrada de boa parte da luz solar nos céus da Europa. Os efeitos desse episódio foram sentidos até pelo menos 1816, ano este que a então Mary Godwin, acompanhada de seus amigos Percy Shelley (1792-1822) e John Polidori (1795-1821), além da meia-irmã Claire Clairmont (1798-1879), visitaram a casa do poeta Lorde Byron (1788-1824) em Genebra. O que era para ser um verão agradável nos campos suíços acabou sendo “úmido e desagradável” (Shelley, 2015, p. 67). Em uma carta datada de 1 de Junho, Mary Shelley descreve aquele cenário sombrio:

² Edmund Burke foi um teórico político conservador da Inglaterra.

Uma chuva quase perpétua nos confina principalmente à casa; mas quando o sol aparece, é com um esplendor e calor desconhecidos na Inglaterra. As tempestades que nos visitam são as mais grandiosas e aterrorizantes que já vi (...). Uma noite, contemplamos a tempestade mais magnífica do que eu jamais havia testemunhado. O lago se iluminou — os pinheiros em Jura ficaram visíveis, e toda a cena iluminada por um instante, quando uma escuridão absoluta se seguiu, e o trovão veio em explosões assustadoras sobre nossas cabeças em meio à escuridão (Shelley, 2017, p. 36 **tradução autoral**).³

Como passatempo, o grupo fez leituras coletivas das histórias de fantasmas recém traduzidas do alemão para o francês, além de promover discussões acerca da poesia, filosofia, ciência e religião (Shelley, 2015, p. 67). De acordo com Mary Shelley, em certo momento o anfitrião Lorde Byron disse aos hóspedes que “cada um de nós escreverá uma história de fantasmas” (Shelley, 2015, p. 68). Apesar do bloqueio criativo imediato da autora, foi a partir deste desafio que nasceu sua obra magna: *Frankenstein* ou *O Prometeu moderno*, publicado dois anos depois.⁴

3 No original: “An almost perpetual rain confines us principally to the house; but when the sun bursts forth it is with a splendour and heat unknown in England. The thunder storms that visit us are grander and more terrific than I have ever seen before. We watch them as they approach from the opposite side of the lake, observing the lightning play among the clouds in various parts of the heavens, and dart in jagged figures upon the piny heights of Jura, dark with the shadow of the overhanging cloud, while perhaps the sun is shining cheerily upon us. One night we enjoyed a finer storm than I had ever before beheld. The lake was lit up—the pines on Jura made visible, and all the scene illuminated for an instant, when a pitchy blackness succeeded, and the thunder came in frightful bursts over our heads amid the darkness.”

4 Para compreender mais acerca da trajetória intelectual de Mary Shelley ler:

Literatura

Para o crítico literário Italo Calvino (2007), a literatura possui um valor intrínseco que é ligado ao seu caráter subjetivo e estético, permitindo que o leitor atribua um significado ou uma interpretação própria ao que foi escrito. Em contrapartida, o filósofo Terry Eagleton (2006, p. 24) a compreende como uma forma artística de valor ligado às ideologias dominantes em uma determinada sociedade, ou seja, pelas quais um grupo exerce e mantém o controle sobre outro. Livros como *Frankenstein* possuem potencial para serem ressignificados ao longo do tempo por abordarem temáticas que transcendem a duração de uma vida humana e acabam sendo canonizadas entre os clássicos literários.

Neste trabalho, a literatura é entendida como uma aproximação entre ambas as perspectivas, assim como faz o historiador Antonio Celso Ferreira (2009, p. 70), ao apontar que os critérios de conotação estética da literatura não são isentos dos juízos de valores. Dessa forma, a literatura é entendida aqui como uma expressão artística cultural cuja dimensão estética é baseada em um conjunto de valores sociais que são exteriores ao campo literário, mas que também possui um valor subjetivo ao englobar a intimidade do escritor durante o processo de transfiguração da realidade para a ficção.⁵ Isto é, uma obra de ficção contém parte dos pensamentos, emoções, ideologias, crenças e visões de mundo daquele que a escreveu.

Queiroz (2014); Bennett e Curran (2000); Moers (1976).

⁵ Para estudos mais aprofundados acerca deste tópico, veja: Ítalo Calvino (1993) e Terry Eagleton (2006).

De acordo com o sociólogo Antonio Candido (Candido, 2004, p. 176), a literatura é “uma construção de objetos autônomos com estrutura e significado; ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente”. Toda obra de ficção é situada dentro de condições de espaço, tempo e relações sociais que os romancistas utilizam para elaborar suas narrativas e mundos imaginários. Dessa maneira, torna-se importante conhecer um pouco do contexto vivido na Inglaterra que Mary Shelley cresceu.

O historiador Eric Hobsbawm (1991), caracteriza as Ilhas Britânicas no início do século XIX por meio dos impactos gerados pela Revolução Industrial na sociedade e na economia. Para ele, havia uma tensão provocada pelo desemprego e a substituição de mão-de-obra humana pelas máquinas. De acordo com Hobsbawm:

Suas mais sérias consequências foram sociais: a transição da nova economia criou a miséria e o descontentamento, os ingredientes da revolução social. E, de fato, a revolução social eclodiu na forma de levantes espontâneos dos trabalhadores da indústria e das populações pobres das cidades, produzindo as revoluções de 1848 no continente com os amplos movimentos cartistas na Grã-Bretanha. O descontentamento não estava ligado apenas aos trabalhadores pobres. Os pequenos comerciantes, sem saída, a pequena burguesia, setores especiais da economia eram também vítimas da revolução industrial e de suas ramificações. Os trabalhadores de espírito simples reagiram ao novo sistema destruindo as

máquinas que julgavam ser responsáveis pelos problemas; mas um grande e surpreendente número de homens de negócios e fazendeiros ingleses simpatizava profundamente com estas atividades dos seus trabalhadores luditas porque também eles se viam como vítimas da minoria diabólica de inovadores egoístas (Hobsbawm, 1991, p. 55).

Uma parte considerável de trabalhadores e operários estavam insatisfeitos com suas condições de trabalho, o que os levou a entrarem nas fábricas e destruir boa parte das máquinas que, em sua percepção, eram as causadoras de sua miséria. Esses trabalhadores ficaram conhecidos como ludistas, tendo suas atividades datadas no final do século XVIII até metade do século XIX. (Hobsbawm, 2000, p. 18-19). Observa-se que a preocupação com o desenvolvimento tecnológico e seus impactos na sociedade não era uma preocupação que se limitava ao campo literário, como em Mary Shelley, mas era uma questão ampla na sociedade inglesa.

O gótico e a técnica

A publicação de *Frankenstein* representou um marco não apenas para o horror, mas também para a literatura gótica por subverter os valores iluministas enraizados na sociedade inglesa (Santos, 2021, p. 126). De acordo com o historiador Julio Benvivoglio (2019), o livro de Mary Shelley simboliza a emergência de uma consciência histórica distópica na época moderna. Havia a noção de que, por meio da disciplina e da aplicação de méto-

dos universais baseados na razão, seria possível atingir a verdade absoluta do conhecimento. Muitos pensadores dos séculos XVIII e XIX acreditavam que era possível organizar o mundo segundo uma lógica racional (Berlin, 2015, p. 25). Entretanto, como destaca Santos (2023, p. 109):

Apesar de Mary Shelley viver em uma conjuntura histórica na qual as invenções e as descobertas científicas pareciam acelerar a chegada de um futuro utópico, sua obra rema no sentido contrário e denota o ressentimento que uma parcela da população tinha, frente à expectativa de civilização iluminista (Santos, 2023, p. 109).

Experiências como a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, que tiveram as novas tecnologias atuando de forma mais incisiva no seu desenrolar, geraram desconfiança e ressentimento em uma parcela da sociedade. A ciência, outrora vista como provedora de bem-estar, também passou a ser encarada como um perigo em potencial. Não era novidade que o conhecimento e a técnica estivessem envoltos pela névoa da desconfiança, afinal, pensadores gregos como Ésquilo e Hesíodo já questionavam se o titã Prometeu seria um benfeitor ou vilão por dar o conhecimento aos homens. Os paralelos entre o titã e o cientista de Mary Shelley são evidentes ao ponto do título da obra ser *Frankenstein* ou *O Prometeu moderno*. Para além disso, na mitologia cristã há na figura da serpente e da maçã uma possibilidade de analogias com o conhecimento e a punição por adquiri-lo.

Esse é um arquétipo recorrente ao longo da história e Mary Shelley se insere dentro desta tradição ao escrever um protagonista que utiliza o conhecimento para criar vida artificial, mas que não consegue lidar com as consequências de suas ações. A autora fez uso de termos técnicos e científicos para que *Frankenstein* fosse mais adequado ao contexto do século XIX sem abandonar a superstição e as temáticas sobrenaturais que marcaram as primeiras gerações góticas (Ferreira; Rocha, 2020, p. 121).

O *plot* do livro é marcado pelo debate entre os limites éticos e morais da ciência. Victor Frankenstein deseja criar vida e substituir a figura do deus cristão, mas abandona o ser que havia criado. Isso não significa que a autora entendia que todo o conhecimento científico seria provedor de desolação, mas sim que deveria haver uma maior atenção aos aspectos filosóficos por detrás de tamanho poder. Para Mary Shelley, a ciência não deveria se arriscar em terrenos perigosos, como o da geração da vida, mas sim ser marcada por valores éticos que pudessem garantir a segurança da sociedade frente às adversidades (Rocque; Teixeira, 2001, p. 16).

Observa-se que a narrativa de *Frankenstein* possui uma conotação moral: Victor tentou roubar o conhecimento acerca do princípio da vida e, por isso, acabou sendo punido. As críticas e receios para com as promessas iluministas não pertencem exclusivamente ao livro de Mary Shelley, afinal, como destaca o pesquisador Fred Botting:

O gótico reúne muitas ameaças a esses valores [das

Luzes], ameaças associadas à forças naturais e sobrenaturais, imaginação excessiva, delírios, maldade humana e religiosa, transgressão social, desintegração mental e corrupção do espírito. Mesmo que não seja um termo puramente negativo, o Gótico é fascinado por objetos e práticas vistas como negativas, irracionais, imorais e fantásticas. Em um mundo que, desde do século XVIII, estava se tornando cada vez mais secular, a falta de uma estrutura de ordem religiosa e as transformações sociais e políticas deram espaço para que a escrita gótica e sua recepção passassem por mudanças significativas. Os excessos góticos, não obstante, a fascinação com as transgressões e ansiedades diante dos limites culturais, continuavam a produzir sentimentos conflitantes [no público] com suas histórias de escuridão, desejos e poder (BOTTING, 1996, p. 1, tradução autoral)⁶.

É evidente que o gótico se mantém distante do discurso iluminista ao fazer insinuações às tradições religiosas da Europa que ainda se faziam presentes no imaginário popular. O nascimento

⁶ Conferir no original: “Gothic condenses the many perceived threats to these values, threats associated with supernatural and natural forces, imaginative excesses and delusions, religious and human evil, social transgression, mental disintegration and spiritual corruption. If not a purely negative term, Gothic writing remains fascinated by objects and practices that are constructed as negative, irrational, immoral and fantastic. In a world which, since the eighteenth century, has become increasingly secular, the absence of a fixed religious framework as well as changing social and political conditions has meant that Gothic writing, and its reception, has undergone significant transformations. Gothic excesses, none the less, the fascination with transgression and the anxiety over cultural limits and boundaries, continue to produce ambivalent emotions and meanings in their tales of darkness, desire and power” (BOTTING, 1996, p. 1).

do gênero é tido como uma reação ao realismo, às narrativas de progresso e de mudança por meio da razão e do conhecimento científico ao performar os medos e ansiedades que rondavam a nascente sociedade burguesa (Vasconcelos *apud* Rossi, 2008, p. 61). O livro de Mary Shelley não é diferente, pois Victor Frankenstein conhece a desilusão advinda da tecnologia e da ciência ao perceber que sua criação não era como havia imaginado, mas sim um monstro perigoso.

A etimologia da palavra técnica remonta ao grego *techné*, entendido como arte, habilidade ou maneira de praticar uma ação no mundo, seja ela artística, manual, digital ou no trabalho. O cumprimento dessas atividades demanda uma consciência prévia para cumprir a ação. Por exemplo, um fazendeiro precisa conhecer o solo e as estações do ano para que sua plantação cresça e dê frutos. Além da técnica de plantio, é importante ter o conhecimento. Em outras palavras, a ciência e a técnica caminham juntas, pois a primeira reúne os saberes que são aplicados pela segunda no mundo material.⁷

Para realizar as reflexões acerca da tecnologia (aparelhos, instrumentos e dispositivos) e da técnica (maneira, arte, habilidade de fazer algo), é utilizado neste trabalho as contribuições do teórico Herbert Marcuse (1999). Para ele, existe um potencial emancipatório no desenvolvimento tecnológico uma vez que “a mecanização e a padronização podem um dia ajudar a mudar o centro de gravidade das necessidades da produção material para a

⁷ Essa lógica funciona de forma diferente nas ciências humanas.

arena da livre realização humana” (Marcuse, 1999, p. 101). Isto é, a evolução dos conhecimentos técnicos e científicos pode resultar na automação extensiva do processo produtivo e reduzir a quantidade de trabalho humano, sobrando mais tempo para o lazer individual. Dessa maneira, buscar o conhecimento e aprimorar as tecnologias poderia trazer benefícios à humanidade.

É pertinente o questionamento: por que a humanidade não se emancipou e viveu em lazer após tanta evolução tecnológica nos últimos séculos? De acordo com Marcuse, isso ocorreu porque as máquinas acabaram sendo utilizadas como ferramentas de alienação pelas classes dominantes. É comum notarmos interpretações literárias e cinematográficas nas quais as máquinas são representadas como instrumentos de repressão e violência.⁸ De acordo com Santos (2023, p. 104), é possível fazer um paralelo entre as reflexões de Marcuse com a maneira que Mary Shelley percebia a tecnologia:

Apesar de reconhecer e, em certa medida, exaltar as possibilidades que a racionalidade técnica apresenta, Mary Shelley demonstra uma angústia com as consequências da exploração científica sem os limites éticos e morais. Sua denúncia não é direcionada ao progresso em si, mas ao tecnicismo em excesso que beira à irresponsabilidade (Santos, 2023, p. 104).

Para compreender essa questão, é importante saber que a

⁸ *O Exterminador do futuro* (1984); *Matrix* (1999); *2001 - Uma Odisséia no Espaço* (1968) etc.

técnica atua com uma função mediadora entre o homem e a natureza ao transformar as condições naturais de acordo com as vontades e necessidades humanas. Por outro lado, enquanto ela se aprimora, os aportes e ferramentas criadas pelo homem passam a servir também como instrumentos de dominação (Oliveira, 2016, p. 21). Para Herbert Marcuse, “a técnica por si só pode promover tanto o autoritarismo quanto a liberdade, tanto a escassez quanto a abundância, tanto o aumento quanto a abolição do trabalho árduo” (Marcuse, 1999, p. 74). Assim, a tecnologia (englobando o modo de produção, a totalidade dos instrumentos, dispositivos e invenções) é uma forma de organizar e perpetuar as relações sociais e os padrões de comportamento que dominam a sociedade burguesa e sua ideologia. Isso ocorre devido ao controle que determinada classe tem dos meios de produção e dos aparatos tecnológicos em si. Nota-se que, para o sociólogo, a técnica possui um caráter dúbio, ora sendo uma potencial ferramenta de liberdade, ora sendo uma possibilidade de repressão e controle.

Mary Shelley viveu em um período marcado pela consolidação do capitalismo industrial e teve seu modo de vida influenciado diretamente por essa transformação. *Frankenstein* pode ser compreendido como um sintoma desse medo e desconfiança para com a implementação massiva das máquinas no cotidiano. Os anseios e impulsos gerados nas pessoas durante esse processo acabam forçando-as a encontrar vazão para tais sentimentos no trabalho, que está permeado de máquinas que alienam os homens em seu próprio ofício (Marcuse, 1975, p. 88). Isto é, o mundo moderno gera inquietações que são supridas por meio da alienação traba-

lhista.

Victor Frankenstein tinha seus tormentos acerca da morte e decidiu estudar o princípio da vida para tentar criar algo sobre-humano. Em suas expectativas, por meio do seu conhecimento científico, traria benefício à humanidade como um todo. Contudo, sua trajetória de estudos foi feita sem considerar os possíveis efeitos colaterais, as consequências e os imprevistos possíveis, levando-o a abandonar sua criação. O monstro, enquanto uma tecnologia criada pelo homem, o reprime e o obriga a construir outro ser de sua espécie. Por fim, Victor acaba sendo destruído em sua jornada em busca de vingança pela tecnologia que havia criado.

Considerações finais

Frankenstein (1818) aborda temáticas que latentes não apenas quando relacionadas ao início do século XIX, mas também nas épocas seguintes. O livro denota a desconfiança com o progresso da tecnologia e sua dimensão opressora. A autora apresenta ao leitor um protagonista falho, arrogante e, de certa forma, ingênuo, que buscou substituir a imagem do deus cristão enquanto criador, mas deu à luz ao seu próprio algoz. É um livro que aborda temáticas universais como a vida, a morte e a responsabilidade científica sobre os acontecimentos do mundo e se insere dentro da tradição gótica. Apesar de ser tomado por termos e conceitos da ciência, *Frankenstein* constantemente remete ao sobrenatural e ao misticismo em suas analogias com o cristianismo e o mito de Prometeu. Essa desconfiança com a tecnologia, contudo, não

era exclusiva da literatura de ficção, pois os trabalhadores ludistas também fizeram manifestações contra o tecnicismo em excesso nas fábricas.

Utilizando das reflexões de Herbert Marcuse (1999), evidenciou-se que o desenvolvimento tecnológico precisa estar atento às demandas coletivas da sociedade e acompanhado da ética e da moral para que não se torne um instrumento de repressão. Frankenstein não se atentou às demandas filosóficas ao criar vida e acabou se alienando em seu trabalho e não percebeu o potencial destrutivo daquela criatura. O monstro controla, domina emocionalmente e psicologicamente o cientista até levá-lo a óbito. É a técnica reprimindo o homem.

REFERÊNCIAS

- BENNETT, Betty T.; CURRAN, Stuart (Ed.). **Mary Shelley in her times**. Maryland, JHU Press, 2000.
- BENTIVOGLIO, Julio. **História & Distopia**. Vitória: Editora Milfontes, 2019.
- BERLIN, Isaiah. **As raízes do romantismo**. São Paulo: Três estrelas, 2015.
- BOTTING, F. **Gothic**. Londres; Nova York: Routledge, 2005.
- CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.
- CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 4ª. ed. reorg. pelo autor. São Paulo/ Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004.
- EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura**. São Paulo: Martins Fontes,

2006.

- FERREIRA, Antônio Celso. A fonte fecunda in PINSKY, Carla. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, p. 61-92, 2009.
- FERREIRA, Eliane Aparecida Galvão Ribeiro; DA ROCHA, Guilherme Magri. Cãnone e mercado editorial: uma reflexão sobre a vitalidade de Frankenstein, de Mary Shelley. *FronteiraZ. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária*, n. 24, p. 119-137, 2020.
- HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz & Terra, 1991.
- HOBSBAWM, Eric. **Os trabalhadores**. São Paulo: Paz & Terra, 2000.
- LA ROCQUE, Lucia de; TEIXEIRA, Luiz Antonio. Frankenstein, de Mary Shelley, e Drácula, de Bram Stoker: gênero e ciência na literatura. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 8, p. 11-34, 2001.
- MARCUSE, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: **Tecnologia, Guerra e Fascismo**. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 73-104.
- MARCUSE, Hebert. **Eros e Civilização**. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1975.
- MOERS, Ellen. **Literary Women**. Garden City, New York: Doubleday & Company, 1976.
- QUEIROZ, Clara. Uma mulher singular. Mary Shelley (1797-1851). **Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa**, Portugal. *ex æquo*, n. 30, p. 55-68, 2014.
- ROSSI, Aparecido D. R. Manifestações e configurações do gótico nas literaturas inglesa e norte-americana: um panorama. **Revista de**

Letras, São Luís de Montes Belos, v. 2, p. 55-76, 2008.

SANTOS, Mariana Dias Pinheiro. Frankenstein ou o Prometeu Moderno e o progresso científico. **Desenredos**, Teresina, ano XIII - número 36, p. 125-135, 2021.

SANTOS, Rafael Kiefer Teixeira. A técnica moderna presente no livro Frankenstein, de Mary Shelley. **Revista História em Curso**, Belo Horizonte, v. 5, n. 7, p. 96-112, dez., 2023.

SHELLEY, Mary. **Frankenstein**. São Paulo: Penguin - Companhia das Letras, 2015.

SHELLEY, Mary. **History of a Six Weeks' Tour** Through a Part of France, Switzerland, Germany, and Holland by Mary Shelley - Delphi Classics (Illustrated). Delphi Classics, 2017.

J. R. R. Tolkien (1892-1973): do mito ao homem

Roney Marcos Pavani¹

Não deixa de ser curioso o fato de que Tolkien não visse importância, para a compreensão da obra de um escritor, em investigar aspectos de sua vida pessoal. Biografias, embora importantes, seriam desnecessárias. O texto estaria para além disso. Em suas próprias palavras: “é falso, apesar de naturalmente atraente, quando as vidas do autor e do crítico se sobrepuseram, supor que os movimentos do pensar ou os eventos do tempo comum a ambos foram necessariamente as influências mais poderosas” (Tolkien, 2019, p. 34).

É compreensível o ponto de vista do escritor. Pois o texto literário não se trata de um reflexo cristalino da realidade. Ele é muito mais do que isso. É uma entidade própria, não necessariamente comprometida com ações deliberadas ou disposições automáticas de quem a produz. Mesmo assim, não é possível despregar o texto da realidade. Consciente ou inconscientemente, a vida do

1 Professor licenciado do IFES – Nova Venécia. Mestre e doutorando em História (UFES), sob orientação do Prof. Dr. Julio Bentivoglio. Membro do Laboratório de Estudos em Teoria da História e História da Historiografia (LETHIS/UFES). E-mail: roney.pavani@gmail.com

autor fluirá por entre as suas palavras.

[...] um autor não pode permanecer totalmente imune à sua experiência (...). Na verdade, é preciso que se experimente em pessoa a sombra da guerra para sentir plenamente sua opressão; (...) ser apanhado por 1914 na juventude não foi uma experiência menos hedionda que estar envolvido em 1939 e nos anos seguintes. Em 1918 todos os meus amigos próximos, exceto um, estavam mortos (Tolkien, 2019, p. 34).

E com relação a vivências e traumas menos óbvios:

[...] foi suposto por alguns que “O Expurgo do Condado” [um dos últimos capítulos de *The Lord of the Rings*, obra-prima de Tolkien] reflete a situação na Inglaterra à época em que eu terminava meu conto [anos seguintes ao pós-Segunda Guerra]. Não reflete. É parte essencial do enredo, prevista desde o início (...), não tem nenhum significado alegórico nem qualquer referência política contemporânea. Tem, de fato, alguma base na experiência, porém tênue, (...) e muito mais remota. A região em que vivi na infância estava sendo miseravelmente destruída antes de eu fazer dez anos, nos dias em que os automóveis eram objetos raros (...) e os homens ainda construíam ferrovias suburbanas. Recentemente vi num jornal uma imagem da última decrepitude do moinho de trigo junto à sua lagoa, outrora pujante, que muito tempo atrás me parecia tão importante (Tolkien, 2019, p. 34-35. Os grifos são nossos).

Modernidade e industrialização. Perdas familiares. Mudanças sem fim. Duas guerras mundiais. Um século de caos e desespero. O caso de Tolkien é emblemático, afinal passou praticamente toda a sua vida adulta (algo entre 1913-1914 a 1973) formulando sua ficção², isto é, as bases do seu mundo imaginário, o que ele mesmo chamava de *legendarium*³. Toby Widdicombe (2021, p. 25) chegou a dizer que “o legendário é um substituto para a autobiografia [a qual Tolkien nunca se preocupou em escrever], e diz respeito a coisas mais profundas sentidas em contos e mitos”. Ou seja, o escritor colocou suas mais importantes experiências em vida em narrativa criativa.

Contudo, o mesmo autor chama a atenção para, entre outras carências, a falta de estudos biográficos sobre J. R. R. Tolkien:

2 Tolkien, em uma carta a Milton Wadman (1951) chegou a dizer que “não sem lembra de uma época em que não estivesse criando” (Tolkien, 2006, p. 140-157).
3 No sentido latino original, *legendarium* refere-se a um conjunto literário de lendas as quais mantêm algum vínculo entre si. Tolkien usava o termo em suas cartas se referindo à sua produção literária pertencente a uma mesma mitologia. Assim, o *legendarium* compreende as histórias relacionadas a Arda [o Mundo] desde antes de sua criação até o fim da Terceira Era (e além). Os textos literários que fazem parte do *legendarium* são: *The Hobbit or There and Back Again* (1937), *The Lord of the Rings* (1954-55), *The Adventures of Tom Bombadil* (1962), *The Bilbo's Last Song* (1966), *The Road Goes Ever On* (1967), e as obras póstumas envolvendo a história de Arda: *The Silmarillion* (1977), *Unfinished Tales of Númenor and Middle-earth* (1980), os doze volumes da *The History of Middle-earth* (1983-1994), os chamados “Três Grandes Contos”: *The Children of Húrin* (2007), *Beren & Lúthien* (2017) e *The Fall of Gondolin* (2018), e os mais recentes *The Nature of Middle-earth* (2021) e *The Fall of Númenor* (2022). Outros escritos de Tolkien, também póstumos, como *The Father Christmas Letters* (1976), *Mr. Bliss* (1982) e *Roverandom* (1998) não fazem parte do *legendarium*, embora alguns traços dele apareçam nessas obras. Disponível em: <https://tolkienista.com/2021/07/23/livros-do-legendarium-de-tolkien-por-onde-comecar/>. Acesso em 10/07/2023.

[...] temos apenas uma biografia útil: a biografia oficial [isto é, autorizada] de [Humphrey] Carpenter⁴. Essa, porém, já tem mais de quarenta anos [foi publicada pela primeira vez em 1972], e sempre foi uma pequena obra. A ideia de que a vida de um dos mais importantes escritores do século XX poderia ser representada por menos de trezentas páginas é, francamente, absurda (Widdicombe, 2021, p. 206).

O trabalho de Carpenter é obviamente competente⁵, porém seu maior problema é padecer dos males de todo estudo autorizado, isto é, correr o risco de transmitir uma imagem serena e idealizada (quando não venerável) do biografado: intelectual, afetuoso e de rotina determinada. No máximo, excêntrico em alguns pontos, e que crê que vivemos em um mundo decaído. Para todos os efeitos, um gênio. Enfrentou dificuldades e as superou. Sobreviveu às trincheiras. Conseguiu construir um relacionamento seguro e feliz, e, a partir daí, uma família perfeita. Nesse sentido, assim que assumiu sua cadeira em Oxford, “poderíamos dizer, nada mais realmente aconteceu” (Carpenter, 2018, p. 76).

A frase de Carpenter soa irônica, até mesmo sarcástica, e isso por duas razões. Primeiramente, porque foi exatamente nesse período, no qual o autor diz que “nada” aconteceu, que Tolkien escreveu e publicou suas obras de ficção mais conhecidas do grande público: *The Hobbit* (1937) e *The Lord of The Rings* (1954-55). Em

4 CARPENTER, Humphrey. *J. R. R. Tolkien: uma biografia*. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2018.

5 Além da biografia, Humphrey Carpenter trabalhou na edição de *As Cartas de J. R. R. Tolkien* (2006), e é autor do aclamado *The Inklings: C. S. Lewis, J. R. R. Tolkien, Charles Williams and their friends* (2006).

segundo lugar, podemos supor que ao dizer que “nada aconteceu”, o autor esteja se referindo a eventos, digamos, notáveis, célebres, de grande magnitude, a exemplo da participação de Tolkien na Primeira Guerra ou suas infundáveis mudanças pelas cidades da Inglaterra.

Ora, esse tipo de afirmação – a busca por grandes eventos, de caráter público – não passa de um eco daquilo que faziam os historiadores ditos positivistas do século XIX. Em outras palavras, é estar assentado no pressuposto já superado de que há uma gradação de relevância com relação ao passado. Como se o trivial, o privado e o episódico também não fizessem parte da realidade e, por isso, não fossem dignos de registro. Há um século inteiro (ou até mais) de caminhada do saber histórico em torno dessa questão, de Marc Bloch (2001) a Carlo Ginzburg (2007). Aliás, é mais fácil compreendermos um momento histórico menos pelo que as fontes (literárias, sobretudo) exibem, e mais pelo que escondem. O mesmo vale quando estamos a falar de um escritor consagrado.

Os problemas não param por aí. Por se tratar de um autor de livros de fantasia, cujas obras adentraram o que se pode chamar de *cultura pop*⁶, existe toda uma aura mítica, arrebatadora, em tor-

6 As obras de Tolkien, em especial *The Hobbit* e *The Lord of the Rings*, configuraram-se como *best-sellers*, e, por isso, deram origem a uma série de produtos comerciais, de camisetas e brinquedos a jogos de computador. Destaca-se aqui a trilogia cinematográfica dirigida por Peter Jackson. Os três filmes (2001-2003) faturaram cerca de 3 bilhões de dólares de receitas conjuntas de bilheteira, e foram premiados com 17 Oscar, entre os 30 para os quais foram nomeados. É a franquia cinematográfica mais premiada da história do cinema. Em 2022, a plataforma de *streaming* Prime Video lançou a série *The Lord of the Rings: The Rings of Power*, também inspirada nos escritos originais de Tolkien.

no do homem John Ronald Reuel Tolkien. Sua legião de admiradores ao redor do mundo é incontável. Afinal, seu nome evoca mais do que um literato, e sim uma empresa, que tem seus próprios interesses e que, é evidente, deseja ser preservada. Posturas como essa, claro está, fazem apenas nublar a análise e contribuem muito pouco para a construção do conhecimento do ponto de vista científico.

Mais ainda, uma biografia maior e mais completa de Tolkien dificilmente será lançada a menos que a família Tolkien, bem como a *Tolkien Trust* (instituição de caridade fundada em 1977 que administra o dinheiro recebido do espólio de J. R. R. Tolkien) disponibilizem de forma não mediada todos os periódicos e cartas de Tolkien, bem como de todos os manuscritos e textos datilografados. Por outro lado, aqueles que desejam fazer de Tolkien e de sua obra, mais do que um passatempo, isto é, tratá-lo como objeto de estudo, infelizmente esbarram em uma ligeira falta de profissionalismo e imparcialidade de certas pessoas. O fato de o legado literário do escritor inglês ter sido até muito recentemente administrado por um de seus filhos – Christopher John Reuel (1924-2020)⁷ – responsável por compilar, editar, comentar e publicar todas as obras póstumas do pai, nos diz muita coisa a esse respeito.

[...] Christopher Tolkien trabalhou árdua e assidua-

7 Com o relativamente recente falecimento de Christopher Tolkien, ocorrido em janeiro de 2020, outros estudiosos passaram a editar as obras inéditas de Tolkien: Carl Hostetter (*The Nature of Middle-earth*), Brian Sibley (*The Fall of Númenor*) e Peter Grybauskas (*The Battle of Maldon: together with The Homecoming of Beorhtnoth*).

mente na preparação dos textos. No entanto, repetidas vezes, ele se refere a manuscritos e datilografias que apenas ele ou alguns poucos selecionados já viram, que dirá mais examinados. E não está claro para mim, apesar das credenciais acadêmicas de Christopher Tolkien, que ele é a melhor pessoa para editar o trabalho de seu pai. (...) Sem acesso aos materiais originais, qualquer leitor pode se sentir como se estivesse olhando para uma miragem (Widdicombe, 2021, p. 206-207).

Infelizmente, um número não pequeno de estudiosos sobre Tolkien (tanto no Brasil quanto no exterior), se deixa contaminar por essa visão mágica e heroica. E, de certa forma, produzem trabalhos às vezes com alguma erudição, mas profundamente enviesados. Ingênuos, até. É o caso, por exemplo, de Loconte (2020), Gaspar & Greggersen (2021) e Birzer (2023), entre outros textos semelhantes, que apresentam ao leitor um Tolkien plano, previsível, homogêneo, e deixam de explorar contradições, conflitos (internos e externos), traumas e medos. Como se isso, ao arranhar o seu verniz de perfeição, diminuísse a sua genialidade enquanto escritor e o valor de sua obra.

Também não é incomum enxergar Tolkien, e o fato de ter sido um homem católico ao longo de sua vida, por uma linha religiosa, quase devocional. Há, inclusive, grupos de admiradores mais fervorosos que defendem, pasmem, a sua canonização pela Igreja⁸. Parte dessa abordagem, creio, se alimenta de depoimen-

⁸ Disponível em: <https://europeanconservative.com/articles/essay/why-some->

tos do próprio autor. Em uma carta escrita em 2 de dezembro de 1953, para seu amigo jesuíta Robert Murray, diz ele que “*O Senhor dos Anéis* obviamente é uma obra fundamentalmente religiosa e católica; inconscientemente no início, mas conscientemente na revisão” (Tolkien, 2006, p. 167).

Resta saber se o autor é a melhor pessoa para falar a respeito de sua própria obra. De qualquer maneira, não quero dizer que a religiosidade do escritor não deva ser considerada como parte integrante e relevante de sua vida, e que suas obras não estejam imunes a isso, pelo contrário. O próprio Tolkien foi educado, até a maioridade, por um padre. Seu primeiro filho – John Francis – tornou-se um padre. Portanto, trata-se de uma personalidade complexa, repleta de diferentes matizes. No entanto, o que fazem autores renomados como Loconte (2020) e Birzer (2023), e outros menos conhecido, como Gaspar & Greggersen (2021), é vestir em Tolkien a armadura de campeão da tradição católica (o mesmo com relação a C. S. Lewis, autor das *Crônicas de Nárnia*⁹, só que por um viés protestante), cuja imaginação se prestaria à declarada cristianização do mundo moderno:

[...] Para dois autores e amigos extraordinários, J. R. R. Tolkien e C. S. Lewis, a Grande Guerra serviu para aprofundar ainda mais sua busca espiritual. Os dois (...) usaram a experiência nesse conflito para moldar sua própria imaginação cristã. (...) Esses autores cristãos estavam nadando

[-catholics-think-j-r-r-tolkien-could-be-a-saint/](#) Acesso em 12/07/2023.

⁹ LEWIS, C. S. *As Crônicas de Nárnia*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

contra a correnteza do seu tempo (...) Parte da grande realização de Tolkien e Lewis foi reapresentar à imaginação popular uma visão cristã de esperança em um mundo torturado pela dúvida e pela desilusão (Loconte, 2020, p. 14-16).

O trecho em particular, e o livro de Loconte como um todo, possui ares de panegírico. Lewis e Tolkien são apresentados como seres idealizados, acima dos mortais, capazes de ensinar ao mundo como escapar “da dúvida e da desilusão” do pós-guerra. Como se eles próprios, por algum talento sobrenatural, não estivessem embebidos desses mesmos sentimentos.

Bradley Birzer produz uma análise mais completa, e seu ensaio é mais rico do que o de Loconte. No entanto, no que diz respeito à religiosidade, cai nas mesmas armadilhas:

[...] Tolkien, descobri rapidamente, se enquadra, de modo próprio e claro, no molde de inúmeros humanistas cristãos do século XX e de escritores e pensadores antimodernistas, tais como Christopher Dawson (1889-1970), Romano Guardini (1885-1968), Étienne Gilson (1884-1978), Eric Voegelin (1901-1985), Russell Kirk (1918-1994) e T. S. Eliot (1888-1965). Cada um deles, creio, quis evitar que o desmoronamento do mundo ocidental do século XX o fizesse cair integralmente no abismo, e sou profundamente *grato* a cada um pelos esforços acadêmicos e pela coragem diante da oposição extremamente secular e *ideológica* (Birzer, 2023, p. 34-35. O grifo é meu).

Há duas fragilidades nesse tipo de abordagem: a primeira, e mais óbvia, é confrontar, por um lado, uma série de intelectuais importantes, e, por outro, uma oposição dita “extremamente ideológica”. É como se a carreira de tais intelectuais, por contraste, estivesse desprovida ou acima de ideologias (entendidas aqui em sentido pejorativo, uma *falsificação* da realidade), o que é um despropósito. Além disso, e mais grave, o autor do texto se diz “grato” àqueles pensadores e a seus esforços, considerando-se uma espécie de herdeiro ou sucessor deles e da missão que supostamente teriam levado a cabo. No fim das contas, Birzer não está a defender Tolkien e a seus congêneres. Está a defender a si mesmo. Nesse sentido, são sempre pródigas as palavras de Michel de Certeau:

[...] A verdade aparece menos como aquilo que o grupo defende, do que aquilo *através* do que ele se defende: finalmente, é o que ele faz, sua maneira de representar, de difundir e de centralizar o que é. Opera-se uma mutação que inverte os papéis recíprocos da sociedade e da verdade. Ao final, a primeira será o que estabelece e determina a segunda (Certeau, 2011, p. 132. O grifo é do autor).

A segunda, mais sutil, e à semelhança do que acontece na biografia como um todo, é tratar a relação de Tolkien com o catolicismo como algo harmonioso e resolvido. Não o era. Um olhar um pouco mais atento para as suas cartas, como a que escreveu para seu filho Michael em 1965, deixa isso mais claro (Tolkien, 2006, p. 335-336). Não por acaso, uma das razões pelas

quais não há referências formais a deuses, cultos ou liturgias em seus escritos se deve à ambiguidade dessa relação. Dúvidas, decepções e contradições estavam na ordem do dia.

[...] O que causou grandes dificuldades à família (...) foi sua mãe ter escolhido o catolicismo, e ainda assim foi o padre [Francis] Morgan (o guardião nomeado de Tolkien) que permitiu a Tolkien obter uma educação que lhe possibilitou realizar suas ambições intelectuais. (...) Mas foi também o catolicismo que causou a primeira grande divergência em sua relação com Edith Bratt [sua esposa] quando Tolkien exigiu que ela fosse aceita na fé católica antes que pudessem se casar (...). Para Tolkien, o catolicismo também está associado com as duas figuras mais importantes do início de sua vida – sua mãe e seu tutor – e em termos marcadamente ambivalentes, pois estão associados aos momentos mais dolorosos de sua longa vida (...). A razão fundamental para a religião (especificamente o catolicismo) não fazer parte do seu legendário é que sua experiência foi muito ambivalente, complicada e incipiente. A criação da arte requer distância; Tolkien pode não ter tido isso em sua atitude em relação à religião (Widdicombe, 2021, p. 30-31).

Como se vê, o tema é muito mais complexo e de difícil definição do que simplesmente retratar um homem piedoso e catequético. Alguém que, em outras palavras, teria como fundamento da arte de contar histórias “aquela Grande História, a maior de todas as histórias, para a qual todas as boas histórias apontam, o evangelho de Jesus (Gaspar & Greggersen, 2021, p. 83).

De mais a mais, também se faz necessário entender a amizade entre J. R. R. Tolkien e C. S. Lewis, muitas vezes retratada de modo apologético e edificante, como com um pouco mais de maturidade. É preciso remover a aura romântica e imaculada que muitas vezes lhe é atribuída, até mesmo por estudiosos sérios. Nesse sentido, trabalhos como o do escritor inglês Colin Duriez (2018), que, a despeito das influências de parte a parte, apontam “os altos e baixos” e o “esfriamento” da relação entre os dois, são de importância fundamental.

Todavia, mais do que os apontamentos importantes de Duriez, há que se considerar a presença de sentimentos pouco nobres da parte de Tolkien para com seu colega de escritas fantásticas. Para além das invencíveis diferenças confessionais (Tolkien era católico e Lewis anglicano), e estilísticas, ambos escreviam com voracidade, mas somente Lewis conseguia ter método e disciplina para publicar seus livros com relativa agilidade. Por fim, a presença de outras pessoas entre os dois nem sempre era bem recebida pelo autor de *The Lord of the Rings*. Havia uma admiração mútua, sem dúvida, porém plasmada com ciúme, ressentimento e inveja. Alguns anos depois, o vinho da amizade virou vinagre, ao ponto de

[...] quando Lewis morreu, em novembro de 1963, Tolkien recusou todos os convites para escrever um obituário, e se negou a contribuir com uma coletânea de ensaios em sua memória. Na verdade, raras vezes falou de Lewis, e seu único comentário documentado sobre o fim da longa amizade

veio como uma referência um tanto ressentida numa carta escrita logo após a morte dele. “Fomos separados primeiro pelo repentino surgimento de Charles Williams [um dos amigos íntimos de Lewis]”, ele declarou, “e depois por seu casamento” (White, 2002, p. 156).

O depoimento é do editor britânico Michael White (1959-2018), que escreveu *Tolkien: A Biography* (2002)¹⁰. Citado por praticamente todos os autores utilizados por nós ao longo desse capítulo, nos traz uma abordagem mais aguda e refinada a respeito de Tolkien e de sua vida conturbada. Embora não conte com tantas fontes primárias quanto Carpenter, o trabalho de White ainda assim é extremamente relevante, pois ajuda a remover a capa santificadora na qual o Professor de Oxford muitas vezes é envolvido.

Ele afirma, por exemplo, que a obra tolkieniana é profundamente triste, frutos de suas experiências pessoais (da infância difícil à *Batalha do Somme*) e de sua visão pessimista com relação ao futuro. Apresenta-nos um J. R. R. Tolkien magoado, angustiado, melancólico. Por outro lado, metuculoso e obsessivo (o que explica a sua particular dificuldade em publicar seus textos). Distante de uma figura impassível e moralmente superior. Ademais, imaturo com relação ao casamento e ao feminino¹¹:

10 No Brasil, a obra de Michael White foi editada e traduzida sob dois títulos diferentes: *Tolkien: uma biografia* (2002), pela Editora Imago, e *J. R. R. Tolkien: O Senhor da Fantasia* (2013), pela Darkside.

11 Em que pese os esforços notáveis de Rosana Rios (2005) e Cristina Casagrande (2019), é evidente a dificuldade de Tolkien em explorar o feminino em suas obras. Há poucas personagens femininas, e quando existem, são solenes e elevadas, quase românticas.

[...] achava difícil manifestar seu amor por Edith de outra forma que não por meios ligeiramente sentimentais, condescendentes, dirigindo-se a ela em cartas como ‘pequena’ (...) Também a protegia por demais (White, 2002, p. 64).

Sim. Mesmo os gênios, porque humanos, não estão imunes a isso.

Há ainda um sem número de autores que contribuíram com toques biográficos sobre Tolkien. Se não de forma tão completa quanto Humphrey Carpenter e Michael White, uma vez que não era esse seu objetivo, mas de modo a explorar a complexidade de sua obra a partir de uma personalidade também complexa e não imune a contradições. É o caso de estudiosos que lançaram suas obras com Tolkien ainda vivo, como Lin Carter (2003)¹², ou de pesquisas mais recentes, como as desenvolvidas por Toby Widdicombe (2021) e Douglas Anderson (2021); outros ainda que aprofundaram a vivência de Tolkien nas trincheiras da Primeira Guerra, como o brilhante *Tolkien e a Grande Guerra*, de John Garth (2022). No Brasil, vale a pena destacar a contribuição sem par do curitibano Ronald Kyrmse¹³ (2003), como autor, tradutor e um grande

12 Lin Carter publicou o seu *Tolkien: a look behind The Lord of the Rings* em 1969, 4 anos antes da morte de Tolkien.

13 Ronald Kyrmse (1952-) é membro da *The Tolkien Society* há mais de 30 anos e do grupo linguístico *Quendili*, tendo artigos publicados em periódicos internacionais. Iniciou sua carreira como tradutor e consultor nas publicações de Tolkien no Brasil traduzindo a biografia oficial escrita por Humphrey Carpenter. Depois, atuou como consultor nas traduções de *The Hobbit*, *The Lord of the Rings* e *The Silmarillion* e tradutor de *Unfinished Tales* e *The Children of Húrin*. Em 2003, publicou seu próprio livro – um guia muito recomendado para os tolkienistas brasileiros – chamado *Explicando Tolkien*, em que desenvolveu a

divulgador de Tolkien no país há quase 40 anos.

O que todos esses nomes têm em comum é o fato de não se deixarem levar por esteriótipos. Em outras palavras, dissipam as névoas sob as quais está escondido um Tolkien *humano, demasiado humano*, que é o que nos propomos a estudar. Conseguem ser refratários a apelos de admiradores e entusiastas, e não veem sacrilégios em apontar vícios e imperfeições no criador da fantasia épica moderna. Aliás, arrisco-me a dizer que essa mesma fantasia, inigualável até hoje em extensão e profundidade, somente foi possível graças às ambivalências e às ambiguidades do seu criador. A magnitude de tudo o que fez não se deu *apesar* dos demônios que o atormentavam, mas *por causa* deles.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Douglas. Introdução e notas. In: TOLKIEN, John Ronald Reuel. *O Hobbit anotado*. Tradução de Reinaldo José Lopes. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2021.
- BIRZER, Bradley. *O mito santificador de Tolkien: interpretando a Terra-média*. 2. ed. São Paulo: LVM, 2023.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CARPENTER, Humphrey. *J. R. R. Tolkien: uma biografia*. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2018.
- CARTER, Lin. *O senhor do Senhor dos Anéis: o mundo de Tolkien*. Rio

teoria da tridimensionalidade na obra de Tolkien. Disponível em: <https://celp.flech.usp.br/ronalldkymse>. Acesso em 13/07/2023.

- de Janeiro: Record, 2003.
- CASAGRANDE, Cristina. O feminino em Tolkien. In: CASAGRANDE, Cristina; KLAUTAU, Diego Genu; CUNHA, Maria Zilda da. *A subcriação de mundos: estudos sobre a literatura de Tolkien*. São Paulo: FFLCH/USP, 2019.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- DURIEZ, Colin. J. R. R. *Tolkien e C. S. Lewis: o dom da amizade*. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2018.
- GARTH, J. *Tolkien e a Grande Guerra: o limiar da Terra-média*. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2022.
- GASPAR, Igor & GREGGERSEN, Gabriele. *Os Inklings: o grupo literário de C. S. Lewis e J. R. R. Tolkien*. São Paulo: Trinitas, 2021.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- KYRMSE, Ronald. *Explicando Tolkien*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LOCONTE, Joseph. *Um hobbit, um guarda-roupa e uma grande guerra*. São Paulo: Trinitas, 2020.
- RIOS, Rosana. *Senhoras dos Anéis*. São Paulo: Devir, 2005.
- TOLKIEN, John Ronald Reuel. *A Sociedade do Anel: Primeira Parte de O Senhor dos Anéis*. Tradução de Ronald Kyrmse. 1. ed. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2019.
- TOLKIEN, John Ronald Reuel. *As cartas de J. R. R. Tolkien*. Tradução de Gabriel Oliva Brum. Curitiba: Arte e Letra Editora, 2006.
- WHITE, Michael. *Tolkien: uma biografia*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- WIDDICOMBE, Toby. *J. R. R. Tolkien: o mundo fantástico do criador de O Senhor dos Anéis e O Hobbit*. Rio de Janeiro: Ubook, 2021.

História Antiga, Medieval e da África

Sacralização do espaço: entre a religião e o cotidiano em Corinto (séc. II d.C.)

Camila Sartorio Sfalsin¹

Introdução

Mediante a execução de nossa comunicação objetivamos analisar, segundo a narrativa do viajante e escritor grego Pausânias, a cidade greco-romana enquanto local multireligioso na qual os espaços sagrados assomavam também como monumentalizados. Para tanto, nosso foco manteve-se em Corinto, à época do Principado, isto é, marcada pela confluência cultural e religiosa de metrópoles cosmopolitas do Império Romano.

Esse cenário de fortes interconexões entre grupos humanos assegurado pela proeminência de Roma na bacia do Mediterrâneo, favoreceu o surgimento de novas ordens que alteraram as estruturas, instituições e crenças das cidades. Tomando a compreensão de Guarinello (2010, p. 116) acerca dos processos de conformação de identidades sob a égide de Roma, podemos considerar o Império enquanto um fenômeno que congregava múltiplas identidades, alinhadas à língua e cultura, culminando num processo de coligação entre povos distintos sob um mesmo território.

¹ Mestranda pelo pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil. E-mail: csartoriosfalsin@gmail.com

Além disso, o aspecto sagrado das comunidades cívicas urbanas nas cidades e províncias do *orbis romanorum* corroboravam a intensa diversidade de crenças e tradições resultantes do sincretismo característico desse período e constituíam uma paisagem religiosa familiar aos indivíduos (Martins, 2017, p. 245). Vale destacar que nosso objetivo é analisar o espaço sagrado a considerar as mudanças culturais, espaciais e arquitetônicas ocorridas na Corinto do Principado.

Nesse sentido, as práticas rituais que remetiam ao sagrado no cotidiano citadino não restringiam-se ao plano religioso, uma vez que eram incorporadas na construção, nos usos e na organização do espaço. Dessa forma, os rituais asseguravam que a disposição da cidade se realizava de acordo com a vontade divina, pois o espaço consagrado às divindades era dotado de valores e significados religiosos. Portanto, ao experienciar a arquitetura religiosa, o indivíduo assimilava novas formas de manifestar o sagrado na cidade (Martins, 2017, p. 254).

É nesse contexto, que viajantes e escritores, valendo-se do cenário relativamente “estável”² dos primeiros séculos do Império, produziram uma série de relatos acerca da configuração espacial e cultural dos territórios que percorriam. À vista disso, Pausânias, escritor e membro de uma elite helenizada, apresenta-se como um dos viajantes que se dedicou à literatura periegetica, descrevendo em sua narrativa os territórios

² Cabe ressaltar que os conflitos, guerras e instabilidades se mantiveram ainda no período defendido por alguns autores, a exemplo de Gibbon (1960), como *pax romana*. Nesse sentido, ainda que com relativa estabilidade, aqui não tratamos da perspectiva na qual a *pax romana* eliminou os conflitos e instabilidades no império em seus primeiros séculos.

da Grécia e fornecendo-nos copiosas informações acerca dos aspectos físicos e culturais dos locais que percorreu. Assim, a partir da narrativa do autor, temos acesso a grande parte dos aspectos religiosos, sagrados e monumentais, das antigas *póleis*.

Destarte, são essas, dentre outras informações, que nos permitem atestar as relações mantidas pelo indivíduo com os deuses e como tais relações vinculavam-se a espaços citadinos que nunca estiveram restritos a sua funcionalidade prática, dado seu caráter monumental. Portanto, discorreremos neste artigo, primamente, acerca do sagrado no ambiente citadino; em seguida trataremos das conceituações de espaço e cidade que fundamentaram nossa análise; e por fim, abordaremos Corinto sob a perspectiva da monumentalização, com base nas descrições fornecidas por Pausânias.

A geografia do sagrado

A proposta de discussão acerca da monumentalização dos espaços e edifícios na Antiguidade está diretamente vinculada à sacralização destes locais, dado que um dos principais traços distintivos da cidade era a simbiose existente entre o solo urbano e o mundo divino. Assim, sobre o seu território erguiam-se inúmeros monumentos e edifícios consagrados às divindades, locais estes que possuíam também funções políticas, econômicas e sociais (Owens, 1992, p. 25-57). Deste modo, trataremos aqui do caráter sagrado monumental destes edifícios mediante uma ótica religiosa que enfatiza sua funcionalidade no cotidiano dos citadinos.

Isto posto, no que diz respeito à presença do sagrado nas

idades gregas sob domínio romano, atesta-se com certa frequência, mediante fontes literárias, arqueológicas, epigráficas e outras, a existência de templos, santuários, altares, e demais locais consagrados às divindades que além de desempenharem funções religiosas, incutiam diretamente na vida política e cotidiana dos cidadãos, visto que a rotina dos habitantes era ordenada conforme seu elo e obrigações para com os deuses. Neste artigo, são esses edifícios e locais que compreendemos como espaços constituintes de uma geografia sagrada da cidade.

Para além disso, é o conhecimento acerca destes locais que nos permite inferir sobre as continuidades e rupturas na arquitetura religiosa urbana, sobretudo da Corinto à época das *póleis* e a à época imperial, cidade sobre a qual manteremos nosso foco de análise. Nessa perspectiva, a título de exemplo, cita-se do templo de Afrodite, cujo status tradicional foi mantido pelos colonizadores romanos após a destruição de Corinto e sua reconstrução enquanto *colonia* romana em 44 a.C. (Engels, 1990, p. 66 et seq.). Casos como o da deusa Afrodite eram muito comuns após o processo de reconstrução da cidade, como nos informa Pausânias em sua narrativa, e sobre os quais nos debruçaremos adiante.

O processo de sacralização de um local ou objeto consistia assim, em linhas gerais, em consagrar, mediante cultos e rituais religiosos, determinado local a uma divindade ou potência, dessa forma estabelecia-se ali um vínculo entre os cidadãos e os deuses (Caseau, 2001, p. 21), ligação esta que assegurava a benevolência da divindade para com a *pólis* ou a *civitas*.

Nesse sentido, entendemos a consagração de edifícios e/ou monumentos aos deuses como uma ação que dotava não apenas o espaço de significado, mas incutia em alterações na própria identidade dos habitantes, uma vez que a vida pública, política e social era diretamente afetada pelos deveres para com os deuses, assim como a própria espacialidade da cidade. Todavia, segundo destacado pela autora, cabe ressaltar que nos séculos seguintes a sacralização da paisagem citadina, isto é, a alteração nos ritmos espaciais e temporais da comunidade, além de afetar outros aspectos da vida conforme mencionamos, também tornou difícil, em certa medida, a convivência entre diferentes grupos religiosos, uma vez que “o que era impuro para uma religião não o era para outra; o que era considerado ímpio por alguns era percebido como piedoso por outros” (Caseau, 2001, p. 22), conduzindo, por vezes, a medidas extremas por parte das autoridades romanas que ordenavam a confiscação ou a destruição de edifícios religiosos cristãos.

De todo modo, instalar-se em determinado local, equivalia, em última instância, a consagrá-lo às divindades, isto é, uma dinâmica que alterava a existência da comunidade como um todo (Eliade, 1992, p. 23), haja vista que habitar o espaço e dotá-lo de caráter sagrado, tal como o modelo de universo exemplar dos deuses, significava modificar a própria compreensão da realidade pelos cidadãos, bem como seus deveres para com a *civitas*.

Em síntese, a perspectiva que aqui nos interessa, conforme sustentamos, é a de que estes locais, além compreender um forte caráter religioso, atuavam também como marcadores de afirma-

ção da identidade, uma vez que as atividades ali circunscritas e desempenhadas eram repletas de mitos, história, cultura e ritos que, no caso de Corinto sob a égide imperial, emergiram enquanto concepções que buscavam recuperar o passado grego por intermédio de símbolos religiosos helênicos que foram mantidos na paisagem urbana após sua refundação em 44 a.C.

Considerando então que a potência de um símbolo consiste em sua capacidade fornecer sentido ao que se pretende observar (Jovchelovith, 1998, p. 71), Pausânias, ao evocar estes elementos religiosos pertencentes à cultura grega em Corinto e ao destinar pouca ou quase nenhuma atenção aos aspectos romanos na arquitetura da cidade, empreende a reconstrução de uma identidade grega por vias de uma ótica sagrada que, a princípio, não incluiria o elemento romano, marcador de alteridade, descrevendo os edifícios e locais sagrados que nos permitem inferir acerca de sua importância aos cidadãos, bem como de seu semblante monumental.

Nesse ínterim, alguns autores, a exemplo de John Schid e François de Polignac (2010), defendem que não havia, na cidade antiga, lugares desprovidos da influência divina, de maneira que a própria noção de lugar e espaço eram imanentes ao seu caráter religioso. São estes autores os responsáveis por cunharem o conceito de paisagem religiosa que a nós é muito caro, visto que essa noção parte de uma ótica indissociável entre o espaço, os cultos e os ritos, emergindo como elemento ora visível ora metafórico, como um espectro de identidades relacionadas a fatores múlti-

plos do ambiente citadino (Polignac; Scheid, 2010, p. 431). Para tanto, o entendimento da monumentalidade vinculada a edifícios sagrados está calcada na noção de que era impossível assimilar um edifício, ou local religioso, apenas mediante sua conduta prática na realidade citadina, já que sua compreensão ultrapassava a experiência humana como um todo. Assim, o sagrado constituía a realidade por excelência, saturada de ser e potência, de tal modo que sua manifestação fundamentava ontologicamente o mundo (Eliade, 1992, p. 13-17), e por conseguinte, o espaço no qual se concretiza, isto é, edifícios, templos e demais lugares do recinto citadino.

O espaço e a cidade

Mediante a descrição de Pausânias acerca de Corinto, temos acesso à configuração arquitetônica e espacial da cidade, o que nos permite identificar os espaços de culto, rituais, festividades, artefatos e elementos que diziam respeito à disposição do sagrado em Corinto. Portanto, este conceito interessa à nossa discussão, uma vez que a importância e/ou utilidade destes espaços para os cidadãos são definidos de maneira própria (Rossi, 1982, p. 92). Cumpre notar que os locais de culto na cidade antiga eram passíveis de alterações em seu significado e sua utilização conforme o contexto e modelo de cidade adotado. À vista disso, Pausânias nos informa sobre artefatos, cultos e rituais pertencentes a uma Corinto grega, ainda que o momento no qual redige sua obra seja outro, isto é, o de uma cidade reconstruída e posta sob controle

de Roma.

Portanto, para fins de compreensão do sagrado imbricado na arquitetura urbana de Corinto, não podemos desconsiderar o espaço, primamente, como local que investe de significado as ações a ele circunscritas, tendo em vista que os indivíduos, executantes de tais práticas, tornam-se parte de um grupo a partir das referências aos locais e à realidade social ali construída (Navarro, 2007, p. 16). Todavia, cabe ressaltar que, já que o espaço é constituído a partir das ações e elementos circunscritos a ele e à sociedade que o constitui, ele apresenta, conforme sustentado por Lynch (1982, p. 8), um caráter eminentemente dinâmico, no qual as imagens ali presentes podem ser compreendidas a partir de sua identidade, estrutura e significado. Nessa acepção, o espaço, dotado de elementos, imagens, símbolos e usos distintos, sobretudo no que tange aos ritos e práticas religiosas, por vezes extrapolava sua funcionalidade prática e adotava um caráter monumental sobre o qual trataremos mais adiante.

Isto posto, dentre as múltiplas definições possíveis do fenômeno urbano, é vasto o debate historiográfico que busca analisar e significar as diversas minúcias das cidades ao longo dos tempos, sobretudo na Antiguidade, recorte que aqui nos interessa. Destarte, sabe-se que os estudos acerca da cidade lograram força com Coulanges no século XIX (Martins; Silva, 2017, p. 87), segundo o qual, no Mundo Antigo, o próprio ato de fundação da cidade ocorria sob uma lógica religiosa, no qual o perímetro urbano era convertido em um santuário divino aos deuses protetores da *pólis*

e seus habitantes, de modo que, em termos religiosos, a cidade aqui emergia enquanto uma oferenda geográfica aos deuses (Coulanges, 2002, p. 122- 124). Todavia, ainda que existam incontáveis maneiras de defini-la, neste artigo adotamos a concepção formulada por José D'Assunção Barros, isto é, uma cidade multifacetada e polissêmica, atuando com uma amálgama de significados e símbolos (Barros, 2007, p. 40). Para tanto, são essas as considerações de cidade que aplicaremos à nossa análise de Corinto, cidade grega que foi destruída em 146 a.C. e refundada enquanto *colonia* pelos romanos em 44 a.C.

Corinto enquanto *colonia*

Almejando debruçar-nos sobre os espaços sagrados monumentais em Corinto, devemos antes, esclarecer algumas questões fundamentais para nossa análise e para compreensão da cidade enquanto uma *colonia* fundada no mesmo local que outrora abrigou uma *pólis* venerável, evento indispensável para assimilar a monumentalização dos edifícios e locais sagrados na paisagem citadina. Portanto buscaremos esclarecer alguns debates historiográficos tendo em vista os aspectos políticos, econômicos, sociais, e sobretudo religiosos da Corinto à luz do Império.

Corinto, assim como as demais cidades greco-romanas achava-se saturada pelo sagrado, de tal modo que diversos autores se debruçaram sobre os cultos e ritos presentes no recinto citadino. J. B. Salmon (1984), em *Wealthy Corinth: a history of the city to 338 BC*, se dedica ao estudo de Corinto como um importante centro

histórico, religioso e cultural da Hélade. O autor recorre, por vezes, a evidências arqueológicas e nos informa, em linhas gerais, acerca das características topográficas, religiosas, culturais e econômicas da cidade. Além disso, dedica especial atenção à organização da sociedade na época clássica, qualificando o desenvolvimento de Corinto como acelerado e intenso quando comparado às demais *póleis* da época. Ademais, tanto Salmon (1984) quanto Freitag (2013), mediante a exposição acerca de Corinto, nos fornecem um panorama geral de sua disposição espacial, de seus edifícios e monumentos, evocando evidências materiais para fundamentar sua argumentação de que Corinto foi, de fato, uma das metrópoles da Hélade.

No que se refere a uma análise histórica de Corinto à luz de fatores econômicos e sociais, Donald Engels (1990), em sua obra *Roman Corinth: an alternative model for the classical city* (1990), trata acerca de como a exploração do território e a construção de redes ampliadas de comércio, transformaram a cidade em uma das mais ativas sob o Principado, atraindo visitantes de todos os lugares do Império. Já Richard M. Rothaus (2000), em *Corinth the first city of Greece: an urban history of Late Antique cult and religion*, propõe, com base na utilização de evidências literárias e arqueológicas, uma análise da cultura e cotidiano de Corinto pautada nos cultos e rituais praticados no espaço urbano. Dentre as contribuições da obra, cabe destacar o capítulo no qual o autor se dedica a tratar da Corinto em sua fase mais antiga, enfocando sobretudo os aspectos religiosos da cidade.

No que se refere à situação de Corinto sob o Império Romano, a obra *Corinth in Context: comparative studies on religion and society*, publicada em 2010, reúne diversas contribuições acerca da cidade com base em múltiplas abordagens que, em linhas gerais, iluminam os principais aspectos culturais, religiosos e políticos de uma Corinto posta ao domínio dos romanos. Dentre os autores presentes na obra, destacamos Benjamin W. Millis (2010), que, no capítulo “The Social and Ethnic Origins of the Colonists in Early Roman Corinth”, trata de Corinto segundo uma perspectiva religiosa, considerando a relação dos habitantes com o espaço logo após a reedificação da cidade, em 44 a.C., por César. O autor, ao descrever a ocupação da *colonia* de Corinto, sustenta que, apesar de estar sujeita aos romanos, foi fundada no mesmo local e com o mesmo nome de sua fase grega, de modo que vestígios do antigo e o novo se justapunham na Corinto do Principado.

Já Klaus Freitag (2013), em *Corinth*, apresenta a cidade de Corinto sob uma ótica essencialmente econômica e comercial. Embora, ao realizar sua análise, o autor considere como um dos aspectos mais relevantes da *pólis* os fatores socioeconômicos, seu foco recai também nos elementos geográficos e religiosos, com destaque para os santuários, análise pertinente a nossa observação. Além disso, Freitag incorpora à sua obra evidências arqueológicas provenientes das escavações realizadas em Corinto pela Escola Americana de Estudos Clássicos, em 1896, a fim de compor um panorama dos edifícios remanescentes após a destruição da cidade por Múmio, em 146 a.C. e sua reconstrução pelos romanos em 44 a.C.

De todo modo, Corinto desempenhou papel fundamental nos primeiros séculos do Império, uma vez que dentre os inúmeros fatores que fizeram da cidade uma das metrópoles mais importantes do Império, destacamos sua localização geográfica favorável próximo a importantes rotas comerciais, em especial, as que conectavam os Bálcãs ao Oriente. Além disso, cabe mencionar que Pausânias escreve sua obra em meados do governo de Marco Aurélio (161-180), ou seja, no contexto do Principado, no século II (INGELMO, 1994). Ainda que não tenhamos acesso às datas específicas das viagens realizadas pelo autor, inferimos que ele tenha estado em Corinto antes de visitar os demais locais da Grécia Continental e Ásia Menor, haja vista que os livros foram escritos na ordem que se apresentam.

Ademais, entre a destruição da cidade em 146 a.C. por Lúcio Múmio e sua fundação por Júlio César em 44 a.C., alguns santuários sofreram danos em sua estrutura, seja por intenção em destruí-lo, pela falta de manutenção e negligência ou pela ausência no interesse de reconstruir os locais danificados (Wickkiser, 2010, p. 52), todavia, o autor ressalta que tal situação não aplicava-se a todos os locais, uma vez que algumas das estruturas helenísticas foram reparadas na fase romana da cidade, ainda que tenham experienciado alterações em sua utilização. Portanto, são inúmeros os autores que investigam as continuidades e discontinuidades nos espaços religiosos entre os períodos Clássico-Helenístico e a colonização romana em Corinto, sobretudo dado que os santuários com maior status de importância foram reconstruídos nos mesmos locais que outrora ocupavam na cidade grega (Thomas,

2010, p. 118), fornecendo-nos indicativos, em níveis arqueológicos, de alteração na paisagem citadina entre as fases grega e romana da cidade.

A *perigesis* de Pausânias

Por volta de 160-180 d.C., Pausânias, escritor e viajante grego, produziu sua única obra, a *Descrição da Grécia*. De acordo com informações que nos foram legadas pelo autor, infere-se que tenha nascido em Magnésia de Sípilo, na Lídia, aproximadamente em 110 d.C. Infere-se ainda que procedia de uma família abastada que lhe proporcionou uma sólida educação, o que lhe permitiu obter um rico conhecimento acerca da geografia e costumes dos povos que compunham o Império Romano na ocasião de suas viagens. Ademais, Pausânias era reconhecido por nutrir profunda afeição pela cultura helênica, demonstrando grande interesse pelos aspectos sagrados, o que o levou a exaltar a religiosidade helênica em sua narrativa. Para tanto, *Descrição da Grécia* (em grego, *Periegesis Hellados*), é uma narrativa composta por dez livros, de caráter periegético, escritos quase que inteiramente sob o governo de Marco Aurélio e caracteriza-se como um relato descritivo da paisagem física e espacial das províncias e cidades que compunham o território da Grécia Continental sob o Principado. Ainda que, na Antiguidade, *periegesis* fosse amiúde um itinerário ou guia de viagem (Bowie, 2001, p.45), Pausânias, em sua obra, faz referência também às atividades rituais e religiosas conectadas aos locais que descreve (Elsner, 2001, p. 6).

Dentre os lugares que Pausânias percorreu, destacamos o território da Grécia continental, região sobre a qual disserta em sua obra. Cabe ressaltar ainda que, por ocasião de suas viagens, algumas das cidades pelas quais o autor transitou encontravam-se em ruínas, assim como alguns monumentos, templos e pontos de atração. Pausânias afirma que seu esforço descritivo versava sobre os aspectos que ele considerava como dignos de serem vistos, logo, um erro comum é considerar que ele suprimia da narrativa os monumentos em ruínas por desprezar esses locais. Pelo contrário, de acordo com Pretzler (2004, p. 207), Pausânias, em sua obra, demonstra um vívido interesse pelos mínimos detalhes de qualquer evento ou monumento que captasse sua atenção, uma vez que a história acerca dos locais e costumes observados era para ele fundamental. Para tanto, o apelo estético não era um critério relevante para que algum monumento fosse descrito, como vemos no excerto abaixo, no qual cita danos estruturais em um dos santuários da deusa Atená, em Corinto:

[...] Este era o antigo local [...] Eles ainda têm santuários aqui, primeiro Poseidon na mesma ponta, depois, quando você sai do mar para as montanhas, há um santuário de Atená com as fundações de um estádio ao lado, onde dizem que os filhos de Tíndaro correram. Há outro pequeno santuário de Atená, mas o telhado caiu [...] (Paus., II, 215).

Para além disso, cabe destacar que para Trigger (1990) um edifício monumental referia-se a um local grandioso, imponente

e significativo de acordo com o ambiente no qual está inserido e que aludia ao poder político e cultural, escapando a sua funcionalidade prática, dessa forma, os espaços sagrados de Corinto, investidos de caráter religioso que extrapolavam a própria experiência humana, eram também, edifícios monumentalizados, dado a importância desmedida aos cidadãos e a maneira com a qual alteravam e interferiam diretamente na vida cotidiana dos indivíduos. No excerto a seguir é notável como o santuário de Hera é investido de funções que extrapolam o religioso e resultam em alterações decisivas que repercutiram em eventos políticos decisivos aos habitantes.

[...] Posteriormente, quando Corinto, filho de Marathon, faleceu sem filhos, os coríntios enviaram buscar Medeia em lolcus e a coroaram como rainha. Por meio dela, Jasão se tornou rei em Corinto, e Medeia, à medida que seus filhos nasciam, os levava ao santuário de Hera e os escondia, acreditando que assim se tornariam imortais. Por fim, ela descobriu que suas esperanças eram vãs, ao mesmo tempo em que foi descoberta por Jasão. Quando ela pediu perdão, ele recusou e partiu para lolcus. Por esses motivos, Medeia também partiu e entregou o reino a Sísifo. [...] (Paus, II, 265).

A análise da arquitetura monumentalizada de Corinto à época da dominação romana se faz importante, uma vez que segundo Florenzano (2011, p. 45), a construção ou reconstrução de espaços monumentalizados exige a veridicidade de um poder político organizado, seja ela coercitivo ou não, haja vista que para erguer tais

empreendimentos arquitetônicos, existiam demandas e recursos restritos a estratos específicos da sociedade, isto é, governantes, tiranos, dentre outros que possuíam prestígio e capital para tais feitos.

Considerações finais

Por fim, *A Descrição da Grécia*, em termos literários, é considerada uma obra de referência quando se trata de estudar a geografia e os costumes da *póleis* na época imperial. O entusiasmo demonstrado pelo autor acerca dos assuntos sagrados foi bastante valioso à nossa análise, uma vez que, ao percorrer o perímetro das cidades por onde transitou, Pausânias interpretou a paisagem mediante uma ótica religiosa conectada, principalmente, aos valores da religião grega, seus templos, altares e monumentos, dentre outros aspectos que nos permitem conjecturar acerca da importância do sagrado em Corinto, bem como acerca da monumentalidade dos templos, altares, edifícios e monumentos que materializavam o mundo divino sob o solo da cidade.

Em síntese, podemos inferir que a monumentalidade dos templos, estátuas, edifícios e altares observados pelo autor em sua narrativa é um fator mais valoroso ao selecionar o elemento a ser descrito ao invés do apelo estético. Assim, inferimos que a funcionalidade do edifício ou artefato descrito, seja ela prática ou não, importava mais ao autor para destinar sua atenção e esforço descritivo.

Portanto, mediante a análise da narrativa de Pausânias, verificamos que as funções dos espaços sagrados iam além do plano religioso, incorporando-se na construção, nos usos e na organização de Corinto, de maneira que o religioso invadia tanto o espaço público quanto o privado investindo-se de monumentalidade. Além do mais, no decorrer de sua obra, Pausânias menciona frequentemente deuses e deusas reverenciados pelos coríntios, com destaque para Afrodite e Poseidon, os padroeiros da *pólis*. Cabe destacar ainda que as tradições religiosas de Corinto são mantidas sob o domínio romano, quando ocorre a reconstrução da cidade levada a cabo por ordem de César e posteriormente, Augusto. De fato, a análise crítica de *Descrição da Grécia* nos permite concluir como o perímetro urbano da cidade antiga era, de fato, controlado e posto sob a proteção das divindades de tal forma que os ambientes sagrados exerciam influência nos mais amplos aspectos da vida cidadina, sejam eles políticos, sociais, religiosos e sobretudo, identitários.

REFERÊNCIAS

Documentação textual

PAUSANIAS. *Description of Greece: Book I and II*. Translated by W.H.S. Jones and H.A. Ormerod. London, W. Heinemann; New York, G.P. Putnam's Sons, 1918, v. 1.

Obras de apoio

BARROS, J. A. *Cidade e História*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

- BOWIE, E. Inspiration and aspiration: date, genre and readership. In: ALOCOCK S. E.; CHERRY, J. F.; ELSNER, J. (ed.). *Pausanias: travel and memory in Roman Greece*. New York: Oxford University Press, 2001, p. 21-32.
- CASEAU, B. Sacred landscapes. In: BOWESOCK, G. W.; BROWN, P.; GRABAR, O. (ed.). *Interpreting Late Antiquity: essays on the postclassical world*. Cambridge: Belknap Press, 2001, p. 11-59.
- COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- ELIADE, M. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ENGELS, D. *Roman Corinth: an alternative model for the classical city*. Illinois: Chicago Press, 1990.
- FLORENZANO, M. B. Construindo o helenismo: o tirano e a monumentalização urbanística da pólis grega. In: ALDROVANDI, C. E. V.; KORMIKIARI, M. C. N.; HIRATA, E. F. V. (org.). *Estudos sobre o espaço na Antiguidade*. São Paulo: Edusp, 2011, p. 41-56.
- FREITAG, K. Corinth. In: BAGNALL, R. S.; BRODERSEN, K.; CHAMPION, C. B.;
- ERSKINE, A.; HUEBNER, S. R. (ed.). *The Encyclopedia of Ancient History*. Blackwell Publishing, 2013, p. 1785-1787. v. 1.
- GUARINELLO, N. L. *Ordem, integração e fronteiras no Império Romano: um ensaio*. *Mare Nostrum*, v. 1, n. 1, 113-127, 2010.
- HERRERO INGELMO, M. C. *Introducion*. In: PAUSANIAS. *Descripción de Grecia: Libros I-II*. Madrid: Gredos, 1994.

- JOVCHELOVITCH, S. Re(des)cobrando o outro. In: ARRUDA, A. (org.). Representando a alteridade. Petrópolis: Vozes, p. 69-82, 1998.
- LYNCH, K. The image of the city. Massachusetts: MIT Press, 1990.
- OWENS, E. J. The city in the Greek and Roman world. New York: Routledge, 1992.
- PAWLAK, M. N. Corinth after 44 BC: ethnical and cultural changes. Cracow: Electrum, v. 20, p. 143-162, 2013.
- MARTINS, M. Espaço e representação do sagrado em Bracara Augusta: o contributo da Arqueologia e da Epigrafia. In: SILVA, G. V.; SILVA, E. C. M.; LIMA NETO, B. M. (org.). Espaços do sagrado na cidade antiga. Vitória: GM Editora, 2017, p. 245-265.
- MARTINS, M. M.; SILVA, G. V. Cidade antiga e sociedade: narrativas e diálogos interdisciplinares. In: FERREIRA, A.; MARQUES, A. (org.). As cidades na História: sociedade. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2019, p. 79-108.
- MILLIS, B. W. The Social and Ethnic Origins of the Colonists in Early Roman Corinth. In: FRIESEN, S. J.; SCHOWALTER D. N.; WALTERS, J. C. (ed.). Corinth in Context: comparative studies on religion and society. Boston: Brill, 2010, p. 13-36.
- NAVARRO, A. G. Sobre el concepto de espacio. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, n. 17, p. 3-21, 2007.
- POLIGNAC, F. de.; SCHEID, J. Qu'est-ce qu'un "paysage religieux"? Représentations culturelles de l'espace dans les sociétés an-

ciennes. *Revue de l'histoire des religions*, n. 227, p. 427-434, 2010.

PRETZLER, M. Comparing Strabo with Pausanias: Greece in context vs. Greece in depth. In: DUECK, D.; LINDSAY, H.; POTHECARY, S. (ed.). *Strabo's cultural geography: the making of a kolossourgia*. New York: Cambridge University Press, 2005, p. 144-160.

ROSSI, A. *The architecture of the city*. New York: MIT Press, 1982.

ROTHAUS, R. M. *Corinth the first city of Greece: an urban history of late antique cult & religion*. Boston: Brill, v. 139, 2000.

SALMON, J. B. (ed.). *Wealthy Corinth: a history of the city to 338 BC*. New York: Oxford University Press, 1984.

THOMAS, C. M. Greek heritage in roman corinth and ephesos: hybrid identities and strategies of display in the material record of traditional mediterranean religions. In: FRIESEN, S. J.; SCHOWALTER D. N.; WALTERS, J. C. (ed.). *Corinth in Context: comparative studies on religion and society*. Boston: Brill, 2010, p. 37-66.

TRIGGER, B. Monumental architecture: A thermodynamic explanation of symbolic behaviour. *Word of Archeology*, 22, v. 2, p. 119-132, 1990.

WICKKISER, B. L. Asklepios in greek and roman Corinth. In: FRIESEN, S. J.; SCHOWALTER D. N.; WALTERS, J. C. (ed.). *Corinth in Context: comparative studies on religion and society*. Boston: Brill, 2010, p. 37-66.

Entre o medievo e a modernidade: as tavernas e as casas de café como espaços de sociabilidade e consumo

Hícaro Rassele Rodrigues¹

Ricardo Gonçalves Rodrigues Filho²

O presente trabalho busca expor, de maneira breve, inferências sobre os espaços de sociabilidade e consumo, por meio de uma análise das tabernas e casas de café em diferentes arcos cronológicos, dentro de uma perspectiva a evidenciar os aspectos culturais em torno dos espaços de sociabilidade e consumo presentes em contextos distintos. Para tanto, iniciamos com a contextualização histórica da taverna e discorremos sobre suas representações socioculturais, a fim de explicar sua relevância no contexto medieval. Ao lado disso, buscamos apresentar as casas de café dentro da mesma proposta e intencionalidade, porém, na modernidade.

Acerca dos aspectos socioculturais de influência dos espaços de sociabilidade e consumo como as tavernas, são apresentadas possibilidades de ação, partindo da perspectiva de Montanari (1998). O autor aponta para a forte correspondência estabelecida

1 Graduando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo/UFES, associado ao Repertorium: Laboratório de Estudos Medievais.

2 Mestrando em História pelo PPGHis/UFES, associado ao laboratório Saberes e Sabores: História da Alimentação e das Práticas de Cura.

na mentalidade medieval entre a alimentação e o estilo de vida, tido como expressão material de uma determinada condição social que todo indivíduo deve manifestar de forma bem definida. Nessa abordagem, o comportamento alimentar se apresenta, então, enquanto primeiro modo de comunicação e de diferenciação social (Montanari, 1998, p. 292). Torna-se possível observar, a partir disso, os espaços de sociabilidade também como sítios de interesses sociopolíticos e de representação e construção cultural, uma vez que neles são exercidos modos de comunicação e diferenciação social.

Um importante espaço para o consumo e circulação de ideias, mercadorias e hábitos na Europa Ocidental foi a taverna, sobretudo a partir do século XI, mas que já se fazia presente no cotidiano dos indivíduos desde a Antiguidade, com algumas alterações em sua configuração espacial até o medievo. O espaço da taverna, ou taberna, como pode ser grafado, remonta da antiguidade mesopotâmica, mais especificamente suméria. Tendo sua presença registrada na vida urbana já na cidade de Uruque, conhecida também como “mãe das cidades”, a taverna foi descrita como um lugar onde os homens poderiam reunir-se para encontrar mulheres solteiras e noites regadas a cerveja (Leick, 2003, p. 82).

Desde a Grécia e Roma antigas, as noções pejorativas acerca do espaço da taverna se fazem presentes no imaginário social e foram reforçadas inclusive pela jurisdição romana, decantando assim, para o cotidiano dos mais diversos setores das sociedades antigas. Na Antiguidade Clássica, as tavernas eram importantes

locais de consumo de bebidas e alimentos, mas também eram um importante local para obtenção de impostos e para o comércio em geral; contudo, tornaram-se cada vez mais raras até o fim das migrações bárbaras³ (Peyer, 1991, p. 441).

Foi após o fim desse momento de instáveis fronteiras e fortes conflitos culturais, sobretudo a partir do século XI até o fim da Idade Média, que surgiram nos agrupamentos populacionais ao longo das grandes vias de comunicação um número cada vez maior de tavernas; que não se limitavam ao fornecimento de víveres, mas ofereciam, também, a pousada.⁴ Foram as associações pejorativas, supõe-se, uma das razões para a criação das hospedarias eclesásticas. Uma vez que as tavernas também funcionavam como um local de hospedagem, as ditas estalagens, os membros do clero ou viajantes cristãos peregrinos não eram bem-vistos frequentando os mesmos ambientes que eram frequentados, segundo o imaginário social, por bandidos e prostitutas. Então, com o apogeu da vida urbana no Ocidente e, sobretudo a partir do fim do século XII, foi possível encontrar informações sobre a inserção das tavernas

³ O termo “bárbaro” surgiu na Grécia por volta do século IV AEC para caracterizar o contrário do ideal de “civilização” construído pelos gregos. O termo foi tomado pelos romanos, a partir dos séculos II e III AEC, para se referir aos indivíduos não pertencentes à “civilização” greco-romana. Apesar da noção pejorativa que o acompanha, o termo foi ressignificado pelos romanos, que diferente dos antecessores gregos, cultivavam a ideia de que os bárbaros poderiam ser integrados à civilização. (Silva, 2023, p. 15-16).

⁴ Fez-se obrigatório, desde a Antiguidade romana e grega até o fim da Idade Média, a hospedagem do soberano quando este saía em viagem, bem como a hospedagem de sua comitiva. Tal hábito perdurou até o século XVIII em alguns lugares e adquiriu um papel importante na Europa, no qual os súditos forneciam alimentação, hospedagem e forragem para os animais a cada etapa da viagem.

nesse efervescente cenário de sociabilidade em transição. Ao redor delas constituíram-se áreas de povoamento, aldeias, inteiras e até cidades (Peyer, 1998, p. 439-42).

Nos poemas de celebração do lombardo Bonvesin de la Riva à famosa Milão encontra-se a enumeração das categorias profissionais que existiam na cidade. O poeta cita mais de 150 taverneiros, em meio aos 330 padeiros e 440 açougueiros (Desportes, 1998, p. 442). Pode-se inferir, então, a partir da representação desses espaços nas artes, que o destaque das tavernas era grande no contexto urbano e que as profissões, assim como os espaços, já se mostravam constituídas por estereótipos e enquadramentos sociais. A configuração sociopolítica da cidade havia mudado: da cidade antiga, ao campesinato feudal e, finalmente, aos burgos e cidades medievais. O taverneiro foi uma das poucas profissões que conseguiu manter-se de maneira constante por esse processo (Desportes, 1998, p. 443).

As tavernas, o vinho e o lazer

Mais especificamente no caso inglês, como elucida Compton (1998), as tavernas eram bares que tinham como proposta servir aos setores mais prósperos do extrato social. Os indivíduos à frente das tavernas nas grandes cidades eram os *vinters* – mercadores de vinho, geralmente organizados em guildas – ou atuavam em nome de um *vinter*. O monopólio do comércio de vinhos era detido pela *The Vinter's Company of London*, presente na cidade de Londres desde 1364. Uma taverna da Baixa Idade Média pode ser

imaginada como uma edificação robusta, com muitos quartos, um estábulo de medidas generosas e possuíam símbolos para sinalizar aos clientes em potenciais a função do estabelecimento: eram pendurados folhas e arbustos sobre as portas, indicando que ali realizava-se a compra e a venda do vinho.

No interior das tavernas, eram servidos o pão e o vinho e, de maneira mais tímida, pequenas refeições, mas não há dúvidas que o hábito da bebida era o mais presente no cotidiano medieval. A principal bebida consumida era o vinho e uma das explicações, segundo Franco Junior (2006), pode ser a mudança climática de 750 e 1215 EC, provocando um aumento, que provocou um aumento médio de dois graus na temperatura do continente europeu e propiciando condições o suficiente para que a viticultura se beneficiasse (Franco Júnior, 2006, p. 130).

Muito valorizada desde a antiguidade romana, o vinho era a bebida que acompanhava as refeições no medievo, sobretudo entre os nobres. Era consumido, usualmente, no mesmo ano de sua produção devido às técnicas rudimentares de estocagem. Para o consumo da nobreza local, todo senhorio costumava ter sua própria produção de qualidade, porém os vinhos exportados para as cortes monárquicas e papal eram os grandes vinhos produzidos na Bolonha e, a partir das primeiras décadas do século XII, no Bordelais. A preferência da aristocracia era por vinhos brancos suaves, mas a partir de meados do século XIII, passaram a optar mais pelo vinho tinto (Pastoureau, 1989, p. 80-81).

Sobre o consumo da bebida, Fossier (2019) nos informa que

a consumação individual do vinho durante a Idade Média Carolín-gia e Renascentista foi de aproximadamente um litro e meio por dia.⁵ Tal realidade aplicar-se-ia para regiões citadinas e rurais, lai-cas ou religiosas, incluindo os dois sexos e até mesmo homens da Igreja. Recomendava-se às damas que tomassem pela manhã, em jejum, um copo de vinho, acreditando que o hábito poderia curar doenças (Fossier, 2019, p. 162). Dado o contingente de ingestão da bebida, acredita-se que o teor alcoólico não era elevado, ainda que os casos de embriaguez não fossem incomuns nesse período.

Tomemos como exemplo o consumo do vinho na Baixa Idade Média, quando o vinho não era encarado como uma bebida supér-flua, mas enquanto um “alimento para a vida do homem”. Em-bora fizesse parte da alimentação de todos os setores sociais, a qualidade e a quantidade referentes ao seu consumo divergem em razão do setor social consumidor; enquanto os boieiros do asilo de Arles têm direito a 230 litros, em 1338, os confrades do mes-mo asilo recebem o dobro. Em 1442, os familiares dos arcebispos, numa mesma cidade, dispõem de 800 litros de vinho, enquanto os guardiões das terras de René recebiam 420 litros, em 1457, em Gardanne (Cortonesi, 1998, p. 418).

As tavernas também eram um espaço de lazer nas socieda-des medievais, uma espécie de refúgio para se livrar da penitência oriunda do Pecado Original. Dentre seus frequentadores, estavam os goliardos: jovens estudantes-poetas, clérigos de comporta-mento menos rigoroso, que se reuniam nos núcleos urbanos em

⁵ Podendo ainda elevar-se o consumo até 2 litros ao dia, nas camadas dirigentes. Ler em Hilário Franco Júnior, 2006, p. 131.

torno das universidades pungentes na Paris dos séculos XII e XIII para recitarem versos crítico, satíricos ou delicados, exaltando a natureza e o amor humano (Loyn, 1990, p. 169). Os goliardos compunham canções e poesias em latim, com o objetivo de celebrar, acima de tudo, o prazer, seja ele sexual, literário, gastronômico e, sobretudo, o prazer proporcionado pelo vinho (Campos, 2013, p. 3).

As tavernas tinham seu espaço mais procurado para entretenimento, como a prostituição, a aposta, o canto e a poesia. Os cidadãos costumavam praticar bastante os jogos de azar, sobretudo jogos de dados, que comumente eram geradores de desordens; levando Luís IX da França (1226-1270) a proibir tais práticas (Franco Júnior, 2006, p. 135).

A modernidade e os novos gostos

O recorte que corresponde a Era Moderna da história europeia é marcado por uma série de mudanças de perspectiva e noções, que fazem com que esse mundo ganhe nuances que permanecem até os dias atuais.

Invenções como a prensa, a pólvora e os avanços da navegação permitiram a Europa alcançar novos lugares e repensar sua dinâmica social, religiosa, identitária e, conseqüentemente, alimentar. É pela bússola e pela pólvora, por exemplo, que os europeus levam para o seu continente alimentos de outros locais (Freedman, 2008, p. 197) e que, hoje, são parte da identidade nacional de

muitos países.

Nessa seara, estão as chamadas bebidas coloniais. O chocolate, o café e o chá essas bebidas que chegaram a Europa, durante a modernidade, e que se amalgamaram a cultura, transformando-se e se readaptando ao longo do tempo (Carneiro, 2003, p. 69)

Todas essas bebidas se juntaram a um outro produto, também de fora do território europeu, o açúcar. Os produtos, inicialmente, eram vendidos em boticários e recomendados para curar problemas específicos.

As origens do café

A narrativa mítica disseminada no século XV, nos países de influência árabe, era a de que um pastor de cabras, da Abissínia, atual Etiópia, chamado Kaldi, havia conduzido seu rebanho a uma região montanhosa, na qual a criação acabou se alimentando de um fruto vermelho, que teria as enchido de vigor para continuar o caminho. O próprio pastor, espantado, teria resolvido experimentar as cerejas e, assim, sentido o efeito vivificante também em si. Esse mesmo pastor é que seria o responsável por levar o café a um mosteiro local, onde as primeiras infusões teriam sido feitas. Verdade ou não, a bebida, de fato, encontrou espaço fértil entre os povos do Oriente próximo, que foram os primeiros a incorporar o café no cotidiano (Standage, 2011, p. 110).

E é nesse contexto que surgem as primeiras casas de café, espaços destinados ao consumo da bebida, que reunia os homens

da cidade para conversar os assuntos do cotidiano. Os primeiros cafés no Oriente surgem em Constantinopla e em Meca, no século XV. De lá, ele chega no Cairo, e até os fins do século XV, as grandes cidades islâmicas já terão suas casas de café (Monteleone, 2005, p. 91). No entanto, essa difusão enfrentou resistências. Em 1511, na cidade religiosa de Meca, o governante Khair Beg proibiu o consumo do café e ordenou que os estoques fossem queimados publicamente. Sua decisão se fundamentava na ideia de que a bebida era intoxicante e contrária aos princípios religiosos dos muçulmanos. Mas, sem força política suficiente para ir contra o café, principalmente por não gozar do apoio do Cairo, a proibição não surtiu grandes efeitos (Hattox, 1985, p. 29-34).

Desde o começo, nesse contexto árabe, as casas de café possuíam um significado que extrapola a lógica do mero consumo. Há relatos, por exemplo, de sultões que frequentavam os cafés disfarçados, em Constantinopla, para saber sobre o que se estava comentando sobre eles (Camargo-Moro, 2005, p. 300), o que denota um fator que estará presente, também, nos cafés europeus: a sociabilidade urbana.

O café e os cafés na Europa

É provável que os venezianos já conhecessem o café antes de sua introdução no continente, pelo comércio estabelecido no Mediterrâneo. Assim, o que mais se sabe com precisão é que os primeiros grãos tenham entrado na Europa pelo porto de Veneza, no fim do século XVI (Camargo-Moro, 2005, p. 297). A data mais

precisa que se tem, vem do registro de um inventário de 1575, realizado em decorrência da morte de um comerciante árabe residente da cidade, que traziam entre seus pertences, utensílios de preparo e serviço da bebida (Ellis, 2005, p. 94)

De lá, embora inicialmente tenha encontrado problemas em se disseminar por oposição religiosa, uma vez que as autoridades eclesiásticas entendiam a bebida como impura por causa de sua origem árabe, o café, pouco a pouco, foi vencendo seus opositores. É creditado ao papa Clemente VIII o aval para que os cristãos pudessem tomar da bebida (Standage, 2011, p. 112 e 113). No entanto, como muitas das narrativas “fundadoras” do café, essa também parece se ancorar mais no caráter anedótico e mítico do que na realidade, uma vez que não há evidências claras de que o papa teria provado a bebida e dado liberação formal.

A partir de então, a expansão de sua ingestão ocorreu sem grandes dificuldades. E tamanha foi a sua popularização que tomar café ao fim das refeições passou a ser um hábito comum aos mais e ao menos abastados, aos religiosos e aos homens do século. O café assim compunha, nesse momento, uma nova percepção que estava transformando também os hábitos alimentares. No século das luzes ela chega ao seu apogeu, buscando um abandono da modéstia cristã em troca da suntuosidade e do refinamento do gosto (Camporesi, 1996, p. 35). Com efeito, as casas de café rapidamente se espalharam por toda a Europa já durante o século XVII, e na entrada do XVIII elas já eram encontradas em quase todas as principais cidades (Standage, 2011, p. 109).

De fato, o período foi marcado pela construção social das casas de café como espaços de sociabilidade. Como demonstra Richard Sennett, em *O declínio do homem público* (1998), o século XVIII vivenciou uma emergência dos espaços públicos, onde os olhos régios tinham dificuldades de enxergar, o que dava margem à discussão e difusão de ideias. Sennett (1998) chega a dizer que o aparecimento desses espaços de sociabilidade tem estreita ligação com a ascensão de uma burguesia que gestou os novos modos de fazer política, ligados à visão liberal também em emergência. Nessa seara, é fundamental compreender que esse aspecto também possui uma estreita relação com o pensamento ilustrado, construído durante os mesmos séculos em que os cafés vão se espalhando pelo continente europeu. Um dos primeiros estabelecimentos deste gênero na capital francesa, por exemplo, se tornou um espaço de encontro de filósofos e pensadores que, segundo os registros, era frequentado por Diderot, Condorcet, Rousseau e Voltaire (Monteleone, 2005, p. 90). O estímulo causado pelo Café chegou a ser associado, durante o período, com o próprio surgimento do pensamento ilustrado (Standage, 2011, p. 127).

Percebe-se, portanto, que as casas de cafés passaram a ser frequentadas não apenas para o consumo, mas para muitas finalidades, relacionadas à sociabilidade e a busca de informações. Homens de negócios buscavam notícias sobre o mercado e as negociações; cientistas podiam dialogar e debater ideias; periódicos e panfletos eram frequentemente lidos e discutidos; grupos especializados iam ali para dialogar sobre seus temas – artistas, políticos, clérigos, literatos-; em outras palavras, variados tipos

de convívio tinha um lugar público para florescer (Standage, 2011, p. 129).

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, L. *In taverna quando summus: a taberna medieval como espaço de prazer e poder. História, imagem e narrativas*. v. 16, n. 1, 2013, p. 01-20. Disponível em: <https://www.academia.edu/41750313>. Acesso em: 03 jan. 2024.
- CAMARGO-MORO, Fernanda. *A ponte das turquesas: Bizâncio, Constantinopla, Istambul*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- CAMPORESI, P. *Hedonismo e Exotismo: a arte de viver na época das luzes*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- CARNEIRO, Henrique. *Comida e sociedade: Uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- CORTONESI, A. *Cultura de subsistência e mercado: alimentação rural e urbana na baixa Idade Média*. In: FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- COMPTON, A. R. *Pleasures and pastimes in Medieval England*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- DESSPORTES, F. *Os ofícios da alimentação*. In: FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- ELLIS, M. *The coffee-house: a cultural history*. London: Weiden-

- feld & Nicolson, 2004.
- FOSSIER, R. *O trabalho na Idade Média*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- FRANCO JÚNIOR, H. *A Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- FREEDMAN, P. (Org.). *A História do Sabor*. São Paulo: Senac, 2009.
- HATTOX, R. S. *Coffee and coffeehouses: the origins of a social beverage in the medieval Near East*. University of Washington Press ed. Seattle: University of Washington Press, 1988.
- LEICK, G. *Mesopotâmia: A invenção da cidade*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2003.
- LOYN, H. R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- MONTANARI, M. Os camponeses e os guerreiros sacerdotes: imagem da sociedade e estilos de alimentação. In: FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- MONTELEONE, Joana. *Sabores urbanos: Alimentação, sociabilidade e consumo, São Paulo, 1828-1910*. São Paulo: editora Alameda, 2015.
- PASTOUREAU, M. *A vida cotidiana no tempo dos cavaleiros da Távola redonda*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- PEYER, H. C. Os primórdios da hotelaria na Europa. In: FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- SENETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Cia da letras: São Paulo, 1998.
- STANDAGE, T. *História do mundo em 6 copos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

Os retratos funerários do Egito romano: a contribuição da cultura material para o estudo da História Antiga

Jéssica Ladeira Santana¹

Palavras iniciais

Este capítulo é fruto da comunicação, de mesmo nome, apresentada na XV Semana de História da Universidade Federal do Espírito Santo. Com o intuito de abordar como analisamos a cultura material em nossa dissertação, buscamos compreender a sociedade egípcia no início da dominação romana. Para tanto, discorremos sobre o significado do que é a cultura material, as mudanças na arqueologia no século XX e período que também iniciou a interdisciplinarização entre a História e a Arqueologia. Após isso, discutiremos o contexto em que a fonte investigada pertence. E por fim, analisamos um retrato do Faium, e discutiremos como ele e os demais demonstram a identidade da sociedade na qual estavam inseridos.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, bolsista FAPES, membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano – seção Espírito Santo (Leir-ES). E-mail: j.ladeira.santana@gmail.com.

Cultura material

Percebendo a relevância do trabalho com a cultura material busco neste tópico abordar brevemente o significado, quais fontes se enquadram no tocante a História Antiga, os processos históricos da documentação arqueológica e o dialogo com a História. Gostaríamos de deixar evidente que nosso interesse na produção da comunicação e deste capítulo é de iniciar esta discussão, que abordaremos com fôlego no futuro.

Ao longo do curso de História, muitas vezes escutamos ou lemos o termo “cultura material”. Mas qual é o seu significado? Segundo Norberto Guarinello (2011, p. 162), é a parte da cultura conectada às práticas, em que o homem transforma a natureza e transforma em objetos, construindo símbolos, dotando-os de uma linguagem. Deste modo, objetos do dia a dia, como computadores, celulares e televisões fazem parte da cultura material contemporânea, que podem ser estudadas pelo historiador e outros cientistas sociais do século XXI.

No caso dos pesquisadores da História Antiga, as fontes de cultura material são por excelência fontes arqueológicas e têm um valor informativo em sua materialidade. Além disso, os objetos são estabelecidos mediante relações de poder, assim, investigar suas práticas contribui para compreendê-lo em uma sociedade (GUARINELLO, 2005, p. 24). Portanto, a cultura material é qualquer produto feito pelo homem, que os dotam de significado e expressa a cultura de sua época. Como os retratos funerários do Faium, que foram solicitados por membros da elite egípcia para

despedir de um familiar e também demonstrar para a sociedade o *status* de sua família.

Os retratos funerários que estudamos, foram, em sua grande maioria, escavados entre o final do século XIX e início do XX. Encontrados por William Matthew Flinders Petrie,² considerado por Pedro Funari (2003, p. 19), “[...] um dos grandes pioneiros da moderna arqueologia”, pela preocupação em classificar artefatos domésticos, mesmo que não esteja inteiros. Apesar disso, após as escavações, os objetos eram marginalizados e circunscritos a esfera dos museus, com a seguinte lógica: coletar, classificar e analisar os artefatos fora do seu contexto de descoberta, para servir como um espetáculo em exposições na Europa e Estados Unidos, corroborando com a ideia de superioridade de identidade civilizada (REDE, 2012, p. 135-136). Mediante a recepção desse período, alguns retratos funerários foram desprendidos dos sarcófagos e das múmias, chegando na atualidade apenas a pintura dos bustos dos egípcios.

Na segunda metade do século XX, a História e a Arqueologia sofreram mudanças, as quais foram basilares para hoje em dia os historiadores que estudam a Antiguidade trabalharem com a cultura material. A partir da década de 1960, aconteceu uma mudança de paradigma mediante a Arqueologia Processual. Iniciou uma preocupação em pensar na trajetória que os objetos e as estruturas para a produção deles até estarem depositados nos sítios arqueológicos (REDE, 2012, p. 137). Já na História, a partir

2 O retrato que iremos analisar neste artigo foi escavado por Petrie em 1888, em Hawara (WALKER; BIERBRIER, 1997, p. 39).

dos anos 1960 e 1970, a Nova História Cultura (NHC), surge dando novo rumo aos estudos. A cultura ganha espaço e relevância no cenário acadêmico e percebe-se a importância de trabalhar com conceitos como o de práticas e representações, além de ampliar a documentação, trabalhando com a arqueologia (BURKE, 2005, p. 90). Ambas as disciplinas sofreram transformações que possibilitaram o diálogo e o trabalho em conjunto, necessitando de um mútuo auxílio (LIMA NETO, 2022, p. 7).

Em suma, a cultura material é formada dos objetos construídos pelo homem, que dotam de simbolismo. Como trabalhamos com a História Antiga, nossa fonte de cultura material é arqueológica, assim, precisamos do diálogo com arqueólogos e do trabalho feito previamente por eles (como catálogos, por exemplo). Os estudos interdisciplinares não estavam sempre em voga, porém, a partir da NHC os historiadores ampliaram a interação com outras disciplinas, como a antropologia e a arqueologia.

O Egito romano no século I

Para compreender a cultura material investigada precisamos entender o contexto em que ela foi produzida. O caso analisado é do século I, momento no qual o Egito está inserido em um contexto de recente dominação romana, e mediante a isto, passando por mudanças sociais e políticas. Com a anexação do Egito ao Império Romano, ser culturalmente “heleno” garantiria *status* aos indivíduos. Apesar disso, a sociedade egípcia, em grande medida,

as elites da *chora*,³ precisaram negociar com os governantes para manterem seu lugar de prestígio e alçar benefícios e cargos públicos. Assim buscaram estratégias, sendo uma delas se portarem com elementos semelhantes as outras aristocracias do Império Romano.

A nova administração buscou diferenciar a sociedade por meio de instrumentos fiscais e legais. Logo instauraram o censo com o intuito de ter o conhecimento dos homens e mulheres taxados nos impostos, prestadores de serviços obrigatórios (trabalho nos canais, por exemplo) (CAPPONI, 2016, p. 84). A medida censitária era ligada aos impostos, sendo um dos principais a *laographia*, que se refere ao registro no *laos* (pagantes do imposto), entre os homens de 14 e 62 anos (VASQUES, 2007, p. 3). Este tributo sofria alteração,⁴ de acordo com o grupo social: os cidadãos romanos e alexandrinos eram isentos do imposto; os indivíduos considerados culturalmente “helenos”, que possuísse habitação em uma capital de nomo (distrito administrativo) ou *pólis* teria o imposto reduzido; já os egípcios da *chora*, judeus,⁵ os quais viviam em grande maioria em Alexandria, e demais habitantes do Egito, não usufruíam de benefícios similares (CAPPONI, 2016, p. 92).

3 O termo *chora* é oriundo dos ptolomeus, os quais consideravam o espaço do Egito um prolongamento de Alexandria (VASQUES, 2014, p. 49).

4 De acordo com o nomo o valor da *laographia* variava. Em Hermopolita era de 8 dracmas, em Oxirrinnco, 12 dracmas, e no Arsinoíta 40 dracmas (JÖRDENS, 2012, p. 357-358).

5 A maioria dos judeus que habitavam o Egito moravam em Alexandria. Desde o século III a.C. havia uma literatura antijudaica na capital egípcia. Mas, a partir da dominação do Império romano, o conflito entre judeus com egípcios e gregos se intensificou (SENA, 2019, p. 129).

Além disso, o governo romano construiu alianças com a elite da *chora*, pois almejava construir novos espaços urbanos, para disseminar os valores cívicos em áreas distantes de Alexandria. A cooptação com as aristocracias locais contribuía para a administração romana longe da capital, e era uma forma de preservar *status* e ascender socialmente, por meio da cidadania romana (VASQUES, 2014, p. 53). Deste modo, as elites comprovaram o *status* e a cultura helena por meio dos símbolos que as ligavam ao Império Romano, como os cabelos, roupas e joias (BAGNALL, 1997, p. 20), que averiguamos nos retratos funerários.

O governo romano beneficiou os indivíduos culturalmente “helenos”, mas isso não significa que estes sujeitos fossem por filiação. E sim o oposto, grande parte deles abrangeu na tradição egípcia traços helênicos mediante o contato com veteranos que migraram durante o período ptolomaico. Ademais, o governo anterior já privilegiava quem falasse o grego e tivessem os conhecimentos da *paideia*.⁶ Destarte, no momento que os romanos definiram o elemento “heleno” ser fator de prestígio na sociedade egípcia, não foi tarefa árdua para as elites da *chora* se comportassem como tal.

A conduta de agir deste modo pela aristocracia da *chora* ocorreu em razão das identidades não serem fixas e poderem se transformar conforme o lugar e a época. Segundo Kathryn Woodward (2021, p. 22), a imigração impacta o local de destino e fá-

⁶ Conforme Margarida Maria de Carvalho (2010, p. 153), “[...] quando nos remetemos à Paideia estamos, necessariamente, nos referindo, à questão da educação ou formação dos homens [...]”.

brica identidades plurais. A sociedade egípcia já estava habituada ao fluxo constante de sujeitos provenientes de outros territórios e prontamente aceitaram os helenos. Assim, em maior ou menor grau, os indivíduos usavam as distintas identidades em concórdância com a ocasião: a pessoa não mudava radicalmente, porém mostrava seu posicionamento motivado pelas diferentes limitações e expectativas sociais em determinados ambientes (WOODWARD, 2021, p. 31). Deste modo, compreendemos diferentes identidades compondo as elites da *chora*, em certos contextos demonstraram a helena de forma latente, com a finalidade de conseguir benefícios e prestígio.

Embora as aristocracias tivessem a identidade requisitada, o governo romano construiu novas regras para delimitar este grupo. Primeiramente, determinaram a comprovação que a mãe nascida livre de uma capital de nomo e o pai fosse membro do ginásio (VAN MINNEN, 2002, p. 340-341).⁷ Em segundo, em aproximadamente 72 e 73, ajustaram as regras para ser considerado elite, exigindo que os avôs (tanto paternos quanto maternos) fossem nascidos nas capitais dos distritos administrativos (VANDORPE, 2012, p. 371). Além de proibirem a entrada de novos membros para o ginásio que não fossem filhos de pais do mesmo *status* (VAN MINNEN, 2002, p. 341-342). Forçando assim, as elites da *chora* a possuírem residência nas capitais.

Para adaptar as novas imposições e negociar com o governo, as elites alçaram estratégias para reiterar a identidade helena.

⁷ O ginásio era um local destinado à educação, práticas de atividades físicas e socializar entre os pares (CRIBIORE, 2005, p. 35).

Como o nome grego ou nome duplo (egípcio e grego) para os filhos de casamentos mistos (VASQUES, 2013, p. 4). O casamento entre irmãos pode ser observado nos levantamentos demográficos no Egito romano, sendo essa prática relacionada ao dote, à descendência e à posse familiar (MALOUTA, 2012, p. 410). E no âmbito da morte, os egípcios confeccionavam retratos com técnica grega para representar o morto com roupas, acessórios e outros elementos análogos aos romanos depositados em cima de uma múmia, que poderia ter ou não, pinturas de divindades egípcias ao longo do corpo.

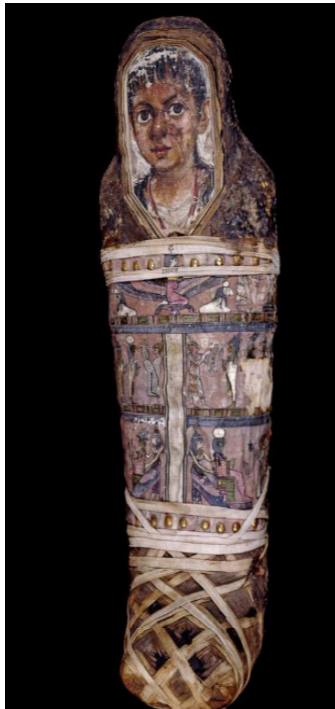
O século I o Egito estava presenciando a recente dominação romana e a construção de reformas políticas e sociais. A nova administração reordenou a sociedade egípcia, visando o conhecimento dos civis e captação de impostos. Formaram também alianças com as elites da *chora* com o intuito de conseguirem apoio durante o processo de edificação de espaços urbanos em áreas distantes de Alexandria. Além disso, criaram novas regras para definir quais sujeitos possuíam prestígio, *status* e imposto reduzido. Contudo, as aristocracias buscaram estratégias para manter sua posição, sendo uma delas os retratos funerários.

A identidade social na despedida do morto

O enterro egípcio provém de uma tradição milenar, porém houve mudanças ao longo dos períodos. No Egito romano, a sociedade já tinha absorvido, organicamente ou não, elementos da cultura grega e incluído na autóctone, pois tinha significado na-

quele momento. Com a nova política e a intenção de fazer parte da elite imperial ao nível local, houve a necessidade de atributos romanos serem adicionados, como as vestimentas romanas e cabelos semelhantes ao do imperador. Essa conjuntura existente na vida foi registrada em retratos para serem adicionados ao corpo mumificado. Uma delas é a *múmia de uma criança* (Figura I), datada de 40-55 d.C., durante a dinastia Júlio-Cláudia. Ela foi escavada em Hawara, necrópole próxima à metrópole de Arsínoe, no Faium (Médio Egito).

Figura I - Múmia de uma criança



Fonte: The Trustees of the British Museum (2022).

A técnica de pintura utilizada neste retrato é a *têmpera*, que consiste em sobrepor os tons e cores distintas, conforme as aquarelas que temos atualmente (BORG, 2012, p. 840). Neste retrato podemos ver uma referência ao imperador de sua época, com o estilo do cabelo semelhante aos de Cláudio, da dinastia Julio-Cláudia. A vestimenta é típica romana, com uma túnica branca. Desde Augusto, a predominância da cor clara nas roupas era recomendada para os membros da elite romana, que continuaram a adotar essa prática após a morte do *princeps*.

Abaixo do busto da múmia de uma criança existem cenas com divindades do panteão egípcio. A primeira imagem é da deusa Nut,⁸ que está com as asas abertas em cima de esfinges, a esquerda com a cabeça de carneiro e a direita com a cabeça de falcão. Também existe outro elemento do lado do carneiro, mas não conseguimos identificar em virtude de faixas que colocaram sobre a múmia.

Em seguida temos quatro cenas. A primeira (em cima e no lado direito da múmia) um sacerdote levanta uma jarra de libação em frente ao deus sol com cabeça de falcão, e atrás deste há o faraó portando a coroa dupla. A segunda cena, (em cima e no lado esquerdo da múmia) um sacerdote faz a leitura de um papiro diante à Osíris e demais deuses.⁹ Na primeira cena inferior à direita, a

8 Nut é a deusa do céu, sua personificação foi desenvolvida com o intuito de elucidar o universo pelos sacerdotes de Heliópolis (HART, 2005, p. 110)

9 Osíris é a divindade central no submundo e no julgamento do morto. Sua figura é associada também com a ressurreição, renovação, e por causa disso, com a fertilidade. É retratado como uma múmia, segurando um cajado e um mangual, com uma coroa branca (atef), seu corpo poderia ser na cor branca, associada às

deusa Ísis,¹⁰ com suas asas, zela por Osíris, que está sentado em um trono. Na esquerda, está Néftis,¹¹ a qual protege com suas asas Ra-Horakhty.¹² Nas duas cenas, há sacerdotes queimando incenso e oferecendo libações. Todas as divindades que estão neste retrato eram extremamente relevantes para a passagem do morto deste mundo para o além.

As primeiras exposições de cultura desenvolvidas pelo ser humano foram os rituais funerários (ALLAN; ANDRADE; RANGEL JUNIOR, 2015, p. 271), prática feita mais para os vivos do que aos mortos. No Egito romano, eles eram produzidos no sentido de despedida como também para afirmar a posição social da família (MONTSERRAT, 1993, p. 218). Apesar do retrato da *múmia de uma criança* demonstrar particularidade do morto, como a tenra idade, ele exibe mais sobre a comunidade do que ao único indivíduo, porque apresenta o cenário cultural cunhada pela elite egípcia no período romano (RIGGS, 2005, p. 15-6). Assim, os retratos eram feitos para exibir a sociedade que a família do morto era membro, com conexões com a cultura e política imperial, mas sem deixar de perpetuar a memória coletiva, com iconografias dos deuses da religião egípcia, os quais garantiriam um além-vida conforme seus ancestrais.

múmias e a morte, verde, simbolizando a ressurreição, ou preta, representando a fertilidade da terra (BOMMAS, 2012, p. 637).

10 Ísis é uma divindade de poder mágico extraordinário, figura simbólica materna do rei (HART, 2005, p. 79).

11 Néftis é “a deusa funerária com um papel subordinado no mito Osíris” (HART, 2005, p. 102).

12 Após o pôr do sol Ra entrou no submundo, foi regenerado e na manhã seguinte renasceu como Ra-Horakhty (VAN DIJK, 2003, p. 266).

Os retratos funerários não se limitam ao seu significado em relação à morte, uma vez que são frutos das interações culturais que ocorrem em vida, nas quais as pessoas assumem identidades distintas de acordo com a ocasião. Deste modo, podemos compreender as questões sociais e políticas envolvidas (LIMA NETO; SILVA, 2020, p. 205). Em uma conjuntura que era necessário afirmar ter a identidade helena e ter conexões com os romanos era crucial para manter o *status quo*, as elites utilizaram dos enterros como demonstração de pertencimento a cultura greco-romana, a qual fazia parte de seu dia a dia. Como também as divindades do panteão egípcio, que eram louvadas em vida, e agraciaria o morto com uma passagem para o além-adequada. Assim, os egípcios do período romano cunharam uma identidade própria, por meio de trocas culturais, de forma consciente ou orgânica, mas que dava sentido ao mundo vivido por eles.

Portanto, observamos nos retratos funerários uma intenção de representar o morto em um enterro com símbolos da cultura greco-romana e egípcia em conjunto. Como vimos no tópico sobre o contexto histórico, as elites da *chora* buscaram estratégias para se vincular ao poder imperial, adotando nomes, línguas, vestimentas e práticas romanas em vida. Logo, no ritual funerário fazia sentido incluir elementos já embutidos na cultura, isso, em conjunto com atributos da religião egípcia que também pertencia à identidade dos egípcios da *chora*.

Considerações finais

Em suma, por meio da aproximação entre a História e a Arqueologia nas últimas décadas, podemos compreender representações e práticas de determinados grupos da sociedade e períodos históricos. Como as elites da *chora* no Egito romano, que escreviam textos em gregos e eram colocados por estrangeiros como sujeitos “bárbaros”.¹³ De fato, não eram gregos, mas sim versados na *paideia*, como na cultura romana, isso em conjunto com a tradição egípcia, produzindo assim uma cultura própria daquele momento, ou seja um hibridismo cultural.

Esta compreensão só é possível mediante a análise da cultura material. Como os retratos funerários, os quais demonstram os egípcios da *chora* — mais precisamente no Faium — desejavam ser eternizados e vistos pela sociedade no momento de despedida. As famílias buscaram uma técnica grega de pintura para representar seu ente querido, este que seria trajado conforme os romanos, e junto a isso, elementos da religião egípcia, para proteger o morto no além-vida.

REFERÊNCIAS

Documentação primária impressa

STRABO. *The Geography of Strabo: Book XVII*. Translation by H. Leonard Jones. London: Loeb Classical Library, 1967.

13 Estrabão, autor da *Geografia*, Livro XVII, descreveu o Egito por meio de uma dicotomia entre os espaços, em que o Delta era civilizado e a *chora* como incivilizada, exótica e “bárbara”.

Documentação primária da cultura material

WALKER, S.; BIERBRIER, M. *Ancient Faces Mummy Portraits from Roman Egypt*. London: British Museum, 1997.

Obras de referencia

HART, G. Isis. In: HART, G. (ed.). *Egyptian Gods and Goddesses*. London/ New York: Routledge, 2005. p. 79-83.

HART, G. Nephtys. In: HART, G. (ed.). *Egyptian Gods and Goddesses*. London/ New York: Routledge, 2005. p. 102-103.

HART, G. Nut. In: HART, G. (ed.). *Egyptian Gods and Goddesses*. London/ New York: Routledge, 2005. p. 110-112.

Bibliografia instrumental

BURKE, P. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARVALHO, M. M. de. *Paideia e retórica no séc. IV d.C.: a construção da imagem do Imperador Juliano segundo Gregório Nazianzeno*. São Paulo: Annablume, 2010.

FUNARI, P. P. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.

GUARINELLO, N.L. *Arqueologia e Cultura Material: um Pequeno Ensaio*. In: BRUNO, M. C. O.; CERQUEIRA, F. V.; FUNARI, P. P. A. (Ed.). *Arqueologia do Mediterrâneo Antigo: estudos em homenagem a Haiganuch Sarian*. Campo Grande: Life Editora, 2011, p. 161-168.

GUARINELLO, N. L. *Archaeology and the Meanings of Material Culture*. In: Funari, P; Zarankin, A; Stovel, E.. (org.). *Global*

Archaeological theory, contextual voices and contemporary thoughts. Nova Iorque: Kluwer/Plenum, 2005, v. 1, p. 19-28.

LIMA NETO, B. M. Dossiê História e Arqueologia: diálogos interdisciplinares. *Dimensões*, n. 49, p. 6-8, 2022.

REDE, M. História e cultura material. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 131-150.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T.

T. da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2021. p. 7-72

Obras de apoio

ALLAN, A.; ANDRADE, F.; RANGEL JUNIOR, M. Origem e dispersão dos humanos modernos. In: NEVES, W. A.; RANGEL JUNIOR, M. J.; MURRIETA, R. S. (org.). *Assim caminhou a humanidade*. São Paulo: Palas Athena, 2015. p. 242-280.

BAGNALL, R. S. The Fayum and its People. In: WALKER, S.; BIERBRIER, M. (ed.). *Ancient Faces Mummy Portraits from Roman Egypt*. London: British Museum, 1997, p. 17-20.

BOMMAS, M. Isis, Osiris and Serapis. In: RIGGS, C. (ed.). *The Oxford Handbook of Roman Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p.636-660.

BORG, B. E. Portraits. In: RIGGS, C. (ed.). *The Oxford Handbook of Roman Egypt*. Oxford: Oxford University, 2012. p. 828-850.

- CAPPONI, L. *Augustan Egypt: The Creation of a Roman Province*. London/New York: Routledge, 2016.
- JÖRDENS, A. Government, Taxation, and Law. In: RIGGS, C. (ed.). *The Oxford Handbook of Roman Egypt*. Oxford: Oxford University, 2012. p. 101-117.
- LIMA NETO, B. M.; SILVA, E. C. M. da. A morte por ‘dominatio ad bestias’ nas arenas romanas: o mosaico dos gladiadores na villa de Zliten, na África romana (séc. II d.C.). In: CARVALHO, M. M. de; OMENA, L. M. de. (org.). *Narrativas e materialidades sobre a morte nas antiguidades oriental, clássica e tardia*. Curitiba: Editora CRV, 2020. p. 205-218.
- MALOUTA, M. Families, Households, and Children. In: RIGGS, C. (ed.). *The Oxford Handbook of Roman Egypt*. Oxford: Oxford University, 2012. p. 404 - 426
- MONTSERRAT, D. The representation of Young Males in ‘Fayum Portraits’. *The Journal of Egyptian Archaeology*. v. 79, p. 215-225, 1993.
- RIGGS, C. *The Beautiful Burial in Roman Egypt: Art, Identity and Funerary Religion*. Oxford: Oxford University, 2005.
- SENA, N. V. da. Causa e consequência no Norte da África: identidade e espaço no conflito alexandrino de 38 d.C. In: FURLANI, J. C. (org.). *A África no Mundo Antigo: possibilidades de ensino e pesquisa*. Serra: Editora Milfontes, 2019. p. 128-142.
- VAN DIJK, J. The Amarna Period and the Later New Kingdom (c.1352-1069 BC). In: SHAW, I. (ed.). *The Oxford History of Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- VAN MINNEN, P. ΑΙ ΑΗΟ ΓΥΜΝΑΣΙΟΥ: ‘Greek’ Women and the

- Greek 'Elite' in the
Metropoleis of Roman Egypte. In: MELAERTS, H.; MOOREN, L.
(ed.). *Le rôle et le statut
de la femme en Égypte Hellénistique, romaine et byzantine: actes du
colloque international,*
Bruxelles - Leuven. Bruxelles/Leuven: Peeters, 2002. p. 337-353.
- VANDORPE, K. Identity. In: RIGGS, C. (ed.). *The Oxford Handbook
of Roman Egypt.*
Oxford: Oxford University, 2012. p. 366-388.
- VASQUES, M. S. Espaços urbanos e relações de poder no Egito Ro-
mano. *Romanitas*, v. 3, p.
47-64, 2014.
- VASQUES, M. S. Egito Romano: identidade, poder e status social. *XX-
VII Simpósio Nacional de História*, p. 1- 16, 2013.
- VASQUES, M. S. A chora egípcia e as identidades culturais no Egito
Romano: uma abordagem arqueológica. *XXIV Simpósio Nacional
de História*, p. 1-9, 2007.

Sites de apoio:

- THE TRUSTEES OF THE BRITISH MUSEUM. *Human mummy;
mummy-case; cartonnage; burial-cloth; mummy-wrapping.*
c.2023. Disponível em: <[https://www.britishmuseum.org/
collection/object/Y_EA21809](https://www.britishmuseum.org/collection/object/Y_EA21809)>. Acesso em: 26 dez. 2023.

Corrupção e controle das finanças municipais na província da Bitínia-Ponto: a atuação de Plínio, o Jovem, como governador (110-112)

Raphael Keller Campos¹

Poucos tópicos são tão latentes na sociedade contemporânea brasileira quanto a corrupção. A maneira como os mais recentes administradores da máquina pública exerceram sua gestão inflama debates a níveis acalorados e influi sobremaneira como as narrativas se constroem e se sobrepõem. Mais do que um simples tópico, a corrupção leva o trato de uma mácula dolorosa, respondida com uma transposição de energia, que aproximou um grupo cada vez maior da população ao hábito de acompanhar a gestão pública e as finanças, tanto ao nível federativo, decrescendo até o nível municipal.

Dedica-se à história a missão de responder perguntas imaginativas deste grupo, transpor, como acompanharemos neste texto, nem sempre da maneira mais correta, ao campo especulativo, de como era o trato a estes casos em outros momentos da história.

¹ Graduando em história pela Universidade Federal do Espírito Santo, membro do Laboratório de estudos sobre o Império Romano (LEIR-Seção ES), onde desenvolve pesquisa de iniciação científica sob orientação do Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva. Email: raphaelcamposbrasil@gmail.com.

Transporta-se junto uma meritocracia administrativa, alimentada pelo imaginário ético popular da luz do dia.

Um primeiro contato que deve ser vencido é essa unicidade legislativa. Não é muito difícil de ser compreendido, mas a maneira como será tratado um desvio das regras dependerá então de como é detectado este desvio e como fora a construção do conjunto maior de regras daquela sociedade. Muito além do conteúdo descrito, a maneira como se deu a sua construção, entre outros aspectos, informa o que esta sociedade ou o grupo responsável por sua escrita entende de tal quadro que se põe à sua frente. Quando então quer transportar-se algo que inflama, espera-se que isto inflame igualmente no recorte temporal escolhido, mas esta é uma impressão que nem sempre se prova verdade.

As diferenças contemplativas são conjecturadas para serem mais acentuadas quão mais longínqua for a época da transposição, de maneira que, ao alcançar a antiguidade, o cenário montado é de um dos mais restritos casos de um órgão administrativo, gozando do poder apenas um diminuto grupo. No caso romano, por exemplo, durante o período republicano, este poder era efetivado pelo Senado, órgão responsável, além de administrar a vida diária romana, discutir casos de origem jurídica e legislar. Quando então, no período do principado, temos a adição do *princeps* que passa a acumular as funções senatoriais como primeiro dentre os senadores, além do poder de *imperator*, sendo assim o poder decisório maior.

Porém, o império romano alcança sua visibilidade não ape-

nas por isso, mas também por sua extensão, acumulando territórios em diferentes continentes – europeu, africano e asiático – e, desta maneira, diferentes povos, que o transformou em um caldeirão cultural, efervescente zona de contatos e de troca de interesses. Esses diferentes grupos, agora dominados sob o mesmo estandarte, irão extravasar sua busca por liberdade, simultaneamente a busca por representatividade nas novas instituições, isto fará com que seja necessário um reforço ao poder central, alarmado a depender do histórico de resistência e a medida da distância geográfica da península itálica, berço e ponto central das instituições romanas.

Esse reforço virá em forma da figura do governador de província, presente já no período republicano, onde já estivera submetido boa parte do território de seu apogeu. Durante o principado, a política se reconfirma, usada agora para nomear homens de confiança do imperador. É o caso de nosso autor, Plínio, o Jovem, que exerceu a função na província da Bitínia-Ponto a partir de 110, nomeado pelo imperador Trajano.

Plínio, o Jovem, nasceu por volta de 61² em Como, norte do atual território da Itália. Nasce dentro de duas *gens* detentoras de prestígio, fator que lhe será benéfico, já que contou com uma educação primorosa para a época, investimento vindo de seu tio, o

2 Esta data é calculada a partir de inferências de uma troca de cartas com outro autor da antiguidade e amigo próximo, Tácito, que pede que ele narre como se deu a morte de seu tio. Em sua resposta, ele informa que isto se deu quando estava prestes a completar dezoito anos. Sabendo que Plínio, o Velho, faleceu durante o incidente com o vulcão Vesúvio em 79, podemos fazer essa aproximação.

renomado enciclopedista Plínio, o Velho. Este adotou seu sobrinho após o falecimento de seu pai, levando-o à capital romana e introduzindo-o no círculo político, do qual não tardará a iniciar o seu *cursus honorum*.

A composição de sua carreira fica marcada sobremaneira por cargos administrativos, até mesmo no período em que serviu militarmente. Sabemos disto e de outros dados da vida do autor através de sua troca de correspondências com diversas personas contemporâneas. Estas correspondências foram reunidas pelo próprio autor e publicadas em nove divisões.

Porém, uma décima é publicada postumamente e reúne exclusivamente o diálogo entre Plínio e o imperador Trajano, contemplando o período desde o período anterior a nomeação do seu cargo na Bitínia-Ponto, passando pelo período de viagem até a província e por fim, questões surgidas durante suas passagens pelas cidades durante seu governo. Uma das constatações de Plínio é a confirmação daquilo que ouvira de Trajano antes mesmo de chegar à província: de que se tratava de uma região problemática ao poder central, acumulando suspeitas de gastos excessivos e má gestão dos recursos.

Na carta de número dezoito que marca a chegada de Plínio ao território da Bitínia, Trajano demarca como um dos objetivos primeiros de seu governador, debruçar-se sobre a contabilidade das cidades a qual agora lhe são subordinadas, já que “consta que nessa província produziram-se numerosos desvios de fundos públicos” (Plin. Ep. X, 18).

Esta parece ser uma preocupação marcante de Trajano, voltando ao tópico em outros momentos e sinalizando que a prática não permanecia desconhecida, nem mesmo pormenorizada, mas era tópico presente da vida política na antiguidade.

A legislação romana passou um as normas arcaicas herdadas da monarquia, muito influenciada pela religião e pela *les mores*, um código normativo que regia as relações sociais através de *ius non scriptum*, base de uma moral pública a qual um cidadão romano se orgulhava por seguir.

Contudo, houve um florescimento de inovações jurídicas, ampliando a tipificação de contravenções e as formas de se iniciar um processo. No caso provincial, esses processos eram acatados por senadores em visitas, que passavam agora alegar falar em nome dos cidadãos da localidade e prosseguindo sua denúncia para serem debatidos pelo colégio senatorial. Desta maneira, não é incomum documentação escrita de autores ligados ao Senado que contenham relatos de abuso por parte de funcionários públicos, e posteriormente, até mesmo de juízes.

As possibilidades iam muito além do apoderamento indevido de quantias retiradas diretamente do caixa público, contemplando também retenção de multas, cobrança de impostos ou de alugueis de terras, assim como, o não repasse de quantias para os templos. Outro fator, anexada a essas práticas, geralmente havia a destruição ou alteração de documentos. Criando assim a necessidade da geração de réplicas dos documentos para eventuais comparativos, além da criação de edifícios voltados ao recolhimento

e proteção destes documentos, mesmo que, por sua vez, alguns relatos demonstram não terem alcançado uma proteção efetiva.

Em contraponto, práticas como o recebimento por parte de funcionários públicos de subornos e de outros valores indevidos passaram a ser previstas através da *Lex Calpurnia de repetundis* (149 a.C.). A partir dela esteve presente também na *Lex Acilia de repetundarum*, que por sua vez pode ser datada do período entre o final de 123 a.C. e início de 122 a.C., na *Lex servilia de repetundis* (111 a.C.) e na *Lex Iulia repetundarum*. Ao revisitar constantemente e buscar por aprimoramentos, é demonstrada a importância que o assunto obtivera para os legisladores.

A prática de *repetundae* é presente nos escritos de Plínio desde a época em que servira como *advocatus*³, onde menciona casos de Bêbio Massa, governador da província da Bética entre os anos de 91 e 92, acusado de subornar populares de sua província. Porém, assim como já descrito, a prática pode ser encontrada em outros territórios.

Esses casos eram inicialmente de atribuição do Senado, mas passam gradualmente, dentro da política de centralização, para as mãos do imperador. As penas iam de ressarcimento dos danos causados – principalmente nos casos em que houvesse admissão – até um confisco maior de seus bens. Ou seja, a busca maior era pela restituição da normalidade e não uma repreensão acentuada.

³ Um dos cargos que dava início e considerado uma das vias mais sólidas de acesso ao *cursus honorum*, por expor a capacidade retórica durante o seu discurso. Plínio não teria tardado a ingressar na carreira, calculando-se que tenha o feito pouco depois da morte de seu tio, aos dezoito anos.

Porém na *Lex servilia de repetundis* a punição passa a vir acompanhada da perda dos direitos políticos.

Visto que o imperador havia iniciado um ousado plano de edificações por todo o império, é natural que este não se mantivesse inerte a essas situações e buscasse uma fiscalização mais efetiva, o que podemos inferir de suas correspondências com Plínio. Um dos casos, e o que aqui usaremos para exemplificar, é o de Nicéia e Claudiópolis.

Ao visitar estas duas cidades, Plínio constata aquilo que Trajano o havia alertado: obras iniciadas irresponsavelmente que apresentam problemas para serem finalizadas. Neste caso, um teatro em Niceia, que apresenta rachaduras devido à inadequação do solo, descrito como úmido, e antes mesmo de ser finalizado já levanta questionamentos se é correto dar prosseguimento ou proceder em uma demolição e reinício das obras, sem que seja aproveitado nem mesmo as bases, gerando assim mais gastos.

Por sua vez, Claudiópolis se propôs a construção de banhos públicos, igualmente com uma escolha errática do terreno, localizado em uma depressão aos pés da montanha, colocando assim suspeitas quanto à integridade e o futuro da obra.

Ambas são mencionadas como contando da “bondade” do imperador, o que significa que contaram com retiradas do erário público. Porém, estes são casos onde Plínio se demonstra desgostoso quanto a suas constatações, prosseguindo até em pedir que se cessem os investimentos, ao contrário de outros momentos onde procura trazer soluções ou arrecadar recursos para dar fim

às obras.

Trajano, por sua vez, apesar de confiar no poder decisório de seu governador, que encontra-se *in loco* e tem, portanto, melhor capacidade de abstração e soluções práticas, emite respostas que são acompanhadas de requisições de maior ímpeto investigativo: Também debes mostrar o devido zelo ao averiguar quem são os culpados [...]. Assim, tudo o que descobrir a este respeito, faça-o chegar ao meu conhecimento” (Plin. Ep. X, 38).

Nas epístolas, são apresentados sugestivamente que estas obras teriam sofrido ausência de arquitetos ou com inabilidade técnica pelos responsáveis. Esta possibilidade é questionada pelo próprio imperador, que contrapõe com a informação de que os melhores arquitetos vêm justamente da região da Magna Grécia, logo, não teria lógica no envio de profissionais vindos de Roma.

As cidades sofriam além de tudo com a insolvência dos responsáveis pela execução das obras. Havia uma competição por quem oferecesse os custos mais baixos, na busca de gerar o menor ônus ao tesouro público. Como demonstrado nos relatos de Plínio, quando não gerou novos orçamentos que revelavam necessidade de maiores investimentos, gerou perdas na qualidade do resultado final das obras e até mesmo em obras que perdiam a usabilidade ainda no ato inaugural. Trajano nas epístolas sugere que parte da investigação foque em cessar estes que insistem em dar início a obras que não tem condição de finalizar, prejudicando assim as cidades.

Isso levanta a possibilidade de outros fatores, e que daria ex-

plicação ao acompanhamento tão proximal do imperador: de que alguns desses valores teriam sido surrupiados, comprometendo assim a integridade final das obras. A documentação em processos dessa natureza, conforme descrito, nem sempre é muito simples de ser encontrada, já que poderia ter sofrido a sua destruição.

As garantias da comunidade, ocasionalmente a hipoteca de um imóvel, buscando o ressarcimento em caso do não cumprimento, eram negligenciadas. Essa omissão poderia ocorrer por falha ou pela tentativa de beneficiar alguém que gozasse de proximidade. O imóvel nem sempre cobria os danos ou estava em uma condição jurídica que não permitia sua inclusão em tal processo. Além disso, em caso de detecção de falhas, segundo a lei, elas só poderiam ser ligadas ao arquiteto ou gestor enquanto não cessassem as obras, como a fiscalização também nem sempre era efetiva, estas detecções eram tardias.

É importante destacar que no cenário romano não havia uma divisão explícita entre público e privado. Muitas dessas iniciativas eram inseridas dentro da cultura do evergetismo, ou seja, cidadãos que usavam de recursos próprios para levantar edificações de uso comum, embelezamentos ou melhorias estruturais a suas cidades. O imperador era posto como o primeiro dos evergetas, e, portanto, partícipe desta cultura. A sua preocupação era dar um bom fim a esses recursos, sendo assim as cidades competiam entre si, levantando as necessidades dentro de um jogo político cujo intermediador era agora Plínio.

Os governadores cumpriam uma série de funções, dentre

elas, auditar as contas das cidades, especialmente os gastos em obras públicas. Por sua vez, nosso autor busca arrochar os gastos, já que, como descrito anteriormente, esta província levava a fama de ser exacerbadamente custosa ao tesouro público, além de apresentar diversas inconsistências contábeis. Sua busca passa a ser, então, conforme declama ao imperador: “obras não menos dignas de tua imortalidade que de tua glória e que resultarão tão belas quanto úteis” (Plin. Ep. X, 41).

Logo se demonstra irritadiço com a situação que se defronta em cidades como Nicéia e Claudiópolis, retornando ao imperador o aconselhamento de que não se ampliem as despesas em locais que façam má gestão da bondade ou glória imperial. Apesar de encaminhar a questão para desvios e um pedido do imperador para que se encontrados sejam penalizados, não termos o fim da questão, visto que as cartas se encerram abruptamente, por um provável falecimento de Plínio em uma data próxima a 112.

REFERÊNCIAS

- PLINIO, El Joven. **Cartas**: libro décimo. Traducción de Julián González Fernández. Madrid: Gredos, 2005.
- AMAYA, L. Uma breve biografia de Plínio, o Jovem: os vacilos de seu tempo. **Principia**, n. 42, n.p., 2021.
- BIALOSTOSKY, S. La lucha del derecho romano contra la corrupción de los funcionarios públicos. **Revista de la Facultad de Derecho** (UNAM), n. 250, p. 137–153, 2006.
- GIESEN, K. R. Retórica e elogio nas cartas de Plínio, o Jovem. **Ró-**

nai, n. 2, p. 148–161, 2015.

GONZÁLEZ ROMANILLOS, J. A. El procedimiento civil como medio de control de la corrupción política. **Foro**, n. 0, p. 391–400, 2004.

GUARINELLO, N. L. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano: um ensaio. **Mare Nostrum**, n. 1, p. 113–127, 2010.

MENDES, N. M. O Sistema Político do Principado. SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (org.). **Repensando o Império Romano**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 21–52.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 1996.

SOUZA, D. M. R. Principado romano e corrupção política: os processos de *repetundae* nas epístolas de Plínio, o Jovem. **Romanitas**, n. 7, p. 88–103, 2016.

RODRÍGUEZ NEILA, J. F. Administración municipal romana y casos de corrupción en procedimientos y documentación. **BRAC**, n. 168, p. 409–442, 2019.

“Alexandres” e a construção do império universal: o uso de múltiplas identidades como uma estratégia política na conquista da oikoumene

Thiago Henrique dos Passos Felix¹

Introdução

No presente artigo, fruto da comunicação apresentada na XV Semana de História da Universidade Federal do Espírito Santo, realizamos algumas reflexões sobre a atuação de Alexandre Magno no processo de instituição do seu império. Dessa forma, em alguns importantes momentos na trajetória político militar do macedônio, fez-se necessário a adoção de novas identidades por meio de títulos, que possibilitou sua ascensão e a manutenção da sua força. Nosso objetivo foi apontar que Alexandre não agia, apenas, a título pessoal, mas que a conquista territorial correspondia a determinadas preocupações que o levaram a assumir sucessivos e simultâneos papéis identitários.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, na linha de pesquisa Estado e Políticas Públicas sob orientação do prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva e bolsista Capes/Cnpq. Graduado em Licenciatura em História (2023) pela mesma instituição, é vinculado ao Laboratório de Estudos de sobre o Império Romano (LEIR/ES). E-mail para contato: thiagopassos12.26@gmail.com

As intervenções de Alexandre refletem o contexto das últimas décadas do século IV a.C, em que o macedônio atuou de forma energética para obter o domínio sobre a *oikoumene* e estabelecer um império de dimensões universais,² estendendo-se das regiões do Ocidente ao Oriente. O surgimento da influência macedônica teve origem na fragilização das *póleis*, resultante da devastação causada pela Guerra do Peloponeso (431 a 404 a.C.), abrindo espaço para o surgimento de novas potências na Grécia Continental. Os conflitos desse período foram, em grande parte, alimentados pelas investidas consecutivas de Atenas para subjugar as outras *póleis*, incluindo a opressão de seus próprios aliados na Liga de Delos. As demais cidades, em resposta a essa política hostil e expansiva, organizaram uma resistência incisiva por meio da Liga do Peloponeso, liderada por Esparta. Essa oposição persistiu e intensificou-se por cerca de três décadas, acarretando um desgaste irreversível para o sistema *políade* (Gabrecht, 2009, p. 11-12).

Assim, a Guerra do Peloponeso lançou a Grécia Continental em profunda instabilidade, levando diversas *poléis* a buscarem a hegemonia, sem sucesso. Esse cenário resultou na experiência de uma situação de *stáseis*,³ acompanhada por frequentes conflitos

² *oikoumene* pode ser traduzida do grego como “terra habitada”, ou seja, o mundo conhecido. É sob essa perspectiva que pensamos o projeto de Alexandre, como uma empreitada de caráter universal.

³ A *stásis*, de maneira direta, é interpretada pelos filósofos antigos como um conflito entre as facções, cujos interesses particulares sobre todos os âmbitos da vida pública, produziam sangrentas guerras civis (Vial, 2013, p. 345-346). Nessa lógica, utilizamos o termo *stáseis* para indicar a existência de diversas guerras civis ocorrendo simultaneamente no interior de diversas *póleis* tanto democráticas quanto aristocráticas.

entre as cidades-Estados, pela redução da participação cívica, o aumento do emprego de mercenários e pela especialização militar, que acentuaram a desarticulação da Hélade. Nesse contexto, Filipe II emergiu como uma figura central, transformando a Macedônia de um Estado-*Éthnos* em uma potência internacional suficientemente robusta para subjugar as *póleis* gregas. Inicialmente adotando uma política expansionista, Filipe II conquistou a Península Balcânica, a Tessália e a faixa costeira da Macedônia ocupada pelos gregos. Ao expandir-se para a região da Hélade, o líder macedônio propôs políticas territoriais como solução para as tensões entre os gregos. Este projeto recebeu a aprovação de alguns oradores, notavelmente o ateniense Isócrates, que, em 346 a.C., já havia estabelecido correspondência com Filipe II, expressando seu posicionamento favorável. Dessa maneira, em um contexto aparentemente propício, a Macedônia surgiu como a principal força centralizadora no Mediterrâneo Oriental e na Grécia Continental (André, 2018, p. 17-19).

A consolidação do poder de Filipe II e, conseqüentemente, do domínio macedônio como uma potência, refletiu a impraticabilidade das *póleis* em recuperar a supremacia política sobre a região oeste do Mediterrâneo. Essa circunstância levou à formação de uma coalizão entre Tebas e Atenas, com o intuito de obstruir a intervenção macedônica na Hélade. Como resultado, macedônios e gregos se envolveram em um conflito em 338 a.C., em Queroneia, na Beócia, no qual a Liga Pan-Helênica, liderada por Tebas, foi derrotada. As ramificações desse confronto desempenharam um papel crucial na consolidação da influência macedônica, uma

vez que a vitória obtida conferiu maior prestígio à Macedônia, possibilitando a celebração de uma aliança com as principais *póleis*. A ratificação deste acordo teve lugar na cidade de Corinto, com a participação de delegados de toda a Hélade, onde Filipe delineou as principais diretrizes da nova ordem que pretendia estabelecer. Desta maneira, surgiu a Liga de Corinto, assemelhando-se às ligas militares observadas no século anterior. Contudo, nesse contexto, o líder macedônio exercia um poder ilimitado, com a capacidade de intervir em todas as cidades helênicas. Sob a liderança de Filipe, as *póleis* experimentaram um período de estabilidade que anteriormente se mostrava inatingível. Não obstante, o rei estava consciente da efemeridade dessa paz, devido às questões internas vigentes em cada *pólis*. Essa percepção motivou seus esforços para empreender uma campanha contra os persas, abrindo, assim, uma frente de expansão em direção ao Oriente (Gabrecht, 2008, p. 33).

Durante os preparativos para a campanha militar em 336 a.C., que coincidiu com as celebrações das núpcias de sua filha com o rei do Épiro, Filipe foi assassinado por Pausânias, um dos membros da guarda real. A prematura morte do monarca macedônio antecipou a ascensão ao trono de seu filho, Alexandre, cujo nascimento ocorreu em 356 a.C. Esta sucessão já era previamente delineada, dado que desde a juventude, o herdeiro havia sido submetido a exercícios militares, demonstrados em sua participação na Batalha de Queroneia. Além disso, a instrução na *paideia* por seu tutor, Aristóteles, evidenciava sua preparação para assumir o governo da Macedônia (Briant, 2010). Nesse contexto, inicia-se o processo de adoção de títulos políticos militares que possibili-

taram o avanço do projeto imperial do macedônio, e que representaram conquistas pontuais do jovem general que mediante a violência, na maior parte dos casos, precisou impor-se sobre as antigas potências e, principalmente, construir a imagem de um líder capaz de destronar os Aquemênidas e alcançar os territórios marcados pela peregrinação de seus ancestrais mitológicos.

As faces de Alexandre: rei, *hegemon*, herói e *basileus* universal

Dada a configuração geopolítica do período, era inevitável que a sucessão ao trono macedônio fosse objeto de disputa por indivíduos que pudessem reivindicá-lo, levando à disputa pela primeira identidade de Alexandre, de “rei da Macedônia”. É conhecido que desde a fundação do reino macedônio os governantes foram membros da dinastia dos Argéadas,⁴ pois as pessoas estavam acostumadas a serem conduzidas pela mesma casa real, de maneira que todos os filhos de Filipe eram reis em potencial, entretanto qualquer líder macedônio poderia candidatar-se ao cargo de rei, cabendo o povo em armas decidir o escolhido (Hammond, 1980, 13-14). Nesse cenário, Alexandre, com a assistência de Antípatro e Parmenion, dois dos conselheiros mais próximos de seu

4 A partir da fundação do reino da Macedônia, o rei era considerado como *primus inter pares*, o primeiro entre os iguais, entre os guerreiros. Mesmo sendo um reinado hereditário, a linhagem sanguínea não era garantia ao trono, visto que o novo governante deveria ser sancionado pela assembleia de guerreiros, que representava o povo em armas (Silva, 2009, p. 38). Essa característica da realeza macedônica, nos conduz a observar Alexandre de fato como a maior parte da historiografia buscou representá-lo, ou seja, como um grande general e estrategista.

falecido pai, visando garantir sua posse, optou por imputar a responsabilidade pelo assassinato de Filipe aos príncipes de Lincestidas. Posteriormente, implementou medidas drásticas, incluindo a condenação à morte de vários membros da realeza, visando eliminar seus concorrentes diretos. Após isso, mobilizou o povo em armas, para proclamar-se como o novo monarca (Mossé, 2004, p. 23)

A Lincestidas era uma região tribal próxima a Macedônia, que foi subjugada pelos macedônios e anexada junto a outras tribos na parte que era conhecida como Alta Macedônia, antes da unificação do reino, e que compartilhava elementos culturais com as tribos do país como o corte do cabelo, a língua, e outros (*Estrabão, Geografia*, VII, 7, 8). Dessa forma, percebe-se que Alexandre ao tornar os concorrentes assassinos ou passíveis de serem eliminados, buscou afirmar a sua identidade de “herdeiro ao trono” colocando sobre os outros uma imagem de inimigos, mesmo pertencendo ao mesmo povo. Tal perspectiva, possibilita fazer apropriação do conceito de *identidade* discutido por Tomaz Tadeu da Silva (2014), para compreender o processo que envolveu a construção do rei, *hegemon* e *basileus* universal, Alexandre.

Segundo aponta o autor, a manifestação da *identidade* ocorre através da distinção, quando há a necessidade de os grupos interagirem e utilizarem a diferença como meio de se distinguirem uns dos outros. Portanto, identidade e diferença mantêm uma relação intrinsecamente interligada. O processo de construção identitária implica na categorização de grupos e indivíduos, resultando na separação entre aqueles que pertencem ou não a determinado

grupo. Nesse contexto, a relação entre identidade e alteridade é caracterizada por um vínculo simultaneamente solidário e conflituoso (Silva, 2014, p. 81). Dessa forma, a violência aparece como uma forma de explicitar a alteridade do outro, visto que este é colocado em posição de inferioridade a partir dos valores impostos pela identidade, tida como superior, que se pretende afirmar, legitimando na concepção de mundo desses indivíduos qualquer destino direcionado ao outro.

Nessa lógica, Alexandre que estava em posição instável, devido a associação da morte de Filipe à sua mãe Olímpia que ao longo do tempo perdeu espaço de influência para a esposa mais próxima do falecido rei,⁵ Cleópatra, apoiou-se em primeira instância na aproximação identitária que tinha com seu pai e com os generais de maior importância,⁶ e simultaneamente aproveitou-se da lacuna representada pelo distanciamento dos lincestdas em relação ao centro político do poder da Macedônia. Nesse contexto, o título de rei concedeu a Alexandre não apenas a força política e militar do reino, mas as ambições e os projetos que seu

5 Olímpia é uma personagem ativa na história de Alexandre, e contribui diretamente, nas narrativas, para a “divinização” do macedônio, bem como para o conhecimento de importantes aspectos da personalidade dele. Ver mais em CARNEY, E. **Olympias: Mother of Alexander the Great**. New York: Routledge, 2006.

6 Essa aproximação é representada pelo fato de que Filipe colocou sob Alexandre as perspectivas políticas, militares e culturais que ele adotou para si, e acreditava ser fundamental para a constituição de um membro da realeza e futuro rei. Por isso, Alexandre, tal como seu pai que passou um período de sua juventude instruindo-se em Tebas, foi educado aos moldes da *paideia* por seu instrutor Aristóteles, tomando conhecimento dos clássicos gregos que auxiliaram sua formação político-militar (Silva, 2009, p. 40; Sant’Anna, 2022, p. 58).

antecessor havia assumido, levando-nos a refletir sobre o segundo momento de apropriação identitária, a emergência do efetivo *hegemon* dos gregos.

O termo *hegemon*, no mundo grego, era utilizado para significar a concessão, por meio de tratados, da força política militar de uma ou várias *póleis*, ao magistrado de uma determinada cidade-Estado que passaria a liderar as operações militares e comandar o exército no campo de batalha. Essa hegemonia sob as diversas potências reunidas nessa aliança, ocorria de forma permanente e exclusiva, o que apresentava um perigo ao mundo *políade*, diante de cidades-Estados que tinham o desejo de tornar a aliança (*symmakhía*) em um império (*arkhé*) (Vial, 2013, p. 206-207). Não obstante que no momento em que a figura de um tirano pareceu ser uma solução para a crise da Hélade, o filósofo ateniense, Demóstenes, fez forte partido de oposição a Filipe II desde os seus primeiros avanços no norte da Grécia Continental, alertando as *póleis* sobre o perigo que aproximava-se para a independência das cidades, e, apesar de suas habilidades oratórias, não conseguiu motivar os atenienses a oferecerem resistência aos macedônios, nem mesmo quando Alexandre assumiu o trono e devastou Tebas (Freeman, 2011, p. 28).

Dessa forma, o processo de consolidação no poder demandava que Alexandre abordasse as complexas questões envolvendo a situação grega. Nessa conjuntura, o macedônio dirigiu-se à Tessália com o propósito de assegurar o reconhecimento da autoridade previamente estabelecida por seu pai sobre as cidades da Confe-

deração Tessáliaca e, reivindicou a nomeação como *hegemon* dos gregos junto ao conselho anfictiônico reunido nas Termópilas. Além disso, obteve do conselho da Liga de Corinto a liderança da expedição anteriormente concedida à Filipe contra os persas, assumindo o papel de “libertador” dos gregos na Ásia Menor (Mossé, 2004, p. 23-24). Nesse contexto, ambos os títulos representavam a submissão em grau político e, exponencialmente, militar da Grécia Continental. Em termos simbólicos, Alexandre poderia considerar-se senhor da Grécia e gozar de certa estabilidade na região, apesar de que as revoltas e tentativas de desligar-se da tutela macedônica nunca cessaram, a imagem imponente do *hegemon* limitava tais ocorrências.

Estando amparado pelo título de rei da Macedônia e *hegemon* dos gregos, Alexandre, no processo de tornar-se *basileus* universal partindo em campanha contra os persas, buscou se fortalecer evocando suas identidades mitológicas, de maneira que os autores contemporâneos e póstumos ao rei buscaram enfatizar esse caráter heroico da personagem em diversas de suas narrativas. Esse trabalho dos escritores, está relacionado a perspectiva discursiva que concebe a identidade como um processo de construção contínuo, nunca plenamente realizado, mas sempre em evolução. Esse enfoque concede ao indivíduo a capacidade de adotar ou renunciar à sua identidade, destacando que o processo de identificação envolve articulações e alterações, em contraste com uma mera subsunção (Junior, 2019, p. 118). A identidade então é mutável, e desenvolvida dentro dos discursos implícitos e explícitos, a partir das intenções daqueles que se propõem construir essas imagens

identitárias.

Sendo assim, os antigos buscaram elaborar narrativas que conferissem um sentido místico ao nascimento de Alexandre, enriquecido por vários prodígios. Segundo esses relatos, durante o evento, o templo de Ártemis localizado em Éfeso, na Ásia, teria sido consumido por um incêndio e desabado sobre os magos persas que visitavam o espaço sagrado. Simultaneamente, a notícia do nascimento de Alexandre chegou a Filipe acompanhada por duas mensagens que comunicavam importantes vitórias alcançadas pelo macedônio (Droysen, 2010, p. 76). Além disso, é narrado que na noite que precedeu a união matrimonial entre Olímpia e Filipe II, a noiva experimentou um sonho em que um estrondo intenso foi sucedido por um raio que a atingiu no ventre, provocando chamas intensas ao redor de sua cama, as quais se dissiparam rapidamente. Por sua vez, após a realização da cerimônia de casamento, Filipe II teve visões que incluíam um selo aplicado no ventre de sua esposa, cuja efígie se assemelhava a um leão. Adicionalmente, as lendas sugerem que em determinada ocasião, uma serpente foi avistada estendida ao lado de Olímpia (*Plut. Vit. Alex.*, 2, 1-6).

A genitora de Alexandre, Olímpia, que era filha de Neoptólemo, monarca da Molóssia, uma região situada no Épiro, possuía uma linhagem real que remetia ao ilustre herói da Ilíada, Aquiles, conhecido por sua participação na Guerra de Tróia. Essa conexão genealógica advinha da tradição que afirmava que Pirro, um dos filhos do guerreiro mitológico, governou o Épiro e casou-se com

Andrômaca, viúva do príncipe troiano Heitor, resultando na linhagem à qual os monarcas da Molóssia estavam vinculados (Carney, 2006, p. 5). Quanto ao seu pai, os reis da Macedônia afirmavam descender de Hércules, uma figura semideusa resultante da união entre uma mortal e Zeus. Hércules é notável, principalmente, pela realização dos renomados “trabalhos”, que o conduziram aos confins do mundo conhecido, em paralelo à trajetória de Alexandre. Destaca-se, ademais, a sua trágica morte, conforme descrita pela tradição, na qual relatos indicam um envenenamento após o herói vestir o icônico manto presenteado à sua esposa Dejanira pelo centauro Nesso (Mossé, 2004, p. 80).⁷

Nas lendas citadas, percebe-se a clara referência a diversas divindades, como Hércules, Aquiles, Dionísio e Zeus, dos quais influenciaram a política territorial de Alexandre, que buscou emular a identidade divina dessas figuras, como relatam as fontes antigas. Arriano em sua *Anábase*, aponta que o macedônio, ao atravessar o rio Negro e desembarcar na cidade de Sesto, dirigiu-se a *pólis* de Eleunte, as margens do Helesponto, reuniu todo o seu exército e ofereceu sacrifícios ao túmulo do herói Protesilau, considerado como o primeiro de todos os gregos que acompanharam Agamemnon em sua expedição contra Tróia a pisar na Ásia (*Arriano, Anábase*, I, 11, 4-5). Com esse gesto, Alexandre buscou simbolizar que

⁷ Sob a morte de Alexandre, Diodoro Sículo (*Bibl. Hist.*, XVII, 117) narra que Alexandre em uma das comemorações com os membros da corte, embriagou-se e tomou grande quantidade de vinho na “taça de Hércules”, e imediatamente sentiu fortes dores que evoluíram ao longo dos dias, levando-o a óbito. Percebe-se aqui, uma forte semelhança com a morte trágica de Hércules, que, tal como Alexandre, foi envenenado no ápice de sua carreira.

iria lutar como um novo Aquiles, em nome da Grécia contra os bárbaros (García Bravo, 1982, p. 149).

Em outra passagem, Diodoro Sículo narra que ao adentrar no Egito, Alexandre tinha também como objetivo visitar o Oásis de Siwah. No trajeto, atravessou um extenso deserto no qual teve seus suprimentos esgotados e conseguiu chegar ao seu destino por meio de provisões divinas. Ao chegar na presença do oráculo do deus Amón, Alexandre teve suas indagações respondidas, e foi reconhecido pela divindade como “filho de Zeus-Amon” que lhe concedeu o domínio sobre o mundo (*Diodoro Sículo, Biblioteca Histórica*, XVII, 49-52).⁸ Percebe-se que esses títulos que Alexandre recebeu, segundo as fontes, estavam todos entrelaçados às ambições de construir um império universal, de maneira que os usos da figura de Hércules acentuaram o uso político dessas identidades mitológicas.

No decorrer da campanha, uma das estratégias político-territoriais desenvolvidas e aplicadas pelo macedônio foi o uso da *diplomacia*. Na antiguidade, não existiam regulamentos que ditassem a maneira como deveriam ser conduzidas as relações diplomáticas, pois havia um temor de limitar a liberdade e independência das *pólis* gregas, o que impediu o desenvolvimento da diplomacia. O que se observa, são práticas diplomáticas que se assemelham ao que entendemos como diplomacia no mundo mo-

⁸ Acredita-se que o título de “Filho de Zeus-Amon” atribuído a Alexandre, na verdade, foi um erro de grafia. Sendo assim o sentido original, deveria estar próximo de um cumprimento ao qual o oráculo da divindade recebia os visitantes. Entretanto, a passagem narrada pelas fontes é de grande valor para compreender a relação identitária de Alexandre com as divindades.

derno e contemporâneo (Adcock, 19848, p. 2). Nesse sentido, utilizou-se a figura do embaixador, *próxeno*, para representar os interesses político-militares de determinada cidade, ou cidades como no caso de Alexandre na condição de *hegemon* dos gregos, sendo a mitologia um dos elementos fundamentais para selar acordos entre as partes (Martins, 2019).

Sendo assim, pode-se evidenciar o caso em que o macedônio estava de passagem pela Índia, região que segundo os antigos foi palco de peregrinação de diversas divindades. No relato, Alexandre após submeter toda a Aracósia, avançou sobre a chamada Rocha de Aornos na tentativa de realizar um feito que Hércules não havia conseguido, impedido por Zeus em sua lenda (*Diod. Bibli. Hist.*, XVII, 85). Após o episódio, o rei conseguiu seguir em campanha sem ter que utilizar a violência, pois recordou aos habitantes da cidade Nisa, em direção ao rio Nilo, do seu parentesco com Hércules e Dionísio, cuja população diziam-se descendentes (Freeman, 2011, p. 212). Nesse sentido, é relevante ressaltar que as narrativas sobre Alexandre estão constantemente associadas aos deuses tidos como ancestrais do macedônio, que, segundo os relatos, aparentava emular os feitos dos heróis. Tal perspectiva se fortalece, ao observar-se que o rei não se absteve de visitar os locais simbólicos associados a essas divindades emblemáticas (Djurslev, 2021, p. 440).

Por fim, a última identidade que Alexandre assumiu foi a de *basileus* universal, ao final da sua campanha quando faleceu em 323 a.C. O jovem rei, conseguiu em pouco tempo unificar a Gré-

cia, tornando-se chefe supremo das forças gregas; fazer uma hostil campanha contra os persas e realizar uma série de conquistas do Mar Negro ao Vale do Nilo, submetendo diversas cidades antes dominadas pelos aquemênidas. Tomou as principais capitais reais do império persa e apossou-se de inúmeras riquezas, conseguindo unificar a Grécia, o Egito, a Ásia Menor e a Ásia sob o seu domínio. Após a morte de Dario III, proclamou-se herdeiro do império persa e pode ser considerado *basileus* de um vasto império (Sales, 2017, p. 130).

Figura 1 - A expedição de Alexandre



Fonte: Claude Mossé, 2004.

A interpretação da figura de Alexandre como *basileus* universal, deve-se, principalmente, ao processo de consolidação dos diádocos após sua morte. Isso porque o governo do macedônio, de fato, provocou uma profunda ruptura com a *práxis* política anterior por meio das múltiplas imagens que fundamentaram a realeza de Alexandre, mas foi a partir da tentativa de seus generais de estabelecerem sua força política militar nas partes do império que buscavam dominar, autodenominando-se *basileus*, que a figura do macedônio e a sua *basileia* foram intensificadas nos discursos dos antigos (André, 2018, p. 20). Nesse contexto, o processo de produção de um sincretismo político cultural, que marcou a campanha de construção do império, pode ser compreendido como um elemento fundamental para definir e indetificar o macedônio como *basileus* universal.

Alexandre, sob a ótica numismática, após a conquista da Ásia, detinha um vasto tesouro que lhe possibilitou ser rei não apenas dos macedônios, mas também dos persas, devido a sua relativa independência dos gregos. Do ponto de vista militar, após derrotar Besso, assassino de Dario III, e proclamar-se sucessor dos aquemênidas o rei incorporou grande contingente de persas em seu exército inaugurando uma política de fusão das armas, por outro lado adotou também profundas transformações institucionais e comportamentais, como a utilização de tiara, manto púrpura, da língua, a *proskynesis* persa, uma escolta real, de uma corte persa e, principalmente, das chamadas bodas de Susa. Na ocasião, em 324 a.C., enquanto o rei retornava com seu exército para onde seria o centro do império, a Babilônia, Alexandre proporcionou na cida-

de de Susa diversos casamentos entre mulheres persas e greco-macedônios (Sales, 2017, p. 137-140). Nesse sentido, Alexandre já não era mais, apenas, rei dos macedônios e persas, comandante absoluto dos gregos, mas *basileus* de todo império e de todos os povos que o integravam. De maneira ampla, Alexandre produziu uma nova cultura denominada como *helenística*, pois tendo o elemento grego e a língua grega como pilar, mesclou diversas culturas, inaugurando uma *civilização helenística* que marcou os séculos seguintes a sua morte.

Conclusão

É possível identificar como a construção das identidades de Alexandre, são permeadas por elementos simbólicos, principalmente de poder. Woodward (2014), discute que existe uma correlação entre a identidade individual e os objetos utilizados pela pessoa, de maneira que os títulos adotados pelo macedônio, desenvolvem um papel significativo como indicador tanto de diferença quanto de identidade que, no contexto da Antiguidade, possibilita apontar para a construção de um herói mitológico, um grande general e rei como Alexandre aparentou desejar. Destaca-se que o processo de construção identitária é simultaneamente simbólico e social. As lutas para afirmar identidades distintas têm implicações concretas e tangíveis, como fica evidenciado no conflito entre grupos envolvidos em determinadas guerras, assim como nas consequências turbulentas e nas adversidades sociais e econômicas resultantes do conflito (Woodward, 2014, p. 10).

Sendo assim, percebe-se que a adoção de títulos pelo macedônio ocorreu no conflito em busca da construção do império universal, e na maioria das ocasiões como resultado das batalhas políticas e militares travadas contra os povos que buscavam manter sua organização e seu poder, como ficou evidente na desarticulação do império Aquemênida. Como aponta Mossé ao final da campanha no Oriente:

[...] ele era, de algum modo, uma “realeza itinerante” [...] a autoridade de Alexandre estava relacionada à sua pessoa e, por isso mesmo, não era nem apenas macedônia, nem apenas oriental, mas uma criação pessoal que, ao mesmo tempo que englobava esses dois componentes, ultrapassava tanto um como outro.

[...] Alexandre não é mais só o *basileus Makedônôn*, nem o Basileus sem qualificativo, como era o rei dos persas. Ele é *basileus Alexandros*, apenas seu nome já qualificando a autoridade real. É, de algum modo, a encarnação do monarca ideal cuja imagem os pensadores gregos do século IV haviam construído [...] alguns de seus atos, nos últimos meses de sua vida, levam a pensar que ele se empenhou em esmerar sua imagem de chefe predestinado. Seus projetos [...] não revelam apenas uma evolução de seu caráter, mas bem mais a conscientização de um destino excepcional. Não foi por acaso que recebera honras como *theos aniketos*, deus invencível. (Mossé, 2004, p. 143)

Como pode-se compreender nas reflexões da autora, a junção dos “Alexandres” atribuiu novos significados a *basileia*, que a

partir do macedônio não se limitava mais, apenas, ao povo liderado, mas a própria figura dessa personagem. Os reflexos da imagem de Alexandre ecoaram por séculos de maneira que no período do principado, os governantes, por admiração pessoal ou interesse político e de propaganda, buscaram se associar de alguma forma ao macedônio, pois quanto mais próximo das virtudes de Alexandre, mais apto a governar estaria o *princeps*, de maneira que foram produzidas diversas obras literárias sobre o macedônio para atuarem como *exemplum* a essas autoridades (Pause, 2021, p. 99). Dessa forma, a figura do *basileus Alexandros* e sua campanha constituíram uma historiografia própria que condicionou diversos estudos que possibilitaram compreender melhor o novo mundo que emergiu da conquista.

Nesse contexto, com o presente artigo, buscamos ampliar as compreensões sobre essa personagem e seguir a linha de pesquisa na qual estamos inseridos. Nessas análises, estudamos Alexandre e sua campanha considerando as relações com os territórios, em específico com os espaços da cidade, que marcaram a construção do império universal, de maneira que o uso de múltiplas identidades é um dos artifícios que auxiliaram o que consideramos como uma estratégia política territorial implementada pelo macedônio, que consistiu na destruição de cidades, na fundação de novas cidades e no uso da diplomacia para estabelecer o domínio sobre o Oriente.

REFERÊNCIAS

Documentação primária

- ARRIANO. **Anábasis de Alejandro Magno**: libros I – III. Introducción de Antonio Bravo García; traducción y notas de Antonio Guzmán Guerra. Madrid: Gredos, 1982.
- DIODORO SÍCULO. **Alejandro Magno**. Introducción, traducción y edición de Antonio Guzmán Guerra. Madrid: Akal, 1986.
- ESTRABÃO. The Geography. In: DELPHI, C. (ed.). **The Complete Works of Strabo**. Hastings: Delphi, 2016.
- PLUTARCO. **Vidas Paralelas** - Alexandre e César. Tradução do grego, Introdução e Comentário de Maria de Fátima Silva & José Luís Brandão. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

Bibliografia

- ADCOCK, F. E. The Development of Ancient Greek Diplomacy. In: **L'antiquité classique**, v. 17, 1948. *Miscellanea Philologica Historica et archaeologia in honorem Van de Weerd*, p. 1-12.
- ANDRÉ, A. **A fabricação da 'basileia' Helenística**: um estudo sobre o governo de Antígono Monoftalmo e Demétrio Poliorcetes (321 – 301 A.C.). 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.
- BRIANT, P. **Alexandre, O grande**. Rio Grande do Sul: L&PM, 2010.
- CARNEY, E. **Olympias**: Mother of Alexander the Great. New York:

- Routledge, 2006.
- DJURSLEV, C. T. Heracles, Macedon, and Alexander the Great. In: OGDEN, D (ed.). **The Oxford Handbook of Heracles**. Oxford: Oxford University Press, 2021, p. 432-445.
- DROYSEN, J. G. **Alexandre, O Grande**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- FREEMAN, P. **Alexander the Great**. New York: Simon and Schuster, 2011.
- GABRECHT, A. A Hélade em crise. In: SILVA, G. V. (org.). **Grécia, Roma e o Oriente: da crise da pólis à época helenística**. Vitória: Flor&cultura, 2009, p. 11-36.
- GARCÍA BRAVO, A. Introducción, traducción y notas In: ARRIANO. **Anábasis de Alejandro Magno: libros I – III**. Madrid: Gredos, 1982, p. 149.
- HAMMOND, N. G. L. **Alexander the Great: King, Commander and Statesman**. London: Bristol Classical Press, 1980.
- JUNIOR, M. A. F; PERUCELLI, T. Cultura e identidade: compreendendo o processo de construção/desconstrução do conceito de identidade cultural. **Cadernos de estudos culturais**, v. 2. p. 111-133, 2019.
- MARTINS, P. R. Modelos de anti-embaixadas: Demóstenes e Aristófanos em Paralelo. Qual o papel do embaixador na Grécia Clássica? **Alétheia, Estudos sobre Antiguidade e Medievo**, v.2, n.2, 11 jul. 2019.
- MOSSÉ, Claude. **Alexandre, o Grande**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- PAUSE, H. H. **Alexandre Magno como Homem-fronteira: virilidade**

e identidade greco-romana na construção do monarca macedônio de Plutarco e Arriano. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2021.

SALES, J. C. De “garoto inofensivo” a basileus alexandros. Sobre as etapas de construção do império de Alexandre. **Hélade**, n. 2, v. 3, p. 130-150, 2017.

SILVA. T. T. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

SANT’ANNA, H. M. É possível mensurar a influência de Aristóteles sobre Alexandre, o Grande? Fontes antigas e historiadores modernos entre especulação e crítica histórica. **Diálogos**, v. 26, p. 51-68, 2022

VIAL, C. **Vocabulário da Grécia Antiga**. São Paulo: WMF Martin Fontes, 2013.

WOOSWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA. T. T. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014

História Contemporânea

A formação dos discursos fascistas no início do século XX

Bruna Teixeira Carneiro¹

Introdução

No cenário contemporâneo, o fascismo permanece como um tema extremamente polêmico na sociedade, gerando intensos debates entre os historiadores. Levando em consideração o grande movimento que se deu dentro da Europa na primeira metade do século XX, tendo sua origem na Itália e se propagando para outros países, principalmente na Alemanha, e os elementos históricos, como a formação da sociedade e a participação desses países na Grande Guerra, este estudo busca discutir como diferentes intérpretes dos fascismos europeus explicaram a construção e aceitação dos discursos fascistas, e o papel do discurso na compreensão das dinâmicas desses movimentos.

Como metodologia, utilizamos a *Análise de Discursos*, examinando o caráter interpretativo e estudando o objeto de investigação em seu contexto natural, tentando assim atribuir sentido aos fenômenos, levando em consideração os significados atribuídos

¹ Professora Doutoranda em Educação Física, Mestre em Educação Física e Graduada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).
E-mail: bruna.es.br@gmail.com

pelos indivíduos. Em relação à seleção e organização do *corpus*, dois elementos são geralmente utilizados: *o recorte e o enunciado*. Dessa maneira, segundo Silva e Araújo (2017), cabe ao analista levar em consideração as condições de produção às quais o interlocutor está sujeito ideologicamente e relacionar o discurso com o texto.

O campo discursivo é formado pelos discursos de Benito Mussolini e Adolf Hitler. Para isso, utilizamos a perspectiva teórica de Michel Pêcheux (1990) e Jacques Courtine (1999) sobre a *Análise do Discurso*. Courtine (1999) afirma que ao tratar do discurso não se está tratando da língua, “De uma ordem própria, distinta da materialidade da língua [...], mas que se realiza na língua: não na ordem do gramatical, mas na ordem do enunciável”. Assim, o enunciado pode ser algo mais do que palavras, imagens, etc. É como “um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; como um átomo no discurso” (COURTINE, 1999, p. 99).

Nesse sentido, Courtine (2006, p. 6-7) destaca que “[...] o discurso político não pode ser dissociado da produção e recepção de imagens [...] e isso mudou profundamente os modos de subjetivação, regulados por novas práticas”. Dessa maneira, é importante salientar que, seguindo as orientações teóricas da *Análise de Discursos*, não devemos deixar de lado a relação do discurso com o sujeito e as práticas sociais, dado que somos sujeitos formados social, ideológica e historicamente e, portanto, os discursos que produzimos refletem essa formação.

É válido destacar que cada fascismo, apesar das similaridades, defendia a sua total originalidade histórica e nacional, “[...] buscando no seu próprio solo e céu as origens de suas ideias. Todos os fascismos foram marcados por um notável historicismo” (SILVA, 2000, p. 123). Portanto, ao aceitarmos as ideias da originalidade nacional, precisamos lembrar que estas eram um dos elementos de base do supremo nacionalismo, pois cada fascismo floresceu e se construiu na ideia de que a identidade nacional era baseada em uma linhagem sanguínea única e exclusiva. Assim, os líderes, cada qual da sua forma, utilizaram as vitórias do passado para fortalecer as suas falas.

Nesse sentido, acreditamos que compreender a construção do fascismo ao longo da história é fundamental para identificar e analisar os reflexos de suas práticas e ideias na sociedade atual. Através do estudo da ascensão do fascismo em diferentes contextos, podemos entender como suas ideias foram difundidas e utilizadas pelos líderes para manipular e controlar as massas, bem como as consequências sociais, políticas e econômicas dessas ações.

Somado a isso, salientamos que ainda não existe um conceito de fascismo que seja universalmente aceito. Essa falta de consenso pode ser explicada pela complexidade que envolve o tema, que divide opiniões até nos dias atuais. Nesse sentido, no próximo item, aprofundaremos o estudo das diretrizes ideológicas do fascismo, apresentando suas características principais.

O fascismo enquanto doutrina: ideologia e princípios

O fascismo é uma doutrina política que surgiu na Europa no início do século XX, durante a Primeira Guerra Mundial, e teve o seu auge na década de 1930, com os regimes totalitários de Adolf Hitler na Alemanha e Benito Mussolini na Itália. Como ideologia, o fascismo se opõe ao liberalismo, à democracia e ao socialismo, defendendo a supremacia do Estado e da coletividade em detrimento dos direitos individuais. Além disso, o fascismo é marcado pela exaltação do nacionalismo, do militarismo e da violência como meios legítimos de alcançar seus objetivos políticos.

De acordo com Carvalho (2007), um dos principais princípios do fascismo é o nacionalismo, que se manifesta na ideia de que a nação é um organismo vivo, que deve ser preservado a todo custo. Para os fascistas, a identidade nacional é uma construção histórica e cultural que precisa ser protegida contra a influência de outras nações ou grupos étnicos. Além disso, o fascismo prega a superioridade da raça ou da cultura nacional em relação às outras, o que pode levar a práticas discriminatórias e genocidas, como ocorreu durante o *Holocausto* na Alemanha Nazista.

Outro princípio fundamental do fascismo é o autoritarismo, que se manifesta na crença de que o Estado deve ter um papel central na vida da sociedade, controlando todos os aspectos da vida pública e privada. Para os fascistas, a democracia e o liberalismo são fracassos políticos que enfraquecem a nação e impedem o Estado de agir em benefício da coletividade. Nesse sentido, o Estado fascista é totalitário, ou seja, exerce um controle absoluto sobre

todos os aspectos da vida da sociedade, inclusive a economia, a cultura, a religião e a educação (PAXTON, 2004).

O fascismo como doutrina é marcado por um uso específico da linguagem, que tem um papel fundamental na criação e manutenção do movimento. Segundo Piovezani e Gentile (2020), a linguagem fascista é caracterizada por uma retórica agressiva e emocional, que visa mobilizar as paixões e instintos primitivos do ser humano. Ela é marcada por um vocabulário simplista e reducionista, que busca simplificar questões complexas em soluções fáceis e rápidas. Além disso, a linguagem fascista frequentemente exalta a violência e a guerra como meios legítimos para alcançar objetivos políticos, ao mesmo tempo que desumaniza os grupos considerados inimigos do movimento. Assim, a linguagem fascista é um instrumento poderoso de propaganda e manipulação das massas, permitindo a criação de um consenso em torno das ideias e princípios do movimento.

O Estado totalitário fascista é definido por meio de sua oposição forte ao liberalismo, à democracia, ao socialismo, que buscam sempre respeitar a liberdade, a individualidade e a igualdade. O fascismo defende o interesse da coletividade, onde cada sujeito precisa se inserir e, também, o domínio do Estado. O *socialismo* de Karl Marx também é abominado, já que para o fascismo não há nenhum reconhecimento por parte deste sobre a conexão existente entre corpo social e identidade pátria (CARVALHO, 2007).

Além das suas oposições ideológicas, o fascismo encontrou terreno fértil no contexto europeu da época, pois segundo Furet

(1995, p. 202), para seus líderes:

[...] a aprendizagem recebida nas trincheiras: o hábito da violência, a simplicidade das paixões extremas, a submissão do indivíduo ao coletivo, enfim, o amargor dos sacrifícios inúteis, ou traídos. Pois bem, é nos países vencidos no campo de batalha ou frustrados pelas negociações de paz que esses sentimentos encontram seu terreno mais eminente.

Nesse sentido, os países derrotados se encontravam num ambiente mais apropriado para a criação de seus regimes, pois a sua população, além de frustrada devido ao sentimento de derrota, estava vivendo em condições degradantes no período pós-guerra, com sua economia em colapso.

Esse período foi chamado de “Era das Massas”² por alguns historiadores, dado que uma característica desses movimentos foi a capacidade de seus líderes de movimentar um grande número de pessoas, tornando um modesto cidadão um sujeito ativo da nação e o integrando a política, não pela educação e sim pelas recordações de uma guerra perdida. Portanto, “[...] as massas não entram na ação como conjuntos de indivíduos esclarecidos que fizeram um aprendizado progressivo da política moderna [...] elas passaram brutalmente da guerra à paz” (FURET, 1995, p. 202). Dessa maneira, o fascismo se apresentava como uma alternativa radical e sedutora para muitos indivíduos que buscavam uma saída para

² Fase de difusão das ideias sobre a democratização no período de ascensão do povo ao cenário da política, conhecida também como a Era das Multidões.

a crise política e social que assolava a Europa no período entre-guerras.

Nesse contexto, surgiram líderes autoritários que prometiam restaurar a ordem e a grandeza da nação, apelando para o nacionalismo, o anticomunismo e a supremacia da raça ou cultura dominante. De acordo com Calazans Falcon (1974), o fascismo não foi uma ideologia homogênea, mas sim um movimento multifacetado que apresentou variações de acordo com as especificidades históricas e culturais de cada país. No entanto, em geral, o fascismo se caracterizou por um forte culto à personalidade do líder, pela intolerância com opositores políticos e grupos minoritários, e pela defesa da violência como instrumento legítimo de ação política.

Exaltando valores relacionados ao coletivo e ao nacionalismo, o movimento fascista defendia a superioridade do Estado, devendo o cidadão subordinar-se a ele. Todavia, esse movimento também defendeu o Estado como uma unidade, compreendendo-o de forma completa como um segmento onde não se poderia tolerar a divisão de poderes.

Para Mussolini, somente o fascismo poderia proporcionar o desenvolvimento da nação italiana, mesmo que para isso fosse preciso sacrificar o seu povo na guerra. Por outro lado, o Estado nacional-socialista da Alemanha, embora também fosse totalitário, tinha uma abordagem diferente no que se refere à relação da nação com o Estado. Conforme Carvalho (2007), a população alemã era vista como um elemento central, sendo compreendida a

partir da perspectiva histórica e biológica da raça. Nessa visão, o Estado nascia da raça alemã, tendo como função unir e difundir a sua superioridade racial.

De acordo com Carvalho (2007), por não acreditarem que todos os homens são iguais perante a sociedade, os fascistas se opõem aos números, ao direito ao voto e às massas. A partir disso, origina-se a elite, a ideia de superioridade e da aptidão. Esses superiores não são somente os que governam o país ou os da raça eminente, mas são, de forma ampla, os militares e os guerreiros, os membros dos partidos fascistas e os indivíduos do sexo masculino.

Oposto à crítica, à apuração e inventor de determinadas doutrinas, o fascismo totalitário rejeita a verdade racionalista da cultura do ocidente. Longe disso, preza pelo fanatismo e pela coação nacionalista, não somente no que se refere ao Estado e à Nação, mas igualmente para com o seu chefe. Seu ideal e marca é “Um Povo, um Império, um Chefe” (BEZIMENSKI, 2009, p. 47).

O movimento fascista se perpetua com uma nação servil, carente de criticidade e de autonomia, porém com uma consciência de coletividade. Os princípios do fascismo são disseminados tendo como principal alvo o público jovem, já que as crianças são consideradas como pertencentes ao Estado mais do que à própria família (CARVALHO, 2007).

Segundo Carvalho (2007), as bases sociais onde o fascismo se apoiou são heterogêneas. São elas: as classes médias dos comerciantes menores prejudicados pelo capitalismo; a classe de

funcionários rebaixados por causa da inflação; os dirigentes da economia, do exército, da cultura e da Igreja, que buscam garantir seus privilégios; e, até das classes laboriosas que buscam uma vida mais digna e com direito ao bem-estar, por meio do desemprego.

Durante o período entre as duas guerras mundiais, a Europa foi palco de uma série de movimentos políticos de extrema-direita que resultaram em revoluções, ditaduras e regimes autoritários em vários países. O fascismo, em particular, surgiu como uma ideologia política que rejeitava o liberalismo, o socialismo e a democracia, e buscava estabelecer um estado autoritário e totalitário baseado na supremacia da nação e da coletividade em detrimento dos direitos individuais. Essas revoluções de direita tiveram consequências significativas e duradouras na história europeia, especialmente na Segunda Guerra Mundial e em seus efeitos pós-guerra. Nesse contexto, os discursos de Hitler e Mussolini desempenharam papéis cruciais na propagação e legitimação do fascismo, como veremos no tópico a seguir.

Os discursos de Hitler e Mussolini

No processo de construção do fascismo, desde a sua criação até sua disseminação por toda a Europa, a frequente utilização do discurso desempenhou um papel crucial para que seu movimento obtivesse sucesso. Nesse sentido, aqui damos início ao processo de análise do *corpus* discursivo. Todas as enunciações utilizadas aqui serão contextualizadas de forma política e social, pois, segundo a metodologia da *análise de discurso*, isto é fundamental

para compreendermos o sentido produzido pelos discursos.

Trabalhamos com a categoria de discurso como “palavra em movimento, prática de linguagem” (ORLANDI, 2009, p. 15). Em outras palavras, a análise de discurso não vai analisar o texto apenas pelo texto, mas sim contextualizar com o momento histórico no qual o texto foi proferido e buscar seus efeitos na sociedade. Para tanto, iremos apresentar alguns discursos que evidenciam os caminhos que Mussolini e Hitler percorreram para alcançar seu objetivo: conquistar a massa populacional. Assim, procuramos identificar também as semelhanças dentro dos discursos de Hitler e Mussolini, que projetam com clareza as características gerais do movimento fascista.

Ao aplicarmos a análise de discurso aos discursos de Hitler e Mussolini, buscamos a compreensão de como os textos produzem sentidos simbólicos e como eles impactaram aqueles sujeitos. Afinal, todo discurso está ligado às suas condições de produção. Todo discurso formulado é carregado de sentidos, que foram formados em um contexto sócio-histórico e ideológico. As condições de produção do discurso atendem às demandas de um grupo, indo além do contexto de uma época, pois visam o controle, a produção e o uso da memória para a construção do imaginário social (ORLANDI, 2009).

Como podemos observar em uma parte do *Discurso de Udina*, Mussolini afirma em todo momento que a disciplina é importante para que a Itália consiga se reerguer e se impor aos países que a prejudicaram no final da Grande Guerra de 1918. Esses argumen-

tos impactam na ausência de oposição por parte da população em relação às medidas adotadas pelo governo. Se compararmos com os discursos de Hitler, é possível perceber que ambos discorrem sobre a importância da disciplina do povo mediante tudo o que acontecia no país.

Eu sou pela mais rígida disciplina. Devemos impor a nós próprios a mais férrea disciplina, porque doutro modo não temos o direito de impô-la à Nação. E é só através da disciplina da Nação que a Itália poderá fazer-se sentir no concerto das outras nações. A disciplina deve ser aceite. Quando não é aceite, deve impor-se. Repudiamos o dogma democrático de que se deve agir eternamente por meio de prédicas, sermões e sermonetes de natureza mais ou menos liberal (MUSSOLINI, 1935, p. 9).

É nítido nos discursos de Mussolini como ele tinha o domínio de todo o contexto histórico europeu e como utilizava argumentos e comparações para justificar o uso da violência. Dessa forma, Mussolini denominava o que era uma violência boa e moral para o funcionamento de um país e o que era uma violência ruim, citando como exemplo o uso errôneo da violência feito pelos comunistas e pela União Soviética.

É possível notar os meios utilizados por Mussolini para tirar o peso do uso da violência de seu partido, e como ele a direciona, pois esta nunca é dirigida para a população e sim para os inimigos da nação. Isso está explícito no trecho “a nossa violência é uma

brincadeira de crianças”, onde Mussolini além de justificar o uso da violência, busca suavizá-la, comparando-a a uma brincadeira infantil, algo ingênuo e puro, desprovido de maldade.

E chego agora ao tema da violência. A violência não é imoral. A violência é algumas vezes moral. Contestamos a todos os nossos inimigos o direito de se queixarem da nossa violência, porque comparada à que se praticou nos anos infastos de 19 e 20, comparada à dos bolchevistas da Rússia, onde dois milhões de pessoas foram executadas e outros dois milhões jazem ainda nos cárceres, a nossa violência é uma brincadeira de crianças (MUSSOLINI, 1995, p. 7).

O uso da violência sempre foi defendido pelos líderes fascistas e, como vemos no trecho a seguir, Mussolini utiliza de argumentos para justificar o uso da violência. Vale ressaltar que o mesmo sempre direcionava contra quem essa violência seria utilizada e, mais importante do que isso, ele utiliza de meios para expor que isso seria algo positivo não só para o governo, mas também para todo o país, pois seria importante para o sucesso e bem-estar populacional.

Assim, quando ela resolve uma situação gangrenosa, a nossa violência é moralíssima, sacrossanta e necessária. Mas, ó amigos fascistas - e falo aos fascistas da Itália inteira - é necessário que a nossa violência possua caracteres específicos, fascistas. A violência de dez contra um é de repudiar e condenar. A violência que não se explica deve ser repudiada.

Há uma violência que liberta e uma violência que acorrenta; há uma violência que é moral e uma violência que é estúpida e imoral (MUSSOLINI, 1995, p. 29).

É possível observar como Mussolini usa do contexto político caótico liberal pelo qual a Itália estava passando para impor o seu modelo fascista e como esse modelo era totalmente oposto ao modelo liberal. Dessa forma, a violência era mais do que justificável; era necessária para que se alcançasse o sonhado sucesso. De acordo com Bosworth (2002), um dos objetivos imediatos na política de Mussolini era criar um Estado forte e unificado, capaz de mobilizar as massas para alcançar os seus objetivos políticos.

Para isso, Mussolini adotou políticas autoritárias e nacionalistas, como a censura da imprensa, a perseguição aos oponentes políticos e a propaganda em massa para difundir a sua ideologia fascista. Além disso, o governo Mussolini investiu fortemente em infraestrutura, especialmente na construção de rodovias e na modernização do setor industrial, visando transformar a Itália em uma potência econômica.

Nos discursos de Mussolini, é nítida a forma como ele trabalha os conceitos do fascismo. A “multidão” sempre é citada em suas falas e trabalhada dentro de seu regime, pois o seu governo sempre tentava trazê-la para próximo de si. Entretanto, em seus discursos, é possível observar que Mussolini critica a maneira como essa ideia da massa era trabalhada nos regimes liberais e, principalmente, no regime comunista, deixando claro que esta

deve ser sempre submissa ao regime e nunca o contrário.

Outro argumento pode prestar-se às esperanças dos nossos adversários: o argumento multidão. Vós sabeis que eu não adoro a nova divindade: a multidão, que é uma criação da democracia e do socialismo. Só pelo fato de serem muitos devem ter razão: - de maneira nenhuma. Muitas vezes é o contrário que se verifica, quer dizer, é o número que se opõe à razão. Sempre a história demonstrou que minorias exíguas a princípio produziram profundas modificações na sociedade humana. Não adoramos a massa, mesmo quando ela possua nas mãos e no cérebro os mais sacrossantos calos: pelo contrário, trazemos a exame dos fatos sociais concepções e elementos novos, pelo menos, no ambiente italiano (MUSSOLINI, 1995, p. 30).

Dessa maneira, fica evidente a crítica de Mussolini ao comunismo e ao que ocorreu na União Soviética em 1917. É possível notar o estereótipo de cidadão e de governo que Mussolini pregava e como este líder ligava o sinônimo de força ao fascismo, ao mesmo tempo em que ligava o sinônimo de fraqueza aos modelos políticos anteriores, se aproveitando não só do contexto histórico recente da Itália, mas também da descrença da população em relação à política.

Mas os nossos políticos conduziram a guerra como teriam conduzido um negócio de administração vulgar. Estes homens que todos nós conhecemos, e cuja imagem física tra-

zemos no pensamento, apresentaram-se fracos, impotentes, cansados e vencidos (MUSSOLINI, 1995, p. 30).

Observando o trecho acima, podemos perceber que a grande jogada de Mussolini era direcionar os erros cometidos e caracterizar de forma negativa o governo anterior, bem como seus representantes. Na Alemanha, há um cenário discursivo importante para o desenvolvimento do nazismo, afinal, esse foi o país que mais sofreu consequências com o final da Primeira Guerra Mundial, não só pelos tratados que o culpavam pela guerra, mas pelo sentimento de derrota que surgiu no povo.

Uma característica muito presente nos discursos de Hitler era o encorajamento da população para que fosse à luta e alcançasse os seus objetivos (ARAÚJO, 2019). Assim, ele trazia para as pessoas a responsabilidade do sucesso do país e, portanto, tudo deveria ser conseguido através de suas lutas e vitórias, como vemos a seguir: “Sabemos que nada é entregue gratuitamente a um povo. Tudo deve ser conquistado através de lutas. Não existe nada que você tome posse antes de aprender e instilar a si mesmo” (HITLER, 1934, p. 1).

Hitler instalou a formação de um novo *Reich* e a base desse *Reich* era a nação como um corpo único. Era importante para o movimento que as pessoas estivessem ligadas a uma mesma ideia para que não houvesse divergência de pensamentos entre elas. Ao analisar o discurso de Hitler, podemos perceber as bases antipitalistas e anti socialistas presentes em suas falas, bem como os

pedidos de submissão do povo ao partido, pois outra característica forte desses discursos eram as falas que zelavam pela obediência e lealdade. Vejamos:

Nós não queremos mais ver classes e status sociais diferentes, então vocês não podem permitir-se nutrir atitudes que promovam essas coisas. Nós queremos ver um *Reich*, e mesmo agora vocês devem treinar vocês mesmo para isso em uma organização. Nós queremos que nossa gente seja leal, e vocês deverão aprender essa lealdade. Nós queremos que nossa gente seja obediente, e vocês deverão treinar a obediência. Nós queremos que nossa gente seja amante da paz, mas também valente. Ainda que pronta para a paz (HITLER, 1934, p. 1).

É possível notar a forma como Hitler se aproveita do momento que a Alemanha vivia de instabilidade financeira e descrença na política, passando a responsabilidade da recuperação da nação para a população, como podemos observar no recorte abaixo:

Nós não queremos que nosso povo seja fraco, mas que ele seja resistente a fim de suportar as dificuldades da vida. E você deve treinar você mesmo para isso na juventude. Nós queremos que nosso povo ame a honra, e você deve se entregar ao princípio da honra logo nos primeiros anos de juventude. Tudo o que nós esperamos da Alemanha nos próximos anos, nós esperamos de vocês, garotos e garotas (HITLER, 1934, p. 1).

Hitler busca justificar as atitudes tomadas pelo governo com o objetivo de fazer com que o povo não sinta culpa ou remorso por qualquer atrocidade cometida. Logo após, ele emenda com uma fala de ideal nacionalista: “Mas em vocês, a Alemanha viverá”. Pode-se perceber que Hitler traz novamente a responsabilidade dos acontecimentos do país para as pessoas.

Vocês devem praticar tais coisas, e com isso, contribuir para o futuro. Não importa o que criamos hoje e o que fazemos, um dia deixaremos esse mundo. Mas em vocês, a Alemanha viverá. E quando não restar nada de nós, vocês devem carregar a bandeira em suas mãos - a bandeira que uma vez erguemos a partir do nada (HITLER, 1934, p. 2).

Diante de toda a situação que envolveu a Alemanha até 1934 com a derrota na Primeira Guerra em 1918 e de tudo que a população sofreu nos anos seguintes, que piorou ainda mais devido à Crise de 1929, se tornou importante, por meio dos discursos, amenizar o peso do passado e oferecer esperança à população.

Hitler tinha domínio do contexto histórico e podemos ver isso com clareza dentro dos seus discursos. Ele sabia que o povo estava desacreditado em relação à política e aproveitou os resultados positivos de seu governo já no seu primeiro ano no poder. Suas frases faziam efeito devido aos termos utilizados e atribuíam o sucesso da reconstrução da Alemanha, principalmente o sucesso econômico, às pessoas. Assim, por meio de seus discursos, Hitler enaltecia a obediência da população, sempre utilizando frases na-

cionalistas no meio de seus elogios, como vemos no recorte abaixo:

A Alemanha olha para vocês com orgulho. Os corações de todos aceleram de alegria quando olhamos para vocês. Nós olhamos para vocês com a promessa que nosso trabalho não foi em vão e percebemos que isso trará frutos para nosso país. Todos nós estamos agarrados em uma felicidade orgulhosa por ver em vocês o cumprimento do nosso trabalho. Com isso nós temos a garantia de que aqueles que morreram na Primeira Guerra Mundial - o grande número de camaradas nossos - não fizeram um sacrifício pela Alemanha em vão, e no final um povo espirituoso, livre, e amante da honra irá emergir (HITLER, 1934, p. 2).

No trecho acima, podemos observar o uso constante de frases de efeito que possuem como objetivo transformar público e o partido em um único corpo. Ressaltamos que toda essa análise é feita em apenas um discurso de Hitler e, dessa forma, podemos observar a quantidade de vezes que ele enfatiza os mesmos ideais usando frases diferentes como estratégia para persuadir o seu público.

Como podemos observar, o modo como Hitler trabalhava e transpassava a ideologia nazista fazia com que uma sociedade descredida não só da política, mas de uma prosperidade nacional, voltasse a sonhar com tempos melhores e tivesse esperança não na política e sim no futuro do país. Dessa maneira, a ideologia

de Hitler oferecia um meio pelo qual as suas fantasias podem ser expressas e descarregadas ao nível de realidade social e, por isso, devemos destacar o poder da retórica dentro dos movimentos.

Diante de tudo o que foi abordado neste trabalho, sobre as características dos regimes fascistas e o papel do discurso para o sucesso desses movimentos, aqui referindo-se mais especificamente ao regime italiano e ao alemão, podemos observar diversas semelhanças nos discursos realizados por Hitler e Mussolini. Estas convergências evidenciam a importância do discurso como ferramenta unificadora e mobilizadora dentro do contexto fascista, bem como de compreender esses padrões discursivos para uma análise mais abrangente desses regimes históricos.

Considerações finais

Ao observar algumas similaridades presentes nos discursos de Mussolini e Hitler, vemos que esses dois líderes pregavam pela mesma ideologia e usavam dos mesmos mecanismos e praticamente das mesmas falas para impor suas ideias. Algumas características do movimento podem ser observadas dentro dos discursos, bem como certas similaridades dos ideais dos dois líderes.

Dentre as semelhanças identificadas nos discursos, destacamos que tanto Hitler quanto Mussolini prezavam pela obediência e lealdade, afirmando por meio de seus discursos que somente por meio delas a nação conseguiria se reerguer. A violência, segundo eles, tinha justificativa e seria o “meio” de chegar ao objetivo final,

o que tirava o peso dos atos violentos cometidos.

Vemos o lugar e a posição dos sujeitos tanto na formação dos discursos pelos líderes, quanto na aceitação do povo. Esses elementos, isto é, a relação entre lugar e a posição dos sujeitos, causam um efeito de sentido entre os interlocutores, dado que todo discurso produzido está vinculado há um contexto social, institucional e imaginário. O povo era responsável pela recuperação do país e a única esperança que restava para a nação. Este povo não podia ser qualquer povo, mas um povo forte, valente, leal e pronto para fazer o que fosse necessário para alcançar a vitória.

Portanto, por meio deste trabalho procuramos evidenciar que Hitler e Mussolini deram vida ao fascismo e o seu advento ocorreu, dentre outras causas que aqui não foram destacadas, por conta do modo como os discursos foram utilizados por esses líderes. As semelhanças e diferenças identificadas nos discursos de Mussolini e Hitler nos permitem entender melhor as dinâmicas do movimento fascista na Europa e como o discurso político pode ser usado para mobilizar as massas e justificar a violência e a opressão. Salientamos que não pretendemos aqui esgotar o assunto tratado, pois é evidente a necessidade de estudos posteriores, que talvez com mais tempo e recursos abordem de forma mais profunda a utilização dos discursos por esses dois importantes líderes fascistas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, G. C. Releitura de obra de arte na educação escolar: um estudo de caso. **Anais do III Congresso Internacional: trabalho docente e processos educativos (EPEDUC)**, Uberaba - MG, 2015.
- ARAÚJO, J. M. **Nas fronteiras da história: uma análise dos discursos de Hitler (1933 - 1934 - 1938)**. 2019, 131p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.
- ARENDT, H. **As origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BERTONHA, J. F. Sobre fascismos e ditaduras: a herança fascista na formação dos regimes militares do Brasil, Argentina e Chile. **Rev. hist. comp.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 203-231, 2015.
- BEZIMENSKI, L. **O Militarismo Alemão com/sem Hitler**. Tradução de Hílcar Leite. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1967. Vols. 1 e 2.
- BRAGA, S. C. **A leitura freudiana de Norbert Elias sobre o Nazismo: civilização como produtora de anticivilização**. 2018, 107 p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, 2018.
- BOSWORTH, R. J. B. **Mussolini**. London: Arnold Publishers, 2002.
- CALAZANS FALCON, F. J. **Origens históricas dos movimentos fascistas**. In: RODRIGUES, A. E. M (org.). Fascismo. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. p. 23-46.
- CARON, G. R. **Discursos de Benito Mussolini: Permanências e**

- Mudanças (1919-1922). 2015, 126 p. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.
- CARVALHO, P. C. **O Fascismo e o Nazismo**. CIARI - Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais, 2007.
- COURTINE, J. J. O discurso inatingível: Marxismo e Linguística (1965-1985). In: **Cadernos de tradução**. Tradução de Heloísa M. Rosário, Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 5-18.
- _____. **Metamorfoses do Discurso Político**: derivas da fala pública. Tradução de Nilton Milanez e Carlos Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2006.
- DE FELICE, R. **Breve História do Fascismo**. Lisboa: Casa das Letras, 2005.
- DISCURSO de Hitler aos jovens alemães. Disponível em: <https://discursostranscritos.tudoportal.com/2015/03/11/discorso-de-hitler-aos-jovens-alemaes-1934>. Acesso em: 11 de agosto de 2023.
- ELIAS, N. **Os alemães**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- FAUSTO, B. A interpretação do nazismo, na visão de Norbert Elias. **Mana [online]**, vol. 4, n. 1, p. 141-152, 1998.
- _____. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FURET, F. **O Passado de uma Ilusão**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Siciliano, 1995.
- GRIFFIN, R. **The Nature of Fascism**. London: Routledge, 1995.
- HOBBSBAWN, E. J. **A Era dos Extremos - o breve século XX (1914-1991)**. 2 ed. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Com-

- panhia das Letras, 1995.
- KOENIGSBERG, R. **Hitler's ideology: A study in psychoanalytic psychology**. New York: Library of Social Sciences, 1975.
- KONDER, L. **Introdução ao Fascismo**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.
- PAXTON, R. O. **A Anatomia do Fascismo**. Tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- PÊCHEUX, M. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, p. 7-24, 1990
- MUSSOLINI, B. **A Doutrina do Fascismo**. Firenze: Grafiei A. Vallecchi, Viale dei Mille, 1935.
- _____. **Discurso da Revolução**. Tradução de Francisco Moraes. In FINAL CONFLICT, Londres: ITP, 1995.
- ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.
- PIOVEZANI, C; GENTILE, E. **A linguagem fascista**. São Paulo: Hedra, 2020
- ROLLEMBERG, D; QUADRAT, S. V. (orgs.). **A Construção Social dos Regimes Autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- SILVA, C. C. **A didática na perspectiva fenomenológica**. 2009, 275 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.
- SILVA, F. C. T. **Os Fascismos**. In: O Século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SILVA, J. C.; ARAÚJO, A. D. A metodologia de pesquisa em análise

do discurso. **Grau Zero - Revista de Crítica Cultural**, v. 5, n. 1, p. 17-32, 2017.

WAINER, J. **Métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa para a Ciência da Computação**. In: KOWALTOWSKI, Tomasz; BREITMAN, Karin (Org.). *Atualização em informática: Sociedade Brasileira de Computação e Editora PUC Rio*, v., p. 221-262, 2007.

Império Britânico em Perspectiva: Análise contraposta de “O Fardo do Homem Branco” e o Congresso de Baku no contexto colonial dos séculos XIX e XX

Hiasmim da Silva do Espírito Santo ¹

Introdução

O trabalho buscou evidenciar a alteridade que surge do confronto entre colonizadores e colonizados no contexto da expansão do império britânico. Considerando sua grande expressão territorial, o império conseguiu abranger vários continentes, como a África, América, Ásia e parte do Oriente Médio. Tais interferências em terras ultramarinas parecem ter recebido forte apoio entre os cidadãos ingleses. As fontes selecionadas tratam dessa dicotomia entre o poder na percepção dos dominadores e dos dominados. Para isso, não apenas o poema de Rudyard Kipling é utilizado, mas também se observam as falas e posturas dos colonizados que participaram do Congresso de Baku, no Azerbaijão soviético (à épo-

¹ Hiasmim da Silva do Espírito Santo é mestranda no Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal do Espírito Santo. Integrante do Laboratório de Teoria da História e História da Historiografia e participante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Filosofia e Linguagens do Centro de Educação da UFES. E-mail: Hiasmim.hist@gmail.com.

ca), em 1920. Abaixo, segue uma imagem que busca demonstrar a extensão territorial do império:

Figura 1- Territórios que já foram considerados partes do Império Britânico



Fonte: British Empire Por The Red Hat of Pat Ferrick - Wikipédia²

O recorte se concentra na conexão compartilhada entre ambas as fontes: a descrição do império inglês e sua manifestação diante de outras culturas. No entanto, são claramente distintas em formato e alcance de circulação. A análise das fontes e seu público-alvo podem auxiliar na compreensão desses eventos, permitindo-nos vislumbrar a natureza política presente nas obras e

² Disponível: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio_Brit%C3%A2nico > Acesso: 10/01/2023.

contribuindo para a construção de uma narrativa.

O poema de Rudyard Kipling foi originalmente escrito para o Jubileu da Rainha Vitória, mas foi publicado na revista McClure's em 1898, em apoio à intervenção dos Estados Unidos nas Filipinas. Vale ressaltar que Kipling nasceu fora da Inglaterra, na Índia, em Bombaim, no dia 30 de dezembro de 1865, e apesar disso, sentia-se vinculado ao povo inglês na metrópole, defendendo o direito do “Homem Branco” de ser imperialista³.

No entanto, tamanha opressão perpetrada pelo imperialismo fez surgir o sentimento de revolta e que não se pode ser negado dado a influência astronômica que foi a Revolução Socialista Russa de 1917 para os povos colonizados. Na esfera de influência soviética temos o Congresso de Baku que ocorreu do dia 1 até o dia 8 de setembro de 1920 em Baku, Azerbaijão. A organização foi um marco anticolonial, uma grande deliberação dos povos do Oriente contra o imperialismo e a possibilidade de uma nova guerra. O congresso reuniu delegados de vários continentes como América, África, Ásia e Europa. Unidos, redigiram o Manifesto do Congresso dos Povos do Oriente.

Kipling e a benevolência imperial

O fardo do homem branco não é um simples poema, esse do-

³ Para maiores informações sobre Kipling, recomendo os links: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/o-fardo-do-homem-branco-em-charges.phtml>>, <<https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/o-fardo-do-homem-branco/>> e <https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Fardo_do_Homem_Branco>. Acessados em: 26/12/2023.

cumento possui inúmeras camadas sobre a condição de classe em que se imaginava estar e o lugar que ela condicionava aos outros. Rudyard Kipling, é um homem de poder na sociedade indiana, que representa as visões de mundo que partem da Inglaterra sobre os outros:

Seus cativos, servos obstinados,

Metade demônio, metade criança (Kipling, 2020, p.1)

Ao comparar não brancos com demônios, se precisa lembrar que a figura do demônio é sempre um ser maléfico. O demônio é a produção do mal e daquilo que não pode ser bem-visto. No entanto, ao se falar da criança invoca a sensibilidade como uma fraqueza, pois a criança é dotada de sensibilidade. Sendo assim, o não branco é aquele esteticamente feio, mas que no seu quadro de interação é fácil de ser sabotado pela ingenuidade, para Rudyard Kipling. A questão do lugar do outro como esse lugar de submissão e inferiorização é fortemente marcada, pois recai em seu poema em outro trecho:

Olha a indolência e loucura pagã

Levando sua esperança ao chão (Kipling, 2020, p.1)

A ideia que essa mensagem passa é que as crenças e a forma de enxergar o mundo dos não brancos é um erro pagão que leva

as esperanças de transformação do homem branco ao chão e esse homem branco braço do governo imperial é visto como sofredor:

Vão, condenem seus filhos ao exílio
Para servirem aos seus cativos
Acabaram-se seus dias de criança
O louro suave e ofertado
O louvor fácil e glorioso
Venha agora, procura sua virilidade (Kipling, 2020, p.2)

O recorte apresenta como catástrofe o convívio de brancos e não brancos. O trecho demonstra como a vida do colonizador era difícil, pois estava largando tudo, segundo o autor, para reconstruir e elaborar melhor o mundo. Kipling também justifica a guerra quando feita pelos imperialistas:

As guerras selvagens pela paz
Encha a boca dos Famintos,
E proclama, das doenças, o cessar (Kipling, 2020, p.1)

Percebe-se que a condição de erudição e domínio do colonizador (representado por Kipling) sobre o colonizado é um marco da cultura, no entanto, uma cultura excludente, dado que para se fazer valer ela necessita eliminar todos os que não estão nas

mesmas condições estratificadas pelos britânicos. Todavia, essa boemia na qual se encontra o colonizador é atribuída em detrimento da escravização e vulnerabilidade da vida do colonizado. Lembrando a fala do professor doutorando João Carvalho:

Esse duplo ataque que não permite a igualdade de semelhantes nem o reconhecimento de desiguais que comungam de algo em comum leva à mumificação da cultura local e conduz o sujeito ao espaço do não-ser. Privado daquilo que o tornava humano, tais pessoas se encontram em um limbo jurídico e moral, um estado de exceção constante, justificado e reificado pelo próprio Estado, eis na situação colonial que a maior parte da população vive abertamente nua (Carvalho, 2021, p.18)

Quando o subalterno falou e o lugar do império britânico na fala do subalterno

Pode o subalterno falar? Essa é a célebre pergunta que advoga em favor de pensar a condição dos sujeitos dominados e sua relação com os dominantes. Nesse sentido, como Gayatri Chakravorty Spivak introduz, o sujeito subalterno é a fração pertencente à classe trabalhadora e que não pode fugir das vias de seu destino de vender sua força de trabalho e não raramente estar a mercê de trabalhos inóspitos. Para aprofundar na condição da fala do sujeito subalterno, essa parte do trabalho se articula para oferecer visibilidade à imagem da Inglaterra contida na transcrição do

Congresso de Baku.

O lugar que a Inglaterra adquiriu através do seu processo de expansão imperialista não é somente questionado como também é reconhecido como ilegítimo na óptica do colonizado, como expressa, a fala do representante do Partido Comunista Inglês, Tom Quelch “O imperialismo britânico hoje está oprimido e pilhando centenas de milhões de pessoas [...] É ganancioso, ocupa cada vez mais territórios e oprime as pessoas que vivem lá” (Borges; Carvalho, 2021, p.106). A questão é que a gente esquece de apontar que a relativa facilidade que o trabalhador europeu consegue adquirir é devido aos recursos expropriados desses países colonizados, porém, isso não foi esquecido no congresso e também é apontado por Alfred Rosmer que estava representando o Partido Comunista Francês:

Como resultado da guerra, falência e ruína, a produtividade do trabalho caiu, o trabalhador francês não quer trabalhar. E assim eles pensaram em uma maneira: eles querem espremer ainda mais a população nativa da Ásia e da África, transformá-los em escravos que serão forçados a trabalhar não apenas para si mesmos, mas também pelos trabalhadores franceses e britânicos (Borges; Carvalho, 2021, p.108)

Essa escravização dos sujeitos promovida pelos ingleses condicionaram para que pessoas fossem observadas como mercadorias e seus meios de subsistência fossem contidos, conforme aponta Fazli Kadyr, uma representação da população Indiana:

[...] os povos da Índia estão definhando sobre o jugo do capitalismo britânico [...]

A história mostrou mais uma vez que a liberdade da Índia significa liberdade para o mundo e o fim de todas as guerras. Da enorme população da Índia, os brutais britânicos levam à força homens para seu exército, a fim de atacar outras nações (Borges; Carvalho, 2021, p.109)

Alguns podem argumentar que essas falas estavam embriagadas de mentiras disseminadas contra a classe trabalhadora para defender uma visão de mundo correspondente a Kipling, todavia, a reunião também redigiu seu próprio manifesto que demarcava de maneira profunda os impactos dos ingleses e do processo imperialista na vida da classe trabalhadora “dois a três milhões de indianos e negros, comprados como escravos pelos capitalistas britânicos e franceses e que, como escravos, foram lançados à morte nos campos franceses (longínquos e estranhos a eles) a serviço dos interesses (alheios e ininteligíveis a eles) dos banqueiros e industrialistas britânicos e franceses” (Borges; Carvalho, 2021, p.189).

Os negócios da Inglaterra, principalmente com a vitória na Primeira Guerra Mundial e o fim do Império Turco - Otomano que de certa forma possuía um controle sobre o Oriente Médio, resultaram na decadência para o mundo livre e o alvorecer da submissão como uma lógica estrutural de governo para os colonizados, pois para Marcelo Buzetto (2016) já havia um programa militar

dos ingleses como se pode notar com Capitão Hall. Os colonizados também discutiram sobre isso, segundo esse trecho:

Como resultado da bárbara e colossal matança, a Grã-Bretanha imperialista emerge como único senhor onipotente da Europa e da Ásia. A Grã-Bretanha, sozinha na Europa, ainda tinha capacidade de reunir força suficiente, uma vez que levou a cabo a guerra através das mãos de outros povos (os povos escravizados, os indianos e os negros) às custas da colônia que ela oprimia (Borges; Carvalho, 2021, p.189)

Percebe-se que em todos os instantes há a relação da condição humana para a mercadoria, analisada de forma crítica, considerando que os povos colonizados também são humanos “povos do Oriente! Vocês sabem o que a Grã-Bretanha fez na Índia. Vocês sabem como ela transformou as massas de milhões de camponeses e trabalhadores indianos em animais de carga sem direito algum”(Borges; Carvalho, 2021, p.189). A existência da exposição às condições que redigem que eles não são tratados como humanos também demonstra a força do colonizado em produzir sua própria crítica ao que tange o discurso do colonizador:

Todo ano milhões de indianos morrem de inanição, todo ano milhões perecem nas selvas e pântanos onde eles estão postos a trabalhos pesadíssimos pelos capitalistas britânicos, para enriquecimento deles próprios.

Milhões de indianos, incapazes de encontrar uma migalha de pão

na sua pátria rica e fértil, são obrigados a se alistarem nas forças armadas britânicas, a deixarem sua pátria e passarem o resto de suas vidas sofrendo o cruel destino de soldado, lutando guerras sem fim em todos os cantos do mundo, contra todos os povos do mundo, e assegurando o domínio brutal da Grã-Bretanha em todos os lugares. Enquanto pagam com suas vidas e sangue pela incessante expansão da riqueza dos capitalistas britânicos, os indianos não possuem direitos humanos: os oficiais britânicos (filhos insolentes da burguesia britânica que engordou por cima de cadáveres indianos) não os consideram humanos (Borges; Carvalho, 2021, p.189)

Kipling como defensor da Inglaterra nunca pensou que poderia ser confrontado, mas o discurso do colonizado não só espera o conflito como visa exemplificar que o lugar em que estão localizados foi erguido pelos seus opressores:

O que a Grã-Bretanha fez para a Mesopotâmia e a Arábia? Sem cerimônias, ela proclamou esses países mulçumanos independentes como colônias suas e removeu a terra dos árabes, cuja propriedade era deles há séculos. Os britânicos tomaram os melhores e mais férteis vales do Tigre e do Eufrates. Tomaram as melhores terras para o pasto, das quais o povo precisa para sobreviver [...]

O que a Grã-Bretanha fez para o Egito? Toda a população nativa vem sofrendo por oito décadas o jugo dos capitalistas britânicos; jugo esse ainda mais pesado e mais ruinoso para o povo do que aquele dos faraós egípcios que construíram suas enormes pirâmides com trabalho escravo [...]

O que a Grã-Bretanha fez para a China? A Grã-Bretanha, juntamente com seu parceiro, o Japão imperialista, transformou aquele enorme país em uma colônia, explorando e oprimindo 300 milhões de pessoas e envenenando-as com ópio

(Borges; Carvalho, 2021, p.191-192)

Há um lugar de fala diferente em relação ao que é a Grã-Bretanha e a benevolência dos ingleses, dito isso, o que se pode analisar é a condição daquilo que se configura como distopia partindo de cada olhar, pois “[...]a distopia revela que abaixo de superfícies reconhecidas e uniformes, existem dobras em que há a imponderável diferença com os mais variados níveis de desesperança [...]” (Bentivoglio, 2019, p. 28). No detalhamento, o olhar de Kipling torna nítida a repulsa do colonizador em pensar que o colonizado é um ser humano e possui cultura com características próprias. O colonizador justifica-se como o salvador e portador da civilidade. A distopia do colonizador branco é a revolta do colonizado, pois é o não-lugar no qual ele seria julgado pelo fardo colonial ao qual submeteu aos outros, pois como diz a última parte do trecho de Kipling, a virilidade do colonizador é assegurar seu domínio.

Todavia, ao analisarmos os trechos do manifesto e dos representantes, observamos que a submissão e o estado de desesperança são mantidos por violência e o emprego dos locais de poder (do estado e da escrita) que ficam sob tutela do colonizador. Os colonizados já se encontram na sua distopia, pois como bem disse João Carvalho, a existência de um ser humano é completamente esva-

ziada de humanidade na colonização e o seu ser passa a ter uma dimensão nua em relação ao estado, uma relação de insegurança entendendo que é o Estado quem o ataca, pois se “as distopias revelam um cenário sempre hostil à sobrevivência humana, desafiada por aparatos tecnológicos de controle e governos autoritários que procuram reduzir as diferenças impondo um comportamento massificado” (Bentivoglio, 2019, p. 25), nada foi mais distópico do que a colonização para os colonizados como se destaca nas falas a brutalidade para com o corpo e o psicológico dos povos colonizados. São lugares de poder completamente diferentes. Para demarcar ambas as narrativas se pode entrelaçá-las com a noção de complexo de inferioridade de Frantz Fanon:

A verdadeira desalienação do negro requer um reconhecimento imediato das realidades econômicas e sociais. Se há um complexo de inferioridade, ele resulta de um duplo processo:

Econômico em primeiro lugar;

e, em seguida, por interiorização, ou melhor, por epidermização dessa inferioridade.

(Fanon, 2020, p.25)

A razão branca do colonizador vai se introduzindo como estrutura da sociedade do colonizado, pois como se nota nos escritos de Kipling, o branco é quem provém a cura e a comida. Todavia, na leitura dos povos colonizados, em especial dos mesmos

que viviam no contexto de Kipling, os da Índia, se um indiano não se juntasse ao exército britânicos poderia facilmente morrer de inanição e ainda assim, não seria um corpo reconhecido pelos britânicos. A alienação fica intrínseca a esse processo de produção da inferioridade, pois é esse processo que ocorre de forma abrupta, forçando o colonizado a assumir valores culturais e sociais do colonizador e rechaçar sua própria história. Desalienação é quando se observa essa história e se tem consciência do ser em relação ao mundo que está inserido, podendo assim, identificar a raiz de sua inferioridade tal como ocorre nos trechos retirados do manifesto.

Considerações Finais

A estrutura de poder do colonizador é envolvida pela narrativa histórica em seu imaginário e a sua escrita, vive a utopia de que o mundo seria mais selvagem e nativo sem seus valores. Essa narrativa, associa ao europeu a ideia de que sem a Europa, o mundo não existiria, o eurocentrismo torna-se uma lógica colonial de explicação do mundo e da vida. Facilmente cabível de situar-se na mente do colonizador, pois ainda hoje vários países africanos falam a língua de potências europeias que em supostas missões civilizatórias estavam promovendo valores.

A sistemática do ensino até a saúde, nas mãos dos opressores, fazem o colonizado que não está alinhado politicamente, alienar-se, pois deseja incansavelmente ser tratado de forma humanizada e possuir meios de existência que só lhe serão miseravelmente oferecidos com a total submissão de seus valores e cul-

turas para os mesmos do colonizador. Todavia, não importando o que faça, o colonizado atinge sempre o limbo existencial de ser tratado como a escória ao qual seus colonizadores por infelicidade estão ligados.

Desalienar em um contexto colonial se mostrou impossível sem o exercício da violência bruta, o colonizado ao entender que não pode inserir-se no mundo do colonizador e tampouco sobreviver sobre a lógica pela qual ele mantém o domínio em sua cidade, só pode recorrer à violência. A violência é o que fornece o domínio ao colonizador e ela também é o meio pelo qual ele irá se perder e retornar às mãos dos colonizados.

Acredito que o estudo do material que se realizou, além de útil para mostrar que os colonizados também pensavam sua história e seu poder, demonstra que ambas as narrativas estão associadas em um contexto maior do que Inglaterra, pois demonstra, como bem observado mediante Fanon, a condição do colonizado em relação ao colonizador e que se aparenta ter um carácter universal em um congresso de vários povos.

A existência de alguém é assegurada pela manutenção básica de suas demandas enquanto ser humano. Ao lembrar que a humanidade é um fator de construção social coletiva, todo humano, deve, por definição, ter acesso aos bens de consumo e materiais que lhe assegurem a vida. No presente estudo esses bens não são apresentados aos colonizados e fica sobre o ar, a análise da condição de subalternidade que pode ser feita.

Quando se indaga “pode o subalterno falar?” receio que seja

todos esses fatores que descrevi na conclusão e que podem ser melhor abordados em uma pesquisa que faça relação direta sobre a atuação dos indianos na guerra ou a forma que os países da Grã-Bretanha realizavam suas artimanhas para os planos coloniais darem errado.

A respeito da indagação, minha conclusão diante de todas as fontes e análises feitas é que o subalterno não só fala, mas implanta estratégias para que se possa travar lutas e resistências ao Fardo do Homem Branco e se isso não fosse possível, não acredito que várias pessoas se deslocaram até um lugar remoto e ameaçado pela guerra como Baku para dizer Povos oprimidos do mundo inteiro - Uni-vos!

REFERÊNCIAS

- BENTIVOGLIO, Julio. **História e Distopia**. 2. ed. Espírito Santo: Editora Milfontes, 2019.
- BORGES, Ulisses; CARVALHO, João Rafael Chío Serra (org). **Povos Oprimidos Uni-vos: O Congresso de Baku dos Povos do Oriente**. São Paulo: Editora Ciências Revolucionárias, 2021.
- BUZETTO, Marcelo. As lutas sociais e políticas no Grande Oriente Médio: entre as guerras imperialistas e a resistência popular. **Lutas Sociais**, v. 20, n. 37, p. 168-182, 2016.
- CARVALHO, João Rafael Chío Serra. **O Congresso de Baku dos Povos do Oriente: Os Antecedentes de um processo de libertação anticolonial**. In: BORGES, Ulisses; CARVALHO, João Rafael Chío Serra (org). **Povos Oprimidos Uni-vos: O Congresso de Baku dos**

Povos do Oriente. São Paulo: Editora Ciências Revolucionárias, 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. 1. ed. São Paulo: Ubu editora, 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. 1.ed. Minas Gerais: Editoraufmg,2018.

KIPLING, Rudyard. **O fardo do homem branco**. Leituras Contemporâneas, 2010. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7564167/mod_resource/content/1/O%20fardo%20do%20Homem%20Branco%20-%20Wikisource.pdf>. Acesso: 06/06/2022.

Entre miséria e modernidade: a Berlim da República de Weimar (1919-1933) vista por Joseph Roth

Marco Antônio Pietrani Rapuano¹

Considerações Iniciais

Joseph Roth (1894-1939) foi um escritor judeu nascido no Império Austro-Húngaro, que imigra para Berlim em 1920, onde escreve a maioria das peças analisadas no presente texto, trabalhando para jornais importantes da Alemanha. Já em 1924, ele passa a viver em Paris como correspondente, posteriormente ele chega a voltar para a Alemanha, mas se exila em definitivo a partir de 1930, percebendo a ascensão nazista (Dines, 2006). No fim de sua vida teve problemas com o álcool e pereceu por pneumonia em 1939.

Em Berlim, Roth escreve peças que são parte de um gênero do jornalismo literário quase que esquecido, mas que era parte fundamental dos jornais do século XIX e do início do XX, o chamado *feuilleton*. Esse tipo de texto consiste em produções sobre a vida urbana e que tem a característica “[...] de olhar para o que passa por normal como se fosse anormal (ou de olhar para o que

¹ Graduando em História pela UFES. E-mail: marcoantoniopietrani2009@gmail.com

passa por anormal como se fosse normal) e, assim, revelar dimensões insuspeitadas do óbvio” (Krausz, 2019, p. 42). Apesar de possuir certas semelhanças com a crônica, é importante destacar que os *feuilletons* são obras repletas de subjetividade, sem pretensão de terem uma objetividade jornalística e em oposição à aridez do noticiário nas palavras do próprio Joseph Roth:

O *Feuilleton* é tão importante para o jornal quanto a política, e é ainda mais importante do que a política para o leitor. O jornal moderno quer ser plasmado por tudo o que não seja a política. O jornal moderno precisa do repórter mais do que do artigo de fundo. Eu não sou um número extra. Não sou a sobremesa, e sim o prato principal... É a mim que se lê com interesse. Não aos relatos do que se passou no Parlamento, não aos telegramas. Eu não faço glosas bem-humoradas. Eu retrato a face do tempo. Esta é a tarefa de um grande jornal (Bienert, 2003, p. 15, apud Krausz, 2019, p. 43).

Assim, é por “retratar a face do tempo” em Berlim, que a obra de Roth oferece um horizonte de análise histórica do período. A antologia de *feuilletons* “Berlim” é dividida em 9 seções temáticas e 1 posfácio escrito por Alberto Dines, as seções são “O que eu vejo”, “No bairro judaico”, “Refugiados”, “No trânsito”, “Berlim – Canteiro de obras”, “Burguesia e boêmios”, “A indústria da diversão em Berlim”, “Um apolítico vai ao Reichstag” e “Retrospectiva colérica”. As seções da antologia não serão analisadas extensivamente uma a uma, porém há um panorama.

A seção “O que eu vejo” serve como uma janela para a forma

como a obra é produzida, que é a partir de andanças pela cidade, desse modo o *feuilleton* de Roth é escrito a partir do passeio pela cidade. E da observação no papel de um estranho àquela cidade, daí a capacidade de perceber o normal como anormal e a identificação desse gênero textual com a experiência judaica, apátrida e em diáspora, um estranho por onde quer que passe (Krausz, 2019).

Ou seja, tece-se críticas à vida em Berlim a partir de um lugar de subalternidade e marginalidade e que não está voltado para os grandes eventos, mas para o cotidiano e para o discreto. “O que eu vejo é o traço ridiculamente discreto no semblante da rua e do dia [...] A mim, que passeio pelas diagonais de um dia de fim de primavera, que me importa a grande tragédia da história mundial” (Roth, 2006, p. 13-14).

As seções “No bairro judaico” e “Refugiados” são centrais para a presente análise no sentido que tratam das tensões sociais da metrópole. A miséria, a violência, a marginalidade e a ‘questão judaica’ são diretamente abordadas nos *feuilletons* organizados sob essas seções.

Nas seções “No trânsito”, “Berlim – Canteiro de obras” e “A indústria da diversão em Berlim” tem-se a outra parte central para a análise: a modernização da capital alemã e o avanço do capital.

Em um “Um apolítico vai ao Reichstag”, Roth apresenta *feuilletons* sobre as tensões políticas que circundavam o regime de Weimar e que eram vistos com grande preocupação pelo autor, com o avanço do nacionalismo e os ataques autoritários à social democracia.

Por fim um texto diferente do restante, em “Retrospectiva colérica” tem-se o texto “O auto da fé do espírito”, aqui não se trata de um *feuilleton*, mas sim de um texto produzido em 1933 sobre a ascensão do nazismo e da liderança do cabo austríaco. Esse texto é uma “denúncia intemporal contra o vírus mutante do antissemitismo” (Dines, 2006, p. 201) e encerra a antologia com um vislumbre da tragédia que ainda estava por vir.

Os argumentos centrais da análise da obra e das tensões que se materializavam na vida urbana são fundamentados na análise da história das cidades, como apresenta José D’Assunção Barros (2007) em que “as cidades são como transformadores elétricos: aumentam as tensões, precipitam as trocas, caldeiam constantemente a vida dos homens” (Braudel, 1967, p. 439 apud Barros, 2007, p. 21), ou seja, as tensões da República de Weimar, com a humilhação imposta pelo Tratado de Versalhes, com a modernização e industrialização da Alemanha, com o antissemitismo, com o nacionalismo, com uma ideologia autoritária que seleciona ‘inimigos da nação’ e outros fatores que tensionavam a República e precipitavam-se na vida urbana. Daí, pela condição de imigrante, judeu e observador da vida urbana, não é surpreendente que Joseph Roth tenha antecipado essas tensões que já se apresentavam na década de 20.

Para além disso, Barros (2007) também apresenta outras possibilidades de análise das cidades, pensando em uma cidade como um texto ou como discurso em que a cidade fala de seus critérios de segregação, de sua tecnologia, de sua produção ma-

terial, de seus símbolos e valores. E esse discurso da cidade é lido por seus habitantes e por seus visitantes, ou seja, pode ser lido por pessoas como Roth que observam o texto urbano.

Por fim, leva-se em conta os argumentos de Bauman (1998) sobre o papel da modernidade e da racionalização dos processos para o surgimento do nazismo, desse modo, apesar da excepcionalidade do nazismo como um projeto autoritário e genocida, ele ainda é um produto da modernidade e não um movimento estranho a ela e essa modernidade é percebida na vida urbana da Berlim Weimar. Também se considera a análise política de Feuchtwanger (1995), no qual a social democracia de Weimar estava ameaçada desde seu nascimento e cai quando encontra oponentes fortes o suficiente no nazismo. Essa dimensão política dos eventos também encarna na cidade, não só porque Berlim é o centro do poder político alemão, mas também porque a política se manifesta nas experiências urbanas.

Berlim em crise

Em 1920, Roth sai de Viena e se muda para Berlim, a capital austríaca estava arruinada, tendo se transformado de capital de um império de 54 milhões de habitantes em capital de uma república empobrecida com apenas 7 milhões de habitantes e em que a fome tinha se tornado rotina ao final da guerra, entretanto a metrópole alemã também enfrentava uma miríade de problemas sociais (Krausz, 2019).

Entre os desafios enfrentados na capital da República de Weimar estava uma crise de refugiados que chegavam em massa do leste europeu arruinado pela guerra, sendo muitos desses judeus.

Eram refugiados. São conhecidos em geral como “O Perigo do leste”. O medo dos pogroms solda-os numa avalanche de tristeza e sujeira que, crescendo pouco a pouco, rola sobre a Alemanha vinda do Leste [...] Quase todos são velhos, quebradiços e alquebrados.

Vêm da Ucrânia, da Galícia, da Hungria. Em casa, centenas de milhares foram vítimas de pogroms. Cento e quarenta mil caíram na Ucrânia. Os sobreviventes vêm para Berlim. Daqui rumam para o Oeste, para a Holanda, para os Estados Unidos, e muitos para o Sul, para a Palestina [...]

Ao todo, 50 mil pessoas vieram do Leste para a Alemanha depois da guerra. É claro que parecem ter sido milhões. A miséria duplica, triplica, decuplica a aparência das coisas (Roth, 2006, p. 26-27).

Algumas questões importantes emergem quando se analisa o problema dos refugiados no entreguerras. Primeiro, essa migração em massa significa uma fuga da miséria e da violência. Segundo, pode-se perceber como o antissemitismo é um fenômeno já marcante do período e que está presente muito além das fronteiras da Alemanha Nazista. Por fim, vê-se como essa população pode ser marginalizada e transformada em inimiga da nação, pois é um contingente de pobres, desempregados, inválidos de guerra,

muitos deles judeus e vindos do Leste, assim tornam-se um perigo e um problema a ser resolvido. Ou seja, as tensões que encontrariam seu ápice nas décadas seguintes já se apresentavam no cotidiano como um “problema urbano” de miseráveis, desabrigados e refugiados.

Essas tensões também aparecem em forma de revoltas, ainda em 1920, Roth registra a chamada “Revolta dos Desabrigados” em que jovens desabrigados se reuniram na frente de um alojamento provisório e tentaram invadir o edifício que servia de alojamento provisório (Roth, 2006). Um evento pequeno, sem grandes consequências, que não ganharia as manchetes dos jornais, que é chamado por Roth de “pseudo-revolução”, mas que traz um vislumbre dessas tensões crescentes e da tentativa de resposta por uma parcela da população marginalizada.

Também pode-se examinar a violência urbana ordinária, Roth fala sobre os mortos anônimos, indigentes vítimas de violência, desabrigados, mortos em sanatórios ou suicidas, vê-se a morte impessoal de um grande centro.

Milhares de desconhecidos morrem na metrópole. Não têm pais, não têm amigos, viveram sozinhos, morreram esquecidos. Jamais foram parte de uma comunidade – tantos são os solitários na metrópole. Se cem são mortos, milhares sobrevivem, sem nome, sem teto, pessoas como pedras. Um parece com o outro, todos padecem um dia de um fim violento – e sua morte não tem consequências alarmantes e não sai nos jornais como, por exemplo, a morte de um Talaat Paxá

(Roth, 2006, p. 67).

A morte dos marginalizados em uma grande metrópole acontece sem que a vida moderna seja interrompida, os trens continuam a funcionar, os expedientes das indústrias não param, o tráfego continua, a vida na capital continua. E como Roth (2006, p. 67) chega a ironizar: “Mas Deus, além das nuvens, observa impávido a conflagração de uma guerra mundial – por que se preocuparia com o destino de um único indivíduo?”

Berlim do futuro

Para além da crise social, Berlim era uma cidade que se modernizava e se projetava para o futuro. É na década de 1920 que surge o *slogan* “Nova Berlim” (Siebenhaar, 2006), em consonância com a ideia de uma nova cidade, que deixava de ser a capital do 2º Reich e tornava-se a capital da República de Weimar.

Roth escreveu extensivamente sobre esse movimento de modernização da metrópole pontuando questões sobre os problemas dessa nova cidade que se expande. Ele escreve em oposição aos discursos sobre a nova urbanização que prevaleciam no entreguerras. Cabe destacar, como afirma Sabine Hake (2004), ele se coloca fora da dicotomia “tradicional e moderno” ou “urbano e rural”, mas sim em termos da exclusão e alienação que essa nova experiência urbana se dava. Além disso, como demonstra Luis Sérgio Krausz (2014), Roth tem como modelo um tipo específico de me-

trópole, a Viena multicultural e idealizada do fim do século XIX. Ou seja, há uma crítica de Roth a esses movimentos de exclusão e alienação causados pela modernização da metrópole.

Com ironia, Roth sumariza uma nova paisagem:

Professo minha fé na Gleisdreieck, o entroncamento ferroviário triangular. É um emblema e o foco de um organismo vivo e produto fantástico de uma força futurista [...]

Paisagem - que é a paisagem? Prado, floresta, cálamo e espiga. “Paisagem de ferro” talvez seja uma descrição apropriada a tais parques de diversão para máquinas. Paisagem de ferro, templo magnífico da tecnologia ao ar livre, a quem as chaminés quilométricas das fábricas fazem seu sacrifício de fumaça viva, prolífera, galvanizante. Eterna veneração das máquinas, na vasta arena dessa paisagem de ferro e aço, cujo fim o olho humano é incapaz de ver, circunscrita pelo horizonte cinzento [...]

Na arena do meu entroncamento triangular reina a vontade do cérebro coerente, que, para certificar-se do sucesso, não se implantou num corpo instável, e sim num corpo de segurança incondicional: o corpo da máquina.

Por isso, tudo o que há de humano nessa arena de metal é pequeno, fraco e disperso, reduzido a um mísero papel de coadjuvante nesse grande empreendimento (Roth, 2006, p. 88-89).

A crítica a uma “paisagem de ferro” não é um simples antiurbanismo, apesar de que quando Roth visita um parque berlinense,

com árvores e crianças brincando na areia, ele o chama de “um parque no exílio” (2006, p.61). Porém, a real crítica da obra é o contraste entre as novidades da “Nova Berlim” como o semáforo, essa torre de metal com olhos redondos que expõem raios coloridos, ou os arranha-céus, “a rebelião encarnada contra o supostamente inatingível; contra o mistério da altura, contra o além que é a região celeste” (2006, p.95) e a realidade social da cidade. O semáforo é uma nova ferramenta para controlar o tráfego de carros e bondes para um lado e outro, mas a cidade é segregada em guetos em que essas pessoas não circulam por toda a cidade. Em Berlim também surge essa nova construção, os arranha-céus, tão grande que “dez mil pessoas entram e saem num fluxo contínuo” (2006, p.97), mas na mesma cidade 50 mil refugiados parecem milhões e despertam o ódio dos bons cidadãos e que enfrenta o problema dos desabrigados ainda que tenha a capacidade de produzir construções que alojam milhares. Portanto está colocada a dupla face da nova metrópole: modernidade e marginalização.

Uma nova Berlim

Os marcos visuais de uma cidade, afirma José D’Assunção Barros (2007), são chaves de identidade de uma cidade, são eles que orientam a leitura do espaço urbano, como uma cidade se projeta e como ela é entendida. A Coluna da Vitória erigida em comemoração às vitórias prussianas nas guerras de unificação da Alemanha no século XIX pode ser lida como um marco visual de Berlim. Assim, quando ocorre um atentado mal sucedido ao mo-

numento em 1921 e há toda uma comoção política em volta disso, pode-se observar a disputa violenta pela identidade berlinense. Como Joseph Roth observou:

Um nacionalista diz que deve ter sido coisa de comunista. Um comunista surge de repente e suspeita de um nacionalista. Começa uma discussão, e o bafo chamuscado de uma contenda política ascende até os céus [...]

E acredito piamente, se eu pudesse agora subir até a Coluna da Vitória, ouviria o Deus todo-poderoso rindo da maldade estúpida desta terra, que vive de partidos políticos e morre à força de ácido pícrico (2006, p. 156-157).

A identidade da “nova” metrópole está em disputa e essa disputa é violenta, não se materializou apenas em atentados a monumentos, mas também em atentados à vida. Quando o ministro do exterior, o industrial, escritor e político judeu Walter Rathenau, é assassinado por extremistas ligados à organização monarquista Consul em 1922, Roth (2006, p. 162) comenta: “Caminho pelo local onde ele foi assassinado. Não é verdade que todo assassinato é somente um assassinato. Este aqui foram mil assassinatos, para não serem esquecidos, para não serem vingados”.

A cidade também pode se converter sob certas circunstâncias, afirma Barros (2007), em espetáculo, ou seja, a cidade como palco para os poderes públicos em forma de cerimônias e monumentos, mas também para as pessoas comuns atuarem e serem espectadoras dos discursos vinculados nesse espetáculo urbano.

Assim, destaca-se que um dos momentos chave da disputa pelo futuro de Berlim se materializou em um espetáculo urbano: o sepultamento do presidente da República de Weimar entre 1919 e 1925, Friedrich Ebert.

Hoje a Berlim republicana deu adeus ao finado presidente do Reich alemão. Esta cidade, desumana em sua agitação, sóbria à força do seu evidente ímpeto de utilidade, e tantas vezes beirando o *kitsch* onde tenta ser sensível – esta cidade por um dia estampou no rosto uma expressão de dor, uma expressão trágica [...]

A estação Potsdam não é mais uma estação, não é mais um portão para o mundo, mas portão para a morte. Descem-se degraus negros. O cheiro é de chamiço de abetos. O átrio é um aposento negro. Banidos atrás dos panos pretos estão os sons alegres e joviais do mundo de viagens, sinetas, chamados, apitos. Sinais dormem, surdos em cantos surdos. Será que trens ainda partem daqui? [...]

Escurece. A vida tilinta, apita, martela. O caixão desaparece. Viajantes entram ou saem correndo da estação. Já se ouve o brado do vendedor de jornais. Pela primeira vez em anos, a piedade foi mais audível que a sensação (Roth, 2006, p. 173 e 177-178).

A cidade se torna palco para diversos tipos de espetáculos, comícios, desfiles e cerimônias, em 1925 foi palco do sepultamento do presidente Ebert, mas já apresentava tons do sepultamento da República de Weimar. Pois, como Feuchtwanger (1995) aponta

o regime de 1919 já nasce fragilizado e dependia da liderança de republicanos com envergadura tal como Friedrich Ebert, sem essa liderança e confrontado com um movimento de massa capaz de fazer frente a ele, o regime estaria arruinado.

Desse modo, debilitada por suas diversas fragilidades políticas e por suas contradições, Berlim seria apresentada a um projeto político que propunha um futuro diferente daquele republicano (Rollemberg, 2017). Portanto, a Berlim de Weimar estava em crise e no horizonte aparecia uma nova Berlim.

Considerações Finais

Tendo em vista a obra de Roth, é visível as tensões que circundavam a Berlim no período da República de Weimar. A miséria e a marginalização de muitos que viviam na cidade em contraste com a modernização da metrópole que rasgava a cidade com trilhos e arranha-céus e todos esses fatores somados à fragilidade política do regime republicano e a apresentação de um projeto de massa autoritário resultaram na transformação da cidade. Esse parece ser um dos maiores legados da obra de Roth, o relato das tensões e transformações pelas quais passou a capital alemã.

E esse é um relato trágico, há vislumbres do que Berlim poderia ser, uma cidade sensível, conectada e cosmopolita, em que todos os tipos de pessoas podem viver nela, trabalhar e ir ao parque, e há vislumbres do que Berlim viria a se tornar, a capital nazista, uma cidade autoritária, que enquanto rica, produtiva e industrial

também desaparece com os indesejáveis e aliena o diferente.

Assim, quando Roth relata a miséria e a desigualdade da cidade e o contraponto da modernização da metrópole, ele não apresenta essa modernidade como possível solução para a miséria, mas como aquilo que arruinava ainda mais as vítimas dessa miséria.

Roth ironizava a paisagem de ferro dos cruzamentos ferroviários, que cortavam Berlim como se fossem altares de uma religião que venera a modernização e a indústria, e é trágico, portanto, que essas ferrovias se tornariam em instrumentos para o Holocausto.

Fonte

ROTH, Joseph. **Berlim**; tradução José Marcos Macedo; posfácio Alberto Dines. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

DINES, Alberto. "Posfácio: escritor aceso, jornalista ligado". In: ROTH, Joseph. **Berlim**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

FEUCHTWANGER, E. J. *From weimar to Hitler: Germany, 1918-33*. 2nd ed. -. New York, N.Y.: St. Martin's, 1995.

- HAKE, Sabine. **A Stranger in Berlin: On Joseph Roth's Berlin Discourse**. *Studies in 20th & 21st Century Literature*, v. 18, n. 1, p. 47-75, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.4148/2334-4415.1568>. Acesso em: 11 jul. 2023.
- KRAUSZ, Luis Sérgio. **Joseph Roth, tradutor do Império perdido**. *Cadernos de Tradução*, n. especial, p. 111-121, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7968.2014v-3nespp111>. Acesso em: 11 jul. 2023.
- KRAUSZ, L. S. **O Feuilleton: um gênero judaico e erótico**. *Cadernos de Língua e Literatura Hebraica*, [S. l.], n. 17, p. 40-52, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cllh/article/view/178665>. Acesso em: 11 jul. 2023.
- ROLLEMBERG, Denise. **Revoluções de direita na Europa do entre-guerras: o fascismo e o nazismo**. *Revoluções e Revoltas*, v. 30, n. 61, p. 355-378, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942017000200004>. Acesso em: 11 jul. 2023.
- SIEBENHAAR, Klaus. *The Myth of Berlin: the Imagined and the Staged City*. In: WEISS-SUSSEX, Godela; BIANCHINI, Franco. **Urban Mindscapes Of Europe**. Amesterdã: Rodopi, 2006. P. 227 – 235.

A imagem da Revolução Russa construída no filme “Anastásia”

Maria Carolina Stelzer Campos¹

Ao longo dos anos, um imaginário acerca do fim da Rússia Tzarista e da Revolução Russa foi criado e instalado na maior parte da população, criando um senso comum acerca dos grandes malefícios da Revolução, como um grande mal que se instaurou não somente na sociedade russa, mas como um castigo que assolou o mundo: o grande terror chamado socialismo. E quando pensamos em grandes formadores das opiniões populares, logo devemos pensar no cinema como um grande disseminador de informação, sendo elas verdadeiras ou não, sendo considerado um dos melhores instrumentos de propaganda (FERRO, 1992), sendo ela positiva ou não.

Traçando esse contexto podemos definir que, o objetivo dessa pesquisa é analisar de que forma a imagem da Revolução Russa e dos tzares foi retratada no filme da animação “Anastásia”, de 1997. Visando que animações são estilos cinematográficos que atingem primordialmente crianças, – um público que ainda não avançou muito em conteúdos historiográficos – as visões que são

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, bolsista CAPES.

exploradas e retratadas no filme podem facilmente construir uma base do que no futuro virará uma idealização da Rússia revolucionária. Identificando esse objetivo principal, analisaremos trechos do filme, que se relacionam diretamente com o contexto da época, buscando construir uma relação com o retratado pela construção cinematográfica e acontecimentos e narrativas históricas.

O filme *Anastásia* é estadunidense de 1997, produzido pela *Fox Animation Studios*, uma antiga divisão de animação pertencente à *20th Century Fox*. Essa animação é baseada em um outro filme estadunidense, de 1956 (intitulado de *Anastásia, a Princesa Esquecida.*), que foi baseado na peça teatral, que também aborda a história de Anastásia, uma das filhas de Nicolau II, o último czar da dinastia Romanov. A resposta da crítica ao filme de 1997 foi considerada mediana, mas no geral, positiva.

Uma grande mitologia de desenvolveu em torno da família de Nicolau II, principalmente em torno de sua filha Anastásia, sendo inclusive o foco da trama da animação. A busca por essa “filha perdida” dos Romanov, se deve ao fato da demora para encontrarem seu corpo, após toda a família ser morta, o seu corpo não foi encontrado rapidamente, muitas hipóteses acerca de uma fuga e uma possível sobrevivência rondou durante muito tempo a história da Rússia.

Busca-se então, construir um diálogo entre a narrativa criada na animação e a narrativa histórica acerca da Revolução de 1917, através de análises do conteúdo em trechos específicos do filme, conectando os mesmos com uma narrativa e uma análise histórico-

gráfica. Não possuindo a intenção de descaracterizar o filme como uma obra de ficção, possuindo a liberdade artística que respalda todo o conteúdo do filme, mas sim averiguando de que forma a imagem é construída.

Contexto histórico

Para conseguirmos pensar em uma análise em conjunto com o filme, é necessário antes pensarmos em um contexto histórico. Se torna indispensável construir uma ideia não somente sobre a Rússia no período em questão, mas também do mundo.

A alta velocidade das mudanças sociais acabou gerando novas pressões políticas, começando a abalar a ordem vigente. Nos anos anteriores a Primeira Guerra Mundial, a Europa era basicamente um continente de monarquias hereditárias, ou seja, o poder político permanecia nas mãos de poucos, e a mudança considerada fundamental, é o crescimento e a elevação dos partidos políticos da classe trabalhadora e dos sindicatos, ascensão essa, que foi interpretada como uma real ameaça pelas elites em todos os países (KERSHAW, 2016). Então cada vez mais, na maior parte dos países europeus, os partidos socialistas vão ganhando voz e conquistando mais e mais apoio.

Nos momentos antecedentes da Primeira Guerra Mundial, o partido socialista francês recebe um grande quantitativo de votos populares e conquista mais de cem cadeiras na Câmara dos Deputados, na Alemanha os movimentos socialistas também estão

fortes, tão fortes que as tentativas de Bismarck para silenciá-los fracassam muito. É criado um partido socialista, com base em um programa marxista, que passa a ser o maior movimento socialista da Europa, possuindo mais de 1 milhão de adeptos antes da Primeira Grande Guerra (KERSHAW, 2016). Outro momento onde podemos ver a grandiosidade e o crescimento do movimento socialista europeu é na eleição de 1912 para o Reichstag, onde os chamados sociais-democratas obtêm uma votação maior que a de qualquer outro partido.

A Primeira Guerra Mundial começou em 28 de junho de 1914, envolvendo todas as grandes potências da Europa e inicialmente sendo uma guerra europeia (HOBSBAWN, 1995) e com previsão de breve duração, porém o que veremos acontecer é algo bem diferente disto.

No início do século XX a Rússia era uma o das grandes potências da Europa, porém quando pensamos em um contexto mundial, ela é considerada como “atrasada” quando fazemos o comparativo com a Inglaterra, França e Alemanha (FITZPATRICK, 2008), e isso se deve ao fato da Rússia ter feito uma industrialização tardia, demorando para sair da agricultura e da servidão.

Filho de Alexandre III, Nicolau II assumiu o trono em 1894, vindo de uma dinastia de 300 anos, a Dinastia Romanov, e era o tzar da época. Nicolau II e sua esposa Alexandra tiveram cinco filhos, Olga, Tatiana, Maria, Anastásia e Alexei. O tzar entrou na Primeira Guerra Mundial acreditando, assim como o resto do mundo, que se tratava de uma guerra de curta duração (FERRO,

1974), porém já no começo do ano de 1915 isso já ficava evidente que não aconteceria, e nesse ponto estava um problema, “a Rússia não dispunha de meios para fazer face a uma guerra longa” (FERRO, 1974. p. 23), o império não tinha um corpo de oficiais suficientes e a artilharia não cumpria com as necessidades. Assim, foi necessário traçar uma tática improvisada, e com isso o sistema econômico se deteriorou.

O caos generalizado se instaurou, com dificuldades de administração, ocorreu um esvaziamento do governo e junto, um esvaziamento do próprio Tzar. Nicolau II já percebia que sua forma de governo autocrática estava lutando em uma batalha quase perdida com as ideias liberais do Ocidente (FITZPATRICK, 2008), a ideia de uma monarquia autoritária sem representatividade já não era mais aceita no Ocidente, num local onde “só o Tzar decidia” (FERRO, 1974. p. 14). E com isso, um sentimento de mudança foi efervescendo.

Além disso, um ódio ao tzarismo foi se tornando cada vez maior entre o povo russo, se tornando tão grande que a derrubada do mesmo se tornava como um dever sagrado, tão importante quanto defender a pátria (FERRO, 1974). “A autocracia tzarista não podia ser reformada. Teria de ser derrubada. O resultado foi o crescimento do radicalismo no socialismo russo” (KERSHAW, 2016. p. 23).

Análise do filme

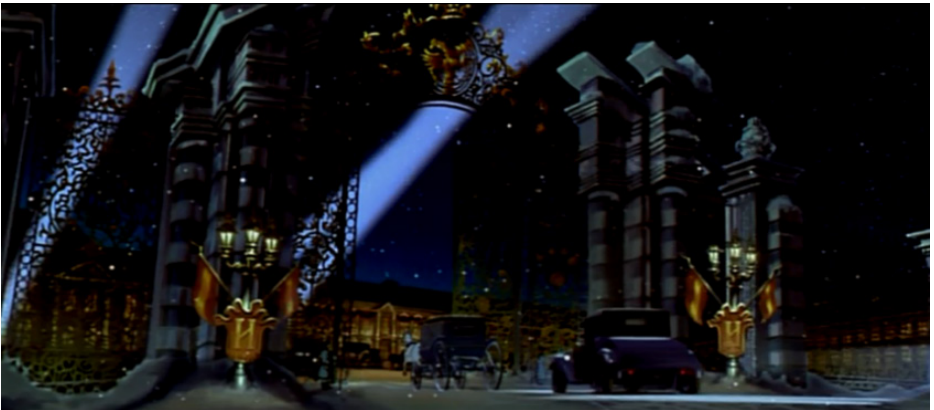
Para começarmos a pensar na imagem que é construída no filme de 1997, *Anastásia*, é preciso antes lembrar que é um filme estadunidense, e mesmo que nesse período temporal a chamada Guerra Fria – um período marcado pela bipolaridade, onde se instaura uma disputa entre dois modelos vigentes, o socialismo – representado principalmente pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e o capitalismo, representado primordialmente pelo Estados Unidos da América (EUA). (PASSAMANI, 2010) – já tenha terminado, os resquícios de disputa e rivalidade permanecem. Então é possível compreender que a imagem retratada no filme de animação, irá reforçar alguns imaginários presentes na cultura norte americana, e até mesmo algumas construções que desejam ser idealizadas.

Devemos pensar que os filmes vão muito além da história, o cinema se instaurou também sendo uma forma de propaganda, o próprio Trotski percebia e afirmava que os filmes podem desempenhar perfeitamente o papel de uma propaganda (FERRO, 1992), afinal “através da ficção e do imaginário, trata-se de assinalar os elementos de realidade.” (FERRO, 1992. p. 118).

Com esses pontos definidos, podemos começar a pensar no enredo do filme e de como este, conversará com a criação de uma imagem da Revolução Russa. Iniciaremos direcionando nossa atenção para as cenas iniciais do filme, onde a mãe de Nicolau II, Maria, faz uma narração, dizendo: “Houve uma época, não faz muito tempo, onde nós vivíamos num mundo encantado, de

elegância, palácios e grandes bailes... O ano era 1916 e o meu filho Nicolau era o czar da Rússia Imperial.” (ANASTÁSIA, 1997). Essa narração é acompanhada de cenas, apontadas abaixo, onde é destacado a riqueza de todo esse império, sendo nítido como o czar possuía uma fortuna e um poder gigantesco. Esse baile seria a comemoração de 300 anos da dinastia Romanov, que iniciou em 1613 com Miguel I (MONTEFIORE, 2016).

Foto 1: Entrada do baile



Fonte: (ANASTÁSIA, 1997).

Foto 2: A riqueza do baile



Fonte: (ANASTÁSIA, 1997).

Foto 3: Dentro do palácio



Fonte: (ANASTÁSIA, 1997).

Um ponto relevante nessa fala de Maria, é a menção da vida

em um mundo encantado, podemos conectar isso com o grande crescimento econômico – impulsionado pela principalmente industrialização – que a Rússia vinha experimentando nas três décadas que antecederam a Revolução Russa em 1917 (FITZPATRICK, 2008). Vemos esse aumento da riqueza nacional expresso nos bens dos tzares, representado pelo baile, pelas roupas, pelo brilho, entretanto a maior parte da população (de acordo com Fitzpatrick, 80% da população russa da época) vivia no campo, e não experimentou essa melhora na sua posição econômica.

É possível entender que o czar e sua família realmente viviam em um mundo encantado, em uma bolha, onde somente eles desfrutavam de uma melhora econômica, enquanto a população campesina vivia sem ver essa melhora. Todavia não podemos afirmar que houve uma piora na situação econômica do campesinato (FITZPATRICK, 2008). É crível então que o filme deseja reforçar esse “mundo encantado”, principalmente por se tratar de uma narrativa comum quando tratamos de Estados Unidos, a história de uma realeza – como as típicas princesas da Disney – é uma ficção que é muito bem vendida pelo capitalismo, afinal o desejo por uma vida de grandes luxos é instaurado desde a infância.

E neste ponto é plausível constatar uma americanização da narrativa russa, transformando a história da revolução em um conto de fadas. Claro que não podemos nos esquecer que este filme possui, de acordo com encarte do filme, a classificação indicativa livre, possuindo as crianças como o seu possível público alvo e sendo essa narrativa de um mundo encantado, uma história muito

aceita e comprada pelas crianças. Porém não podemos desconsiderar que a narrativa do filme é construída em cima de uma demonização da Revolução e uma exaltação do tzarismo, como veremos na próxima cena analisada.

Maria inicia narrando mais uma cena, onde ela diz: “Porque uma sombra negra havia descido sob a casa dos Romanov” (ANASTÁSIA, 1997) assim que Rasputin entra no palácio imperial.

Foto 4: Rasputin entrando no palácio.



Fonte: (ANASTÁSIA, 1997).

Rasputin é uma figura que é envolto por um grande misticismo até a atualidade, considerado um andarilho santo, sendo de uma legião de curandeiros favorecidos pela alta sociedade (MONTEFIORE, 2016) Rasputin esteve envolvido com a família imperial russa graças a doença ao filho mais novo do tzar, Alexei. O caçula Romanov nasce com hemofilia, a família de Nicolau II em busca de

uma possível resolução que pudesse manter a vida do futuro sucessor Romanov, foi em busca de Rasputin, depois de terem buscado diversas alternativas.

Raspútín jamais teria se tornado tão importante sem o infortúnio da hemofilia de Alexei. Só ele conseguia estancar o sangramento do menino, fosse por um poder curativo divino, fosse por sua capacidade de acalmar o paciente e, quem sabe, tranquilizar a mãe histérica. Não há explicação científica. Aos poucos ele se tornou mais essencial para os pais aflitos, cuja confiança no curandeiro não podia ser entendida por uma corte e um público que ignoravam o segredo de Alexei. (MONTEFIORE, 2016. p. [543])

Rasputin entra no palácio e se dirige à Nicolau II dizendo: “Pelos ímpios poderes de que fui investido, eu expulso você, com uma maldição. Guarde as minhas palavras, você e a sua família vão morrer dentro de 15 dias.” (ANASTÁCIA, 1997).

Foto 5: Rasputin ameaçando o czar Nicolau II



Fonte: (ANASTÁSIA, 1997).

Nesse momento é claro que a Revolução é tratada como uma maldição, como algo que só aconteceria por uma ordem mística, não sendo um real desejo do povo. A imagem da Revolução de 1917 é extremamente distorcida, pois a derrubada do czar era um desejo desde muito antes dessa data. Em 1905 a autocracia de Nicolau II já estava com seus dias contados, se mantendo extremamente na defensiva consumido pelo pânico e pela incapacidade de retornar com a ordem (FITZPATRICK, 2008), culminando no Manifesto de outubro de Nicolau II, em 1905, onde determinava o nascimento de um parlamento, a Duma, descrito em uma constituição. Mesmo que a Duma, na prática, desse ao czar a permanência de todos os poderes decisivos, podemos considerar isso como uma quebra do grande poder autocrata do czar, afinal anteriormente ele governava absolutamente sozinho, toda a Rússia era considerada como

uma propriedade do tzar (MARCATO e ALMEIDA, 2007).

Então vemos que a imagem da Revolução Russa de 1917, construída no filme e principalmente nesta cena, além de distorcida, é uma imagem de descrédito por toda a organização do povo na época e uma construção de terror acerca da Revolução, como uma maldição que caiu sobre a história da Rússia, como algo que marcará a história negativamente. Apesar de mostrar a Revolução como algo provocado somente pela maldição de Rasputin, a situação da autocracia russa estava extremamente instável, com a sociedade dividida e a estrutura burocrática bem frágil (FITZPATRICK, 2008). O tzarismo estava vulnerável a qualquer tipo de movimentação ou obstáculo, sendo quase impossível imaginar um futuro senão o seu fim.

Uma outra maneira de perceber a construção de uma imagem extremamente negativa e limitada acerca desse momento, está no apego aos mitos criados, como o grande mistério criado em torno de Rasputin. Desenhado como quem acabou com o império russo e com a dinastia dos Romanov, essa cena do filme pode ser considerada como a principal, com uma enorme importância para a compreensão de toda a narrativa anti revolucionária. Como uma continuação desta cena, podemos analisar a próxima, que consiste na reprodução do início da Revolução e no extermínio dos Romanov.

Foto 6: Revolucionários entrando no palácio dos Romanov



Fonte: (ANASTÁSIA, 1997).

Foto 7: Derrubada de uma estátua do czar de Nicolau II



Fonte: (ANASTÁSIA, 1997).

Maria permanece narrando as cenas, neste momento ela diz: “Daquele momento em diante, a centelha da infelicidade no nosso

país foi insuflada numa chama que, em pouco tempo destruiria a nossa vida para sempre” (ANASTÁSIA, 1997), essa cena é cercada por uma trilha sonora de terror e medo, seguido por cenas de pânico entre a família, construindo a ideia de destruição da história russa, como o resultado da maldição. Porém o que acontece é ao contrário, onde nas últimas semanas de fevereiro a escassez de comida era altíssima, várias greves estouraram (FITZPATRICK, 2008), mais uma vez vemos o filme indo de encontro com o vivido na época e construindo uma imagem deteriorada da Revolução.

Mais uma vez resalto que, o filme trabalha com alguns erros temporais e históricos, o que estamos fazendo não é uma análise minuciosa de detalhes, mas sim da representação que é feita acerca do momento.

Um ponto bem interessante para pensarmos é na imagem construída acerca da morte da família imperial como um momento de grande sofrimento para eles, de morte e terror, principalmente quando Maria narra: “Foram tantas vidas destruídas naquela noite, toda a tradição de um passado desaparecera para sempre” (ANASTÁSIA, 1997), nesse momento podemos perceber a imagem da Revolução como quem ruiu a história de uma dinastia. Porém o que aconteceu foi uma grande carnificina dos revolucionários, o sangue correu (FERRO, 1974), já na animação é construída uma imagem romântica acerca da família Romanov, além da Revolução Russa ter sido um dos grandes acontecimentos não somente da história do povo russo, mas também um dos maiores impactos da história do século XX (HOBSBAWM, 1995). Em vários momentos

do filme essa idealização de uma família querida pelo povo é feita, como nas próximas cenas que veremos.

Foto 8: Venda de um quadro de Nicolau II após dez anos da Revolução



Fonte: (ANASTÁSIA, 1997).

Foto 9: Venda de roupas dos Romanov, dez anos após a Revolução



Fonte: (ANASTÁSIA, 1997).

O apego com a família imperial se mostra muito presente, o desejo do retorno está presente nesta cena na venda de artigos que seriam da família real, mesmo dez anos depois da sua queda. Construindo assim uma imagem de que qualquer apego e representação czarista seria mais agradável e melhor do que a vida após a Revolução, porém é possível afirmar que o comunismo soviético foi um sistema superior e alternativo ao capitalismo, podendo mirar em uma vitória sob o capitalismo (HOBSBAWM, 1995).

Foto 10: Suvenir da Anastasia Romanov



Fonte: (ANASTÁSIA, 1997).

Foto 11: Jornal clandestino com a manchete sobre a possível sobrevivência de Anastasia Romanov



Fonte: (ANASTÁSIA, 1997).

Mais uma vez a imagem de uma Rússia que desejava de todas as formas voltar com o tzarismo retorna, cenas em que são vendidos globos de neve com uma estátua de Anastasia, podendo ser compreendido como um apego à uma imagem imperial desejando que a mesma retornasse ao poder. Acredito que essa construção ao redor de Anastasia, e com a dúvida envolto de sua morte, muito se conecta com a intenção de criar um imaginário em torno de uma volta do tzarismo, de uma criação de uma memória positiva do passado, e mais que isso, de uma americanização da imagem do império Romanov, buscando criar uma relação com mundos encantados, princesas e luxos.

Por fim, uma das principais cenas, ainda num período temporal de dez anos após a Revolução, é uma música, onde um de

seus trechos diz: “São Petersburgo é triste, São Petersburgo é frio, eu vivo enregelado aqui nesse vazio. Revolução danada, em vez de melhorar, só trouxe desencantos, fez tudo piorar [...]” (ANASTÁSIA, 1997).

Foto 12: Trabalhador passando frio enquanto canta a música contra a Revolução.



Fonte: (ANASTÁSIA, 1997).

Foto 13: Trabalhadores cantando a música descontentes enquanto cantam a música contra a Revolução.



Fonte: (ANASTÁSIA, 1997).

Acompanhada por cenas em que são retratadas pessoas passando frio, irritadas, reforçando mais uma vez a imagem da Revolução sendo uma grande tragédia, porém o intuito deste trabalho é reforçar o contrário de toda essa imagem construída neste filme de animação, compreendendo a Revolução Russa como um processo que iniciou e marcou a emancipação colonial e o processo de descolonização (HOBSBAWM, 1995).

Conclusão

Podemos concluir que a construção ocidental acerca da história da Rússia e principalmente sobre a Revolução possui grandes estereótipos, grandes distorções e arranjos equivocados, que são concebíveis através dessa animação de 1997. E essa análise se faz

tão necessária principalmente por Anastasia ser uma animação acessível e presente na construção de memória de muitas crianças, possuindo um grande papel de criação e idealização do imaginário historiográfico desde a infância. “[...] É preciso impressionar a memória das crianças (...) a apresentar-lhes de forma bem viva os acontecimentos que levam à visão marxista da História. [...]” (FERRO, 1983. p. 153)

Se torna de imprescindível relevância a percepção de como os filmes estão presentes na sociedade, e o historiador passa a ter a função de trazer de volta para a sociedade a história que os aparelhos institucionais arrancaram (FERRO, 1992). Durante muitos anos houve um afastamento e uma recusa pela utilização de artigos cinematográficos como uma fonte de análise histórica, sendo considerados como mero entretenimento, porém foi possível constatar que “O filme tem essa capacidade de desestruturar aquilo que diversas gerações de homens de Estado e pensadores conseguiram ordenar num belo equilíbrio. (FERRO, 1992. p 86).

Ocorrendo assim a aproximação do filme como um produto com significados sócio-históricos, cabendo então uma análise e percepção da profundidade que Anastasia carrega. É convicto que a Revolução Russa não foi um processo de encantos e completos acertos, afinal a desilusão e o desencanto estão na natureza das revoluções (FITZPATRICK, 2008), porém a realidade construída na ficção alterou e reestruturou tantos fatores históricos que é infactível não promover uma percepção de tudo o que é criado.

É possível compreender que o desenho animado é um

grande instrumento de comunicação e que em Anastasia ocorre uma americanização da história russa e uma deterioração de uma revolução socialista, ficando claro que, por ser um filme estadunidense, essa concepção é ainda mais presente por ser constatado resquícios de uma rivalidade entre os dois grandes modelos vigentes, o socialismo e o comunismo. Mesmo em 1997, a Guerra Fria, ser um contexto histórico do passado, suas marcas permanecem carimbadas nas representações acerca desses “dois mundos”.

REFERÊNCIAS

- ANASTASIA. Direção e Produção de Don Bluth e Gary Goldman. Los Angeles: Fox Animation Studios, 1997.
- FITZPATRICK, Sheila. **La Revolución Rusa**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2008. (História y Cultura, 12).
- FERRO, Marc. **A revolução russa de 1917**. São Paulo: Perspectiva, 1974. (Coleção Khronos).
- FERRO, Marc. **Cinema e História**. Tradução Flavia Nascimento. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- FERRO, Marc. **A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação**. Tradução de Wladimir Araujo. São Paulo: IBRASA, 1983.
- HOBBSAWM, Erich J. **A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KERSHAW, Ian. **De volta do inferno: Europa 1914 – 1949**. Tradu-

ção Donaldson M. Garschagen e Renata Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. (Livro eletrônico)

MARCATO, Daniela de C. G.; ALMEIDA, Loriza L. de. O uso das linguagens verbal e visual na formação de conceitos. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMETRIA DESCRITIVA E DESENHO TÉCNICO*, 18., 2007, Curitiba. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <http://www.exatas.ufpr.br/portal/degraf/graphica2007a/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

MONTEFIORE, Simon Sebag. **Os Romanov: 1613-1918**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

PASSAMANI, Guilherme R. Homossexualidades e ditaduras militares: os casos de Brasil e Argentina. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO*, 9., 2010, Florianópolis, **Anais eletrônicos ...** Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1275391766_ARQUIVO_Passamani.Completo.FG9.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.



